

Índice

1.	INTRODUÇÃO AOS CTT	2
1.1	Principais indicadores	4
1.2	Prémios e reconhecimentos externos	7
2.	ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	9
2.1	Enquadramento regulatório	10
2.2	Linhas estratégicas	13
2.3	Objetivos de desenvolvimento sustentável	14
2.4	Ética empresarial	15
2.5	Gestão de riscos	16
3.	NEGÓCIOS CTT	21
3.1	Correio	21
3.2	Expresso e Encomendas	24
3.3	Banco CTT	25
3.4	Serviços Financeiros e Retalho	25
3.5	Perspetivas futuras	27
4.	DESEMPENHO	28
4.1	Capital financeiro	29
4.2	Capital humano	36
4.3	Capital intelectual	42
4.4	Capital social	46
4.5	Capital natural	50
5.	GOVERNO SOCIETÁRIO	57
6.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS	71
7.	DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE	158
8.	RELATÓRIO DE AUDITORIA	162
9.	APOIO AO INVESTIDOR	165
	CONTACTOS	169

1.1 Principais indicadores

1.1.1 Indicadores económico-financeiros

mil euros ou %, exceto indicação adicional

	1S21	1S22	Δ 22/21
Rendimentos operacionais ¹	412.784	446.429	8,2%
Gastos operacionais EBITDA ²	355.476	395.983	11,4%
EBITDA ³	57.307	50.446	-12,0%
Depreciações e amortizações ⁴	28.613	31.802	11,1%
Gastos operacionais recorrentes	384.089	427.785	11,4%
EBIT recorrente	28.694	18.644	-35,0%
Itens específicos	(2.316)	(2.070)	10,6%
Gastos operacionais	381.773	425.715	11,5%
EBIT	31.011	20.714	-33,2%
EBT	25.660	16.063	-37,4%
Resultado antes de interesses não controlados	17.255	14.564	-15,6%
Resultado líquido do período ⁵	17.187	14.549	-15,3%
Resultado líquido por ação (euro) ⁶	0,11	0,10	-9,1%
Margem EBITDA	13,9%	11,3%	p.p.
Margem EBIT recorrente	7,0%	4,2%	p.p.
Margem EBIT	7,5%	4,6%	p.p.
Margem líquida	4,2%	3,3%	p.p.
Investimento	11.734	11.972	2,0%
Cash flow operacional	37.829	18.973	-49,8%
Cash flow livre	31.298	3.840	-87,7%
	'31.12.21	'30.06.22	Δ 22/21
Caixa e equivalentes de caixa	877.873	847.268	-3,5%
Caixa ajustada	142.265	104.920	-26,3%
Ativo	3.585.199	3.873.408	8,0%
Capital próprio	174.546	191.625	9,8%
Passivo	3.410.653	3.681.783	7,9%
Capital social	75.000	75.000	0,0%
Número de ações	150.000.000	150.000.000	0,0%

¹ Excluindo itens específicos.

² Em 2021 os gastos operacionais (EBITDA) passaram a incluir as imparidades e provisões e o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma.

³ Excluindo depreciações e amortizações e itens específicos.

⁴ As depreciações e amortizações foram impactadas positivamente em 2021 pela revisão da vida útil de alguns ativos.

⁵ Atribuível a detentores de capital.

⁶ Considera-se o número médio de ações ordinárias que compõem o capital dos CTT excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo em 30 de junho de 2022. Nessa data o número de ações próprias em carteira é de 5.707.722, sendo o seu número médio no período findo em 30 de junho de 2022 de 1.372.343, refletindo o facto de terem ocorrido aquisições no referido período.

1.1.2 Indicadores operacionais

	1S21	1S22	Δ 22/21
Correio			
Tráfego correio endereçado (milhões de objetos)	249,8	240,0	-3,9%
Correio transacional	216,0	206,6	-4,3%
Correio editorial	14,7	13,9	-5,9%
Correio publicitário	19,1	19,5	2,4%
Tráfego correio não endereçado (milhões de objetos)	222,1	208,1	-6,3%
Expresso e Encomendas			
Portugal (milhões de objetos)	16,2	15,2	-5,9%
Espanha (milhões de objetos)	20,4	19,7	-3,3%
Serviços Financeiros			
Pagamentos (n.º de transações; milhões)	854,6	789,9	-7,6%
Poupança e seguros (subscrições; milhões de euros)	2.342,7	2.155,2	-8,0%
Banco CTT			
N.º de contas à ordem	543.230	580.722	6,9%
Depósitos de clientes (milhares de euros)	1.906.651,6	2.259.584,9	18,5%
Stock líquido de poupança (<i>off-balance</i>)	549.457,3	840.458,2	53,0%
Stock líquido de crédito à habitação (milhares de euros)	564.048,5	629.289,1	11,6%
Stock líquido de crédito auto e <i>leasing</i> (milhares de euros)	602.346,8	702.824,7	16,7%
Stock líquido de cartão de crédito Universo (milhares de euros)	185.496,7	324.116,1	74,7%
Produção crédito ao consumo <i>off-balance</i> (milhares de euros)	19.247,0	23.812,7	23,7%
Pagamentos (n.º de transações; milhões)	20,0	22,2	10,8%
LTD (incluindo a 321 Crédito)	70,7 %	73,4 %	2,7p.p.
N.º de balcões	212	212	0,0%
Custo do risco	110,0 p.b.	132,8 p.b.	22,8 p.b.
Trabalhadores			
Trabalhadores em 30 de junho	12.261	12.803	4,4%
ETI	12.164	12.598	3,6%
Rede de Vendas, Transportes e Distribuição			
Pontos CTT	2.374	2.381	0,3%
Rede de lojas	566	570	0,7%
Postos de correio	1.808	1.811	0,2%
Agentes Payshop	5.241	5.314	1,4%
Centros de distribuição postal	223	220	-1,3%
Giros de distribuição postal	4.576	4.246	-7,2%
Frota (número de veículos)	3.925	3.974	1,2%

1.1.3 Indicadores de sustentabilidade

	1S21	1S22	Δ 22/21
Clientes			
Satisfação dos clientes (%)	84,5	84,8	0,3 p.p
Trabalhadores			
Sinistralidade (n.º ocorrências)	380	346	-8,9%
Volume de formação (horas)	104.364,0	83.569,0	-19,9%
Mulheres em cargos de chefia (1.ª linha) (%)	13,0	14,6	1,6 p.p
Comunidade/Ambiente			
Cadeia de valor - contratos com critérios ambientais (%)	98,6	98,6	0,0 p.p.
Emissões CO ₂ totais, scopes 1 e 2 (kton.) ⁷	8,0	7,9	-1,6%
Consumos energéticos (TJ) ⁸	179,2	180,1	0,5%
Veículos ecológicos	336	497	48,0%
Peso da gama eco na linha <i>direct mail</i> (%) ⁹	44,3	42,5	-1,8 p.p
Investimento ambiental (mil euros) ¹⁰	2.364,6	3.145,4	33,0%
Investimento na comunidade (mil euros)	273,0	325,0	19,0%

⁷ Atualização dos dados de 2021. Dados provisórios de 2022. Inclui energia verde e produção de energia por painéis solares.

⁸ Atualização dos dados de 2021. Dados provisórios de 2022. Inclui energia verde e produção de energia por painéis solares.

⁹ Tráfego.

¹⁰ Dados estimados de 2021.

1.2 Prémios e reconhecimentos externos

Banco CTT volta a receber Cinco Estrelas

O Banco CTT foi considerado “Cinco Estrelas” pelos portugueses, na categoria “Banca – Atendimento ao Cliente”. Trata-se de um Prémio atribuído pelo U-Scout Ld, que avaliou o Banco CTT em conjunto com outras cinco instituições bancárias.

Selo de Qualidade APCC

O Contact Center CTT manteve o Selo de Qualidade APCC, para 2022, após auditoria de acompanhamento realizada em abril deste ano. O Selo de Qualidade APCC, instituído em 2010, destaca os melhores serviços de Contact Center a operar em Portugal e pretende incentivar as empresas do setor a exercer boas práticas de gestão, contribuir para a melhoria da imagem e da credibilidade do setor, e promover a sua autorregulação.

Contact Center medalhado

A APCC – Associação Portuguesa de *Contact Centers* – distinguiu o *Contact Center* CTT com a medalha de prata para a Linha CTT Empresas e bronze para a Linha CTT Particulares, na categoria de Distribuição e Logística. O prémio foi anunciado durante a 19ª Conferência Internacional APCC *Best Awards* 2022. Esta distinção destaca boas práticas, quer ao nível da gestão estratégica, operacional e tecnológica, quer ao nível do capital humano.

Newspring Services também premiada

Durante a 19.ª Conferência Internacional APCC *Best Awards* 2022, a APCC também distinguiu a Newspring Services, empresa adquirida recentemente pelo Grupo CTT, com os prémios “Gold”, na Multicare, e “Silver”, na Fidelidade.

Embalagem ECO Reutilizável CTT distinguida com menção honrosa no Prémio Nacional de Sustentabilidade

O projeto-piloto Embalagem ECO Reutilizável CTT, lançado em 2021, foi distinguido com uma menção honrosa na cerimónia da 3.ª edição do Prémio Nacional de Sustentabilidade, promovido pelo Jornal de Negócios. Esta é a maior iniciativa editorial em Portugal e premeia as organizações que se destacam pela sua atuação e boas práticas de sustentabilidade nas áreas: ambiental, social e *governance*.

Euronext Lisbon Awards

Os CTT foram distinguidos como “*Equity Champion – SME*”, nos Euronext *Lisbon Awards*. O prémio distinguiu a empresa portuguesa com capitalização bolsista inferior a mil milhões de euros que mais retorno proporcionou aos seus investidores durante o ano de 2021.

CTT reconhecidos como uma das marcas com melhor reputação

Os CTT foram classificados como uma das marcas com melhor reputação no Estudo RepScore referente a 2021. Numa escala de 100 pontos, este estudo da consultora OnStrategy, destacou a marca CTT, com 73.3 pontos, como a marca com maior relevância e reputação emocional junto dos portugueses na categoria de Serviços Profissionais.

CTT continuam a ser Marca de Confiança dos portugueses

Os CTT foram pela 15.^a vez distinguidos como uma Marca de Confiança dos portugueses, no estudo realizado pela revista Seleções Reader's Digest, tendo ficado em 1.º lugar na categoria “Serviços de Correio e Logística” com 89% dos votos. Este estudo apurou ainda um resultado muito positivo nos atributos da marca analisados: qualidade, compromisso social e preocupação ambiental.

Colar de Honra de Entidade Benemérita

Foi atribuído aos CTT, pela Academia Portuguesa da História, o Colar de Honra de Entidade Benemérita, em reconhecimento da parceria que, há muitos anos, liga as duas instituições.

CTT como uma das empresas mais atrativas para trabalhar

Os CTT conquistaram o 1.º lugar na categoria “Empresa mais atrativa para trabalhar no setor dos transportes”, no estudo Employer Brand Research 2022, da Randstad. O Randstad Employer Brand Research é um estudo que permite analisar a perceção da população em relação aos 150 maiores empregadores de 31 países. Além de revelar o *ranking* das empresas e dos setores mais atrativos para trabalhar, permite identificar os critérios mais relevantes numa decisão de emprego e as melhores estratégias para a gestão de *employer branding*.

Prémio de melhor *Investor Relations Officer*

Nuno Teiga Vieira, Diretor de Relações com Investidores dos CTT, venceu o prémio de melhor *Investor Relations Officer* nos *Investor Relations and Governance Awards* (IRGAwards), em reconhecimento pelo trabalho realizado na empresa. Os IRGAwards são uma iniciativa promovida pela consultora Deloitte, que premeiam as pessoas e organizações que mais e melhor tenham contribuído para tornar o mercado de capitais mais eficiente, transparente, socialmente responsável e útil à economia e à sociedade portuguesas.

2. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

2.1 Enquadramento regulatório

2.1.1 Setor Postal

Em 23 de dezembro de 2021, o Conselho de Ministros comunicou a aprovação, nessa data, do diploma que veio alterar o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais em Portugal, tendo o respetivo diploma sido promulgado a 5 de fevereiro de 2022 e o Decreto-Lei n.º 22-A/2022 publicado a 07 de fevereiro de 2022. O novo **contrato de concessão** entrou assim em vigor por sete anos – até 31 de dezembro de 2028.

O regime aprovado melhora os mecanismos de decisão e fornece critérios claros para garantir a prestação do serviço postal universal (SPU) em condições económicas sustentáveis, promovendo um maior equilíbrio entre a continuidade da prestação do serviço postal e o reforço da capacidade da Empresa para fazer face aos desafios da transição digital, prosseguindo com a implementação consistente do seu processo de transformação. Por razões de interesse geral, mantiveram-se reservados à concessionária apenas as seguintes atividades e serviços: colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

O contrato de concessão estabelece que, no ano de 2022 - período de transição -, os **preços** do cabaz do serviço universal deverão respeitar uma variação média anual máxima de 6,80%, que considera a queda do tráfego observada nos primeiros nove meses de 2021 e a variação do Índice de Preços ao Consumidor para a classe de despesas de Transportes, conforme divulgada pelo INE para o mês de outubro de 2021. A proposta de preços foi remetida à ANACOM em 28 de fevereiro, tendo os preços entrado em vigor no dia 7 de março, sem prejuízo da avaliação a efetuar pela ANACOM, nos termos do mesmo contrato.

Os preços especiais dos serviços postais, que integram a oferta do SPU aplicáveis a remetentes de envios em quantidade, foram também atualizados a 7 de março, na sequência da informação enviada à ANACOM a 28 de fevereiro.

As atualizações referidas correspondem a uma variação média anual dos preços de 5,84% para o ano de 2022.

Mantendo-se ainda em 2022 impactos da pandemia de COVID-19, os CTT continuaram a reportar periodicamente o estado da situação da rede postal ao Governo, na qualidade de contraparte no contrato, e à ANACOM, a autoridade reguladora responsável pela fiscalização da prestação do SPU, até 21 de fevereiro de 2022.

Por deliberações de 6 de maio de 2022 e de 6 de julho de 2022 a ANACOM deferiu os pedidos dos CTT relativamente à dedução dos registos de expedições de correio, em todos os fluxos nacionais, afetados diretamente pela pandemia de COVID-19 no segundo semestre de 2021, para efeitos de cálculo dos Indicadores de Qualidade de Serviço (IQS) do ano de 2021, e nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, para efeitos do cálculo dos IQS do ano de 2022.

No 1º semestre de 2022 foram desenvolvidos os trabalhos conducentes à definição dos critérios a que deve obedecer a formação dos preços dos serviços postais que compõem o cabaz de serviços do SPU para o triénio 2023-2025, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril (Lei Postal), com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 22-A/2022, de 7 de fevereiro.

Conforme disposto na Lei Postal, os critérios a cumprir na formação dos preços do SPU são estabelecidos, por um período de três anos, por convénio a celebrar entre o regulador setorial (ANACOM), a Direção-Geral do Consumidor (DGC) e o prestador do serviço universal (CTT). Em caso de acordo, o convénio deve ser concluído, assinado pelas partes e notificado ao membro do Governo responsável pela área das comunicações até ao dia 30 de julho do ano anterior àquele a que os critérios visam aplicar-se.

Na sequência do processo negocial desenvolvido pelas partes (ANACOM, DGC e CTT), obteve-se um princípio de acordo relativamente a um projeto de texto para o Convénio a celebrar para o período 2023-2025, que esteve em consulta pública até 15 julho de 2022. Subsequentemente, o convénio na sua redação final foi assinado pelas partes e deverá ser notificado ao Governo no prazo previsto para o efeito.

O Convénio incide sobre os mesmos serviços que eram, no enquadramento legislativo anterior, objeto das decisões da ANACOM sobre os critérios de formação de preços do SPU, abrangendo, assim, os serviços de correspondências, encomendas e jornais e publicações periódicas que integram a oferta do SPU, incluindo os serviços de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos, não se aplicando aos preços especiais dos serviços postais para remetentes de envios em quantidade (sujeitos ao regime específico previsto no artigo 14.º-A da Lei Postal).

O regime de preços dos serviços abrangidos pelo Convénio prevê nomeadamente o seguinte:

- O estabelecimento de uma variação máxima anual dos preços do cabaz de serviços objeto do Convénio, que será apurada nos termos da seguinte fórmula:

$$\text{IPC} - \Delta\text{Tráfego} * (1 - \text{CV}) - \text{E} + \text{K}.$$

A referida variação máxima anual de preços tem assim em consideração valores históricos relativos à taxa de inflação (IPC) verificada nos últimos 12 meses, a variação de tráfego ($\Delta\text{Tráfego}$) expurgada de um indicador do peso dos custos variáveis (CV) nos custos totais associados ao SPU (valor definido em 16% para cada ano) e um fator de eficiência (E) associado à atividade dos CTT no âmbito do SPU (valor definido em 0,5 pontos percentuais para cada ano). No caso da ocorrência de alterações significativas de contexto relacionadas com as condições de prestação do SPU, está prevista a aplicação de um fator adicional (K), cujo valor será determinado por acordo, mediante proposta de qualquer das partes que integram o Convénio.

- A definição para cada preço de uma variação anual máxima de 15% e uma variação global máxima de 30% para os 3 anos de vigência do Convénio.
- A fixação de uma variação anual máxima de 4 cêntimos para o preço do correio normal nacional até 20 gramas, utilizado pelo segmento ocasional.
- A continuação da aplicação do princípio da uniformidade tarifária, com a aplicação de um preço único em todo o território, aos envios de correspondência nacional até 50 gramas remetidos por utilizadores do segmento ocasional e nos envios do serviço registado de citações e notificações até 50 gramas.
- A disponibilização pelos CTT, de forma gratuita, no serviço nacional e internacional, da expedição de envios para os cegos e amblíopes, à exceção das sobretaxas aéreas, caso existam.

Em 28 de junho de 2022, os CTT foram notificados da decisão da ANACOM que deferiu o requerimento dos CTT para alteração da data para a entrada em vigor da decisão da ANACOM de 29 de abril de 2021 sobre a distribuição de envios postais em instalações distintas do domicílio para 1 de janeiro de 2023.

2.1.2. Setor Financeiro

Volvidos dois anos desde o início da crise pandémica de COVID-19, a agenda regulatória europeia e nacional deixa de ser marcada pela emissão de diplomas para fazer face ao contexto da pandemia.

No plano nacional, o Banco de Portugal começou por emitir uma medida macroprudencial sob a forma de recomendação, relativa à convergência da maturidade média de novos contratos de crédito à habitação para 30 anos. Com esta recomendação foram assim estabelecidos limites à maturidade máxima das novas operações de operações de crédito à habitação em função da idade dos mutuários.

Atendendo ao contexto geopolítico e económico existente, o Banco de Portugal emitiu uma Carta Circular relativa às expectativas e recomendações sobre cibersegurança e resiliência operacional, reforçando a necessidade de todas as instituições supervisionadas deterem sólidas estruturas de governo interno e adequados processos para monitorização dos riscos a que estão ou possam vir a estar expostas, incluindo os riscos cibernéticos, sendo elencado um conjunto de requisitos que as instituições devem adotar para assegurar a resiliência operacional.

Mais tarde, com o eclodir do conflito armado na Ucrânia, a Autoridade Bancária Europeia (EBA) emitiu um comunicado dirigido às instituições de crédito, para que disponibilizassem contas de pagamento com características básicas aos cidadãos ucranianos deslocados. Neste seguimento, o Banco de Portugal comunicou às instituições de crédito que desenvolvem a sua atividade em território nacional que deveriam apresentar a estes cidadãos as contas de serviços mínimos bancários como primeira alternativa aquando de pedidos de abertura de conta. Adicionalmente, foi recomendada a adoção de medidas simplificadas de identificação e diligência na abertura de contas de depósito à ordem relativas a estes cidadãos.

Por fim, o primeiro semestre de 2022 encerrou com a publicação, pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), da Norma Regulamentar n.º 6/2022-R relativa à segurança e governação das tecnologias de informação e comunicação e subcontratação a prestadores de serviços de computação em nuvem, no seguimento da publicação pela Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA) de Orientações no mesmo sentido. Esta norma regulamentar vem reforçar a necessidade de preparação das instituições, na prestação de serviços de seguros, contra eventuais incidentes de segurança. A ASF vem assim estabelecer requisitos e princípios gerais que devem presidir ao desenvolvimento de mecanismos de governação e segurança neste âmbito.

2.2 Linhas estratégicas

2.3 Objetivos de desenvolvimento sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas refletem 17 temas prioritários, a nível global, para a preservação do planeta e da dignidade do ser humano.

Os CTT, para além de alinharem a sua estratégia de gestão ambiental com os ODS prioritários para o setor, resultantes de um estudo do IPC – International Post Corporation, mapearam e elencaram os oito ODS prioritários para a sua cadeia de valor, utilizando a metodologia SDG Compass, desenvolvida pelo WBCSD, UN Global Compact e GRI.

Os CTT subscrevem igualmente os dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas que se reportam a Direitos Humanos, Práticas Laborais, Práticas Ambientais e Anticorrupção, expressando a intenção de apoiar e difundir os referidos princípios na sua esfera de influência e comprometem-se a fazer com que esses Dez Princípios se reflitam na estratégia, cultura e operações diárias da organização.

Além da sua operação interna, os CTT têm o compromisso de se envolver em projetos cooperativos que promovam os objetivos mais amplos de desenvolvimento.

No início de cada capítulo deste relatório, estão enumerados os ODS que são abordados na resposta aos desafios específicos desse capítulo. No quadro abaixo, apresenta-se o nível de desempenho no primeiro semestre de 2022 face aos oito ODS priorizados pelos CTT.

	Saúde e bem-estar Foco nas metas de prevenção e sinistralidade rodoviária Menos 8,9% de ocorrências registadas no 1.º Semestre de 2022, em relação a igual período homólogo de 2021.		Educação de qualidade Foco nas metas de formação em resposta às necessidades dos trabalhadores/as Mais de 83 mil horas de formação realizadas.
	Energia acessível e limpa Foco nas metas de energia renovável e eficiência energética 100% da energia elétrica consumida é produzida através de fontes renováveis.		Trabalho digno e cresc. económico Foco nas metas das condições de trabalho e apoio às PME, nomeadamente do comércio local Realização dos inquéritos “Voz do Colaborador/a” e “Voz da Direção” com vista à certificação como Empresa Familiarmente Responsável.
	Cidades e comunidades sustentáveis Foco na mobilidade elétrica e suave e na oferta carbonicamente neutra Aumento de 124% nos quilómetros efetuados em veículos elétricos.		Consumo e produção responsáveis Foco no portefólio eco e na produção da economia circular A gama de produtos eco representa 41,7% da linha de negócios Direct Mail.
	Ação contra a mudança global do clima Foco na gestão carbónica, na adesão a normativos internacionais e na educação ambiental Programa de descarbonização CTT e metas SBT alinhadas com a ambição de limitar aquecimento global a 1.5º C.		Paz, justiça e instituições eficazes Foco na anticorrupção e suborno, governance e ética e envolvimento com stakeholders O Banco CTT tem uma política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo. Não se identificaram riscos significativos relacionados com corrupção nas avaliações efetuadas.

2.4 Ética empresarial

Os princípios de atuação do Grupo CTT integram um conjunto de valores éticos que se encontram refletidos no respetivo Código de Conduta, compreendendo as normas de conduta individuais a serem observadas pelo universo CTT nas relações que se estabeleçam, quer internamente, quer junto de *stakeholders* externos.

É de destacar igualmente o “Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio”, através do qual é reconhecida a importância das medidas nele divulgadas para a promoção de um ambiente de trabalho saudável, que eleve a dignidade de todos os trabalhadores/as.

Compete à Comissão de Ética o acompanhamento e supervisão sobre a aplicação daqueles códigos, bem como a apreciação de comunicações de irregularidades relacionadas com situações de incumprimento de normas de conduta, tendo, no primeiro semestre de 2022, sido analisada apenas uma comunicação, que se concluiu no sentido da inexistência de conduta violadora das normas invocadas.

No domínio ao combate à corrupção, estão em vigor procedimentos para a identificação de autores ativos e passivos de situações de suborno e corrupção com vista ao seu enquadramento jurídico-penal, sendo averiguadas denúncias e reclamações e analisados procedimentos e práticas que proporcionam ou configuram comportamentos irregulares e de corrupção, estando a ser implementado um programa de cumprimento normativo, com vista a prevenir, detetar e sancionar atos de Corrupção e Infrações Conexas, em conformidade com o Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo DL 109-E/2021, de 9 de dezembro.

Em alinhamento com a legislação e regulamentação preventiva do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, encontram-se em vigor um conjunto de procedimentos preventivos, tendo, no 1.º semestre de 2022, sido reportadas às autoridades competentes (Departamento Central de Investigação e Ação Penal da Procuradoria-Geral da República e Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária) 24 comunicações, envolvendo operações financeiras que ascenderam a cerca de 2,3 milhões de euros.

No desenvolvimento de ações de investigação, ocorreram duas rescisões de contratos de trabalho (uma trabalhadora efetiva por apropriação de dinheiro de cliente e um contratado a termo certo por furto/violação de objetos).

Todas as operações do Banco CTT são submetidas a avaliação de risco. Os clientes e transações efetuadas são objeto de análise, de acordo com o risco que podem representar em termos de utilização do Banco para fins de branqueamento de capitais ou financiamento ao terrorismo (em que se inclui o crime de corrupção).

Também as relações relevantes com contrapartes financeiras e não financeiras são sujeitas a um processo de *due diligence*, que visa evitar a realização de negócio com entidades que apresentem riscos de branqueamento de capitais ou possam representar riscos reputacionais, por estarem envolvidas em crimes financeiros ou associados a práticas de corrupção.

O Banco CTT tem uma política de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e um conjunto de processos e procedimentos que visam assegurar os requisitos legais e mitigar os riscos da utilização do Banco para esses fins. Anualmente uma equipa de auditores externos faz a avaliação dos processos e procedimentos e realiza testes de efetividade. Não se identificaram riscos significativos relacionados com corrupção nas avaliações efetuadas.

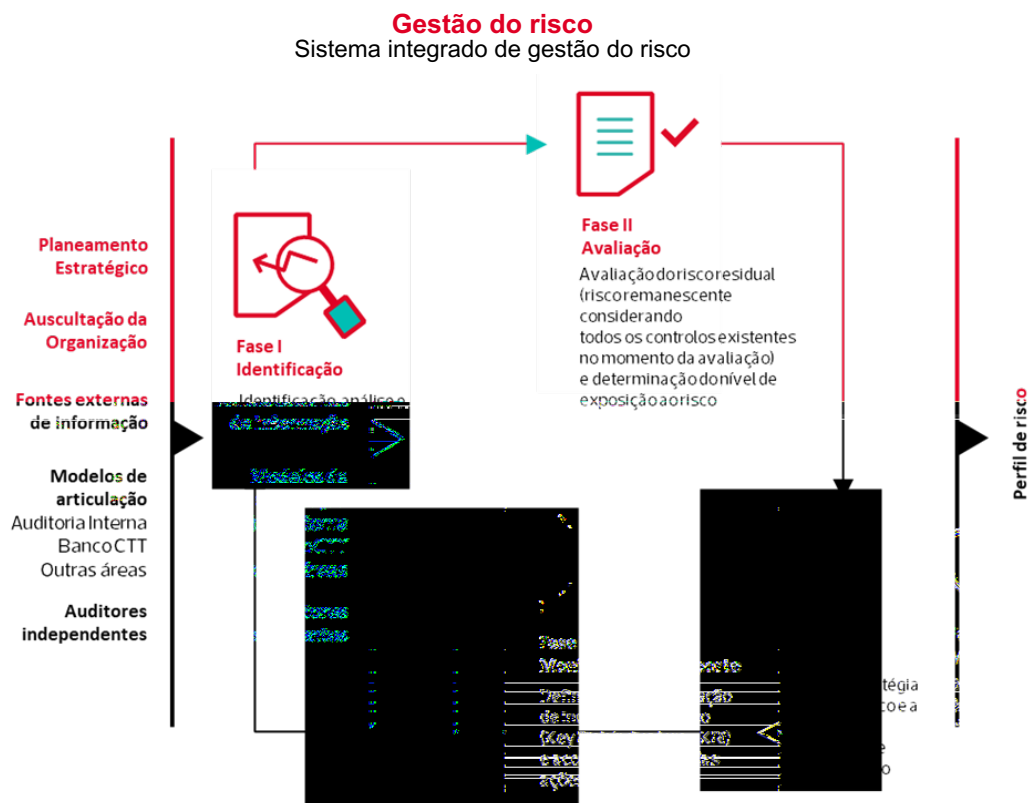
2.5 Gestão de riscos

2.5.1 Descrição do processo de gestão de risco

Os riscos decorrentes da atividade dos CTT e das suas subsidiárias são geridos tendo em conta a forma descrita no **Regulamento do Sistema de Gestão do Risco** aprovado pelo Conselho de Administração. Este documento, além de estabelecer normas, princípios e procedimentos orientadores da gestão do risco, define funções, responsabilidades e modelo de governo, assegurando a implementação de uma *framework* de apoio ao processo de tomada de decisão, levando em consideração os riscos a que os CTT estão expostos.

No âmbito da atividade bancária, o Banco CTT possui um sistema de gestão de riscos autónomo, suportado num conjunto de conceitos, princípios, regras e num modelo organizacional aplicável e ajustado às especificidades e ao enquadramento regulamentar da sua atividade. Contudo, está estabelecido um modelo de articulação entre as áreas responsáveis pela Gestão do Risco dos CTT e do Banco CTT, de forma a assegurar um alinhamento relativamente aos principais riscos interdependentes.

O **perfil de risco** apresenta-se como o *output* principal do processo, traduzindo a visão num dado momento sobre os eventos que, a ocorrer, poderão afetar de modo adverso a consecução dos objetivos estratégicos, comprometendo a sustentabilidade dos CTT. A revisão e atualização contínua do perfil de risco é, pois, fundamental, e assenta num processo dinâmico constituído por quatro fases sequenciais e inter-relacionadas e alimentado por um conjunto de *inputs* tal como ilustrado na figura seguinte:



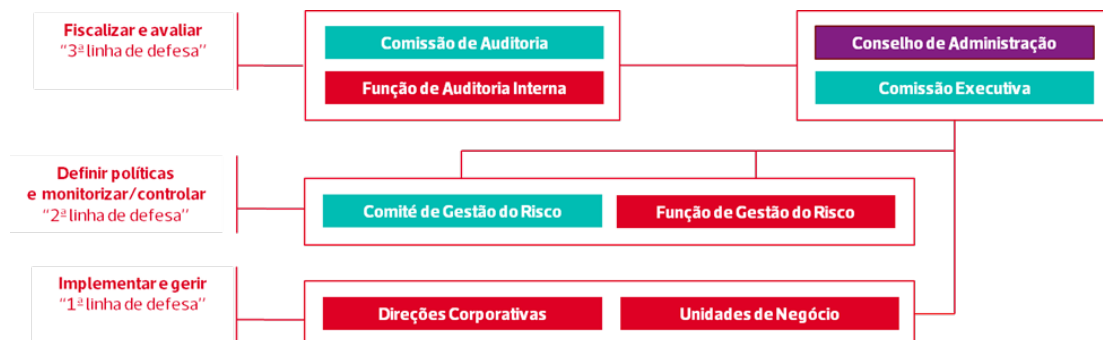
Os riscos identificados durante a Fase I são avaliados na Fase II segundo critérios qualitativos e quantitativos em termos de probabilidade de ocorrência, impacto e velocidade de materialização do efeito, de acordo com as diretrizes previstas no Regulamento do Sistema de Gestão do Risco.

O **nível de exposição ao risco** resulta da combinação da sua probabilidade e do seu impacto. Durante a Fase III, verificando-se que o nível de exposição a um determinado risco é superior ao apetite estipulado, são definidas e implementadas ações corretivas ou de mitigação com o objetivo de reduzir a exposição, através da diminuição da probabilidade e/ou do impacto. O **apetite ao risco** traduz-se, assim, no nível máximo de exposição que os CTT assumem de forma consciente e estão dispostos a aceitar na prossecução da sua estratégia tendo em consideração os seus princípios de negócio, as suas políticas e procedimentos bem como o facto de operarem em mercados fortemente regulados. O apetite ao risco é revisto anualmente.

A evolução dos principais riscos dos CTT (aqueles com maior nível de exposição) é monitorizada na Fase IV através de **Key Risk Indicators (KRI)**. Os KRI funcionam como barómetro do nível de exposição atual dos CTT aos riscos, alertando para eventuais alterações da probabilidade de ocorrência e/ou do impacto do evento de risco e permitindo, desta forma, agir tempestivamente no sentido de fazer diminuir o nível de exposição para valores de conforto dentro do apetite ao risco definido.

Modelo de Governo

A gestão e controlo de risco são assumidos nos CTT por toda a estrutura organizacional, envolvendo desde a gestão de topo aos níveis mais operacionais, através de um modelo de “3 linhas de defesa” baseado nas boas práticas de Auditoria e Controlo Interno:



O **Conselho de Administração** aprova as principais políticas e a orientação de risco dos CTT, definindo o perfil e objetivos em matéria de assunção de riscos e criando sistemas para o seu controlo. Adicionalmente procede à avaliação da eficácia do Sistema de Gestão do Risco, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com os objetivos definidos.

A **Comissão de Auditoria** supervisiona e avalia as políticas e o sistema de gestão do risco, podendo propor à Comissão Executiva medidas destinadas a melhorar o seu funcionamento. Também acompanha e aprecia o perfil e objetivos em matéria de assunção de riscos, os níveis de exposição ao risco e as medidas de mitigação neste âmbito.

A **Comissão Executiva** aprova o perfil de risco e os níveis de exposição ao risco dos CTT, assim como os modelos, processos e procedimentos de gestão do risco, além das iniciativas propostas de mitigação, dando execução e tendo em conta os termos e objetivos definidos e aprovados pelo Conselho de Administração.

O **Comité de Gestão do Risco** apoia a Comissão Executiva no processo de preparação e aprovação das estratégias e políticas de gestão do risco, monitorizando a sua execução.

A **função de gestão do risco**, assegurada pela área de Gestão do Risco na Direção de Auditoria e Qualidade, é responsável pela coordenação centralizada do Sistema de Gestão do Risco dos CTT e o

planeamento e implementação de programas de gestão dos riscos suportados no Regulamento do Sistema de Gestão do Risco da Empresa.

A **função de auditoria interna**, assegurada pela área de Auditoria Interna na Direção de Auditoria e Qualidade, avalia a qualidade e eficácia do Sistema de Gestão do Risco e identifica e caracteriza eventos de risco no âmbito das atividades de auditoria realizadas.

As restantes **Direções Corporativas** e **Unidades de Negócio** operacionalizam as políticas e procedimentos de gestão do risco aprovados e propõem ações de mitigação para os principais riscos identificados.

2.5.2 Riscos enfrentados pelos CTT

Durante o 1º semestre de 2022 os CTT estiveram particularmente atentos à evolução do seu nível de exposição aos seguintes riscos:

Negócios impactados	Risco e resposta CTT
	Incidentes cibernéticos Categoria: Risco de interrupção do negócio O cibercrime é um dos desafios económicos e de segurança nacional mais sérios que os governos em todo o mundo enfrentam. Atendendo à cada vez maior dependência das tecnologias de informação nos negócios dos CTT, a segurança e proteção de informação é, pois, um tema de enorme relevância. Motivo de particular preocupação é o crescimento em volume e grau de sofisticação dos ataques cibernéticos. Neste domínio os CTT têm continuado a sua aposta no reforço de controlos tecnológicos de segurança e em campanhas de formação dos seus trabalhadores sobre boas práticas de teletrabalho e consciencialização para o cibercrime.
	Desempenho ESG (ambiental, social e de governação) Categoria: Risco de sustentabilidade O desempenho ESG (ambiental, social e de governação) é cada vez mais um fator essencial para o desenvolvimento sustentável, o sucesso e a sobrevivência das empresas nos nossos dias. Os CTT assumem uma posição sólida em cada uma das dimensões ESG sendo este um dos pilares fundamentais do atual processo de transformação interna. Em termos ambiciosos os CTT comprometem-se a atingir a neutralidade carbónica até 2030, a continuar a promover um impacto social positivo nas comunidades locais, a tornar-se uma entidade empregadora de referência em Portugal e a lançar uma série de incentivos ESG dentro da organização.
	Abrandamento da recuperação económica Categoria: Risco de procura Ainda que a economia portuguesa tenha mantido um ritmo de crescimento acima do esperado no início de 2022, as expectativas de uma rápida e total recuperação económica após a crise pandémica foram abaladas pelo início do conflito na Ucrânia que intensificou as pressões inflacionistas que já se vinham verificando com reflexo particular no preço dos bens energéticos. A queda do rendimento real das famílias tenderá a afetar a recuperação do consumo com potenciais impactos também na procura por bens e serviços dos CTT. No caso de se vir a materializar um cenário de recessão, os CTT dispõem de várias ferramentas e estratégias que visam garantir a flexibilidade necessária para a gestão dos respetivos impactos.

Negócios impactados

Risco e resposta CTT



Alterações regulatórias

Categoria: Risco de regulação

Enquanto prestador do Serviço Postal Universal (SPU), os CTT operam num ambiente regulado e estão sujeitos a um número significativo de requisitos legais e regulatórios relativos a regime de preços, parâmetros da prestação do SPU e qualidade dos serviços. A alteração destes requisitos, da sua aplicação ou da sua interpretação pode determinar uma redução significativa da margem associada aos produtos e serviços no âmbito SU e o consequente efeito adverso nos resultados dos CTT. O novo contrato de concessão do Serviço Postal Universal (SPU) entrou em vigor em fevereiro. Nos meses seguintes desenrolou-se um processo negocial entre os CTT, a Anacom e a DGC do qual resultou um princípio de acordo relativo ao projeto de convénio de preços do SPU.



Saúde e segurança

Categoria: Risco de capital humano

A ocorrência de acidentes de trabalho constitui um risco significativo num universo tão vasto de trabalhadores como o dos CTT. Operando uma das maiores frotas em Portugal, os CTT estão particularmente expostos ao risco de sinistralidade rodoviária. Por outro lado, a pandemia impactou o acesso dos trabalhadores a cuidados de saúde (situação que ainda está a ser regularizada) e fez emergir o problema da saúde mental potenciado pela interrupção das rotinas e condições normais de trabalho.

Os CTT estão atentos a estes e outros problemas e têm assumido o compromisso de assegurar aos seus colaboradores condições de segurança em todos os aspetos do seu trabalho, com vista a prevenir acidentes e consequentes lesões bem como a promover um ambiente laboral saudável.



Diminuição do volume de correio

Categoria: Risco de procura

A intensificação do fenómeno de digitalização e substituição do correio físico por outras formas de comunicação digital tem conduzido a uma queda contínua do tráfego postal ao longo da última década. Os efeitos da pandemia na economia vieram acelerar ainda mais esta tendência, tendo-se registado valores mínimos históricos na procura por serviços de correio. Independentemente da incerteza que ainda possa existir quanto ao ritmo a que o tráfego postal continuará a cair no contexto pós-pandemia, os CTT estão desde já a repensar os atuais modelos operacionais de forma a adaptá-los a volumes substancialmente menores tendo sempre presente uma lógica de sustentabilidade do negócio.



Roturas na cadeia de abastecimento

Categoria: Risco de continuidade do negócio

Ao longo dos últimos dois anos, as cadeias de abastecimento globais foram levadas ao limite, revelando as fragilidades de sistemas complexos que podem afetar qualquer empresa em qualquer parte do mundo. Com a retoma dos níveis de procura para valores pré-pandemia, as cadeias de abastecimento voltaram a estar sobre enorme pressão, facto agravado pelo início do conflito na Ucrânia (que fez escassear determinados tipos de matérias-primas) assim como pela adoção da política zero-Covid na China. Os CTT têm-se mantido bastante atentos a esta situação, procurando sempre que possível diversificar os fornecedores e gerindo de uma forma mais conservadora os níveis de 'stock' dos materiais mais críticos.

3. NEGÓCIOS CTT

3.1 Correio

Os **rendimentos operacionais de Correio e Outros** atingiram 241,6 M€ no 1S22, o que se traduziu num crescimento de 24,0 M€ (+11,0%) em relação ao 1S21.

O crescimento desta área de negócio foi impulsionado pelo segmento de **soluções empresariais** (+34,6 M€) refletindo a integração da empresa New Spring Services na oferta dos CTT em setembro de 2021 (+11,9 M€) e o crescimento de 22,7 M€ do negócio base de soluções empresariais, em grande medida devido a uma receita relacionada com um projeto de venda de computadores iniciado no último trimestre de 2021 (+21,5 M€).

No 1S22 os rendimentos relativos aos serviços de correio apresentaram uma variação de -5,0% (-10,4 M€) face ao 1S21, penalizados pelo decréscimo acentuado dos rendimentos do **correio internacional de entrada** (-10,8 M€; -53,5%).

De realçar que o tráfego de correio endereçado, excluindo o correio internacional de entrada, registou no 1S22 uma queda de apenas 2,2% face ao 1S21, o que nunca tinha ocorrido nos últimos 5 anos. A receita associada cresceu 1,0%. Esta situação resultou do bom desempenho do canal empresarial, que permitiu mitigar a redução da atividade no canal de retalho devido à menor procura de pacotes postais de *e-commerce*, o que resultou numa pressão no preço médio devido ao efeito *mix* entre o canal empresarial e o canal retalho, de valor unitário superior.

Destaque para o crescimento da receita do **correio registado** (+4,0 M€; 6,6%), do **correio azul** (+0,2 M€; +5,8%) e do **correio internacional de saída** (+2,9 M€; +14,7%) que, sem o valor da receita adicional verificada no mês de fevereiro devido à repetição das eleições legislativas no círculo da Europa, teria um ligeiro decréscimo de -0,6 M€ (-3,2%).

As restantes linhas de negócio apresentaram decréscimos nos rendimentos: correio normal (-3,9 M€; -5,3%), **correio verde** (-1,0 M€; -19,8%), **correio editorial** (-0,4 M€; -6,6%), **correio publicitário** (-0,3 M€; -3,7%), **encomendas** (-0,4 M€; -11,1%), **filatelia** (-0,3 M€; -10,3%) e **outros produtos e serviços de correio** (-0,1 M€; -8,7%).

As **soluções empresariais** registaram rendimentos de 41,8 M€ (+34,6M€), fruto da consolidação da NewSpring Services (+11,9 M€) e da receita relacionada com o projeto de venda de computadores (+21,5 M€) no 1T22. Excluindo estes efeitos, a receita cresceu 17,4% face ao 1S21 em resultado da manutenção da aposta na diversificação da oferta e fortalecimento das competências já existentes.

De destacar ainda, dentro das soluções empresariais: (1) o crescimento do negócio de gestão documental, com a angariação de novos clientes, nomeadamente de *utilities*, banca e serviços e de novos municípios para a solução de gestão de contraordenações; (2) o lançamento, no final de maio, de uma nova versão do produto de correio híbrido **e-Carda**, que permite às pequenas e médias empresas digitalizarem os seus processos de envio de correio, e (3) o reforço da oferta de equipamentos informáticos e lançamento de um novo catálogo de economato, consolidando a estratégia dos CTT de se tornarem o parceiro de referência, numa lógica de “*one stop shop*”, para as empresas nacionais.

A 7 de março entraram em vigor os novos preços de 2022 dos serviços postais prestados no âmbito do serviço universal, determinados de acordo com a Lei n.º 17/2012, de 26 abril, alterada pelo Decreto-Lei n.º 22-A/2022, de 7 fevereiro (Lei Postal).

A variação média de preços do Serviço Universal¹¹ no 1S22 foi de 4,93% face ao período homólogo.

Tráfego de correio

No 1S22, o **tráfego endereçado** teve um decréscimo de 3,9% face ao 1S21.

Tráfego de correio

	1S21	1S22	Δ	2T21	2T22	Δ
Transacional	216,0	206,6	-4,3%	108,9	102,1	-6,3%
Publicitário	19,1	19,5	2,4%	9,0	11,2	23,9%
Editorial	14,7	13,9	-5,9%	7,5	7,0	-7,1%
Total endereçado	249,8	240,0	-3,9 %	125,4	120,2	-4,1 %
Publicitário não endereçado	222,1	208,1	-6,3%	130,1	98,2	-24,5%

milhões de objetos

O tráfego do **correio transacional** apresentou uma queda de 4,3% face ao 1S21, sendo esta influenciada pela redução mais acentuada do **correio internacional de entrada** (-36,3%). Esta tendência de queda tem vindo a ser observada desde o segundo semestre de 2021 pelo facto de, no dia 1 de julho de 2021, ter entrado em vigor a abolição da isenção de IVA nos envios postais com valor inferior a 22 Euros (“de minimis”) levando à necessidade de desalfandegamento de todos os objetos de origem extracomunitária, o que se traduziu num aumento dos tempos de trânsito em alfândega.

Em sentido contrário, verificou-se crescimento do tráfego de **correio registado** (+8,7%) impulsionado pela dinâmica dos clientes contratuais, em particular do setor do Estado e dos Serviços, e do **correio internacional de saída** (+7,7%) impactado pelo efeito da repetição das eleições no círculo da Europa. Excluindo este efeito, teria havido um decréscimo de 4,4%.

No 1S22, o tráfego do **correio publicitário endereçado** registou um crescimento de 2,4%. O **correio publicitário não endereçado** registou um decréscimo de 6,3%.

Foi lançada uma nova solução CTT Ads Criatividade, em parceria com a agência Milford, para o desenvolvimento estratégico e criativo de campanhas de comunicação. Deu-se continuidade à campanha “Casos de Sucesso CTT Ads”, com o intuito de dinamizar a oferta de publicidade junto de clientes com negócios online, para promover a experimentação das soluções de publicidade.

Portefólio eco

Os CTT têm vindo a constatar uma adesão continuada por parte dos seus clientes ao uso dos produtos de correio que incorporam características de proteção ambiental, demonstrando uma crescente sensibilidade dos clientes a estes argumentos, em grande medida impulsionada pela visibilidade dos seus atributos ambientais e carbónicos.

O **correio verde** é uma oferta 100% ecológica, que aposta na conveniência aliada à proteção ambiental, garantindo a compensação carbónica das emissões diretas decorrentes do tratamento, transporte e distribuição dos seus produtos e que não foram possíveis evitar, sem custos adicionais para os clientes. Apesar da quebra em termos absolutos, a gama eco do correio verde contabilizou cerca de 3 milhões de objetos vendidos.

¹¹ Inclui correspondências, correio editorial e encomendas do Serviço Universal, excluindo o correio internacional de chegada.

A gama de serviços de *marketing* direto eco fornece um símbolo distintivo para as campanhas que se destacam positivamente pelo seu desempenho ambiental, mediante o cumprimento de vários critérios ecológicos. Esta oferta visa projetar a utilização do canal correio com mérito ecológico, através da utilização de matérias-primas ecológicas, processos de produção responsáveis e gestão adequada do final de ciclo de vida. No 1.º semestre de 2022, a gama eco manteve seu peso relativo (42,5%) no tráfego nacional do *direct Mail*, com cerca de 8,3 milhões de objetos.

Filatelia

Do primeiro semestre de 2022, destacam-se as seguintes emissões:

Emissões Filatélicas Comemorativas 2022	
- Rostos Portugueses na ONU 100 Anos da 1.ª Travessia do Atlântico Sul - Vultos da História e da Cultura 175 Anos do Grémio Literário 250 Anos da Reforma Pombalina da Universidade de Coimbra - Europa – Histórias e Mitos - Beato Carlos da Áustria - A Caça em Portugal (2.ª série)	Acontecimentos Nacionais e Internacionais
- Cavalos-Marinheiros da Ria Formosa - Fainas Épicas de Portugal	Ambiente e Sustentabilidade
- Ano Internacional das Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável - Numismática Portuguesa - Autoadesivos (3.ª série) - Selos Personalizados - Monstros Fantásticos 60 Anos Campeões Europeus 2.º grupo - Sexta 13 – Noite das Bruxas	Autoadesivos

Livros Filatélicos
- Catálogo 200 Edições CTT - Vida Familiar à Mesa 1914-1945 - Fainas Épicas do Mar Português

Poderá descobrir mais sobre o plano de emissões filatélicas e sobre o plano editorial dos CTT em: <https://www.ctt.pt/particulares/filatelia>.

3.2 Expresso e Encomendas

Os **rendimentos operacionais** de Expresso e Encomendas atingiram 122,7 M€ no 1S22, -3,1 M€ (-2,5%) do que no 1S21.

De recordar que o 1T22 foi impactado por um comparável difícil face ao período homólogo. O 1T21 foi marcado pelos efeitos das restrições da pandemia de COVID-19, nomeadamente o segundo confinamento, que impulsionou fortemente o crescimento da atividade de *e-commerce*.

Em Portugal no 2T22 a atividade **CEP** recuperou a trajetória de crescimento do tráfego por dia útil em 3,5%, suportado essencialmente em clientes de atividade de *e-commerce* (B2C), com particular incidência grandes *marketplaces* globais.

A **logística**, que constitui um pilar do desenvolvimento da estratégia de integração vertical com o CEP, continuou a trajetória de crescimento a duplo dígito (+19,4%) no 1S22 assente na angariação de novos clientes, que no 1T22 permitiu efetuar a operação logística completa do fornecimento de computadores e periféricos às escolas portuguesas.

Os rendimentos da linha de produto **carga** situaram-se em 2,6 M€ no 1S22, -44,9% face ao 1S21, redução esta relacionada com a alteração da estratégia operacional, que visou encontrar uma solução para posicionar esta linha de produto em níveis de margem positivos.

A linha de produto **banca** fechou o semestre com rendimentos de 2,1 M€ (-9,1% face ao 1S21), continuando sob pressão, num contexto de continuada redução do número de pontos da rede bancária, bem como de redução da frequência de recolha/entrega.

Os CTT continuaram a desenvolver a sua estratégia de **Cacifos 24H**, públicos, privados (residenciais e corporativos) e *Click&Collect*. Estes permitem que os clientes possam levantar as suas encomendas com a máxima conveniência, 24 horas por dia em todos os dias da semana. No final de junho de 2022 eram 350 os Cacifos 24H, localizados em diversos locais do país, nomeadamente em hospitais, plataformas de transporte intermodal, centros comerciais, campus universitários, redes de retalho físico, parques de estacionamento, estações de serviço, ou no caso dos cacifos privados, em condomínios privados e em escritórios/zonas empresariais.

No final de 2021 os CTT estabeleceram uma parceria com a YunExpress do Zongteng Group tendo criado a Open Lockers para gerir e desenvolver o negócio dos Cacifos 24H na Península Ibérica, com o objetivo de instalar uma vasta rede de cacifos em Portugal até ao final de 2022.

Os rendimentos em Espanha situaram-se em 59,5 M€ no 1S22, 4,0% acima do 1S21, com um crescimento de 32,7% da margem de contribuição¹², ancorado num aumento de preço médio superior à evolução dos custos unitários, o que permitiu voltar a apresentar neste trimestre um EBIT recorrente positivo¹³. A implementação de um novo modelo comercial e ampliação da oferta irão permitir a consolidação da trajetória de crescimento no segundo semestre de 2022.

A Empresa prossegue a sua estratégia de investimento em tecnologia e inovação e de arranque de novos centros de distribuição próprios, que permitirá avançar na aposta do crescimento ibérico.

¹² Receitas deduzidas de gastos diretos operacionais (exclui *overheads*, essencialmente edifícios e frota).

¹³ Contas individuais.

Os **rendimentos em Moçambique** no 1S22 situaram-se em 1,7 M€, 13,0% acima do 1S21. O crescimento verificado foi suportado pela parceria com um transitário em África.

Portefólio eco

As emissões diretas associadas à oferta nacional de expresso e encomendas dos CTT são totalmente compensadas através de projetos de compensação carbónica, escolhidos pelo público e que promovem impactos positivos na biodiversidade e no desenvolvimento das comunidades locais onde são desenvolvidos.

Em 2021, os CTT lançaram um projeto-piloto inovador de utilização de embalagens reutilizáveis, para as compras *online*. Esta Embalagem Eco Reutilizável tem uma capacidade de resistência prevista até 50 envios, permitindo reduzir o desperdício associado a soluções de embalamento de utilização única utilizadas no mercado do comércio eletrónico, diminuir a pegada carbónica associada à sua produção e promover uma economia mais circular através da reutilização.

Paralelamente, em Espanha, a CTT Express continua a aposta na comercialização de novos formatos de embalagens que incorporam plásticos reciclados e são recicláveis. Estas embalagens possuem o selo Blue Angel, uma certificação alemã que comprova a adoção de boas práticas ecológicas aplicadas ao fabrico e funcionamento de um produto ou serviço.

A oferta *Green Deliveries* (Entregas Verdes) continua a atrair o interesse dos clientes CTT em 2022. Esta oferta está disponível para clientes empresariais e permite que todas as entregas nos locais contratados, atualmente em Lisboa e no Porto, sejam feitas exclusivamente com veículos elétricos. É um serviço que potencia uma melhoria da qualidade do ar nos centros urbanos, uma vez que estes veículos não emitem partículas poluentes. Desde o seu lançamento em meados de 2020, já foram entregues mais de 173 mil objetos, representando uma receita de cerca de 251 mil euros. Destaca-se ainda que os CTT adquiriram 100% da eletricidade que consomem através de fontes renováveis, o que impacta positivamente a pegada carbónica associada a esta oferta.

3.3 Banco CTT

Os **rendimentos operacionais** do Banco CTT atingiram 57,9 M€ no 1S22, um aumento de 12,3 M€ (+26,8%) face ao 1S21.

O crescimento dos rendimentos contou com a performance positiva da **margem financeira**, que atingiu 34,4 M€ no 1S22, 8,7 M€ acima do 1S21 (+33,7%).

A carteira de crédito ao consumo do **Cartão Universo** gerou rendimentos de 10,3 M€ no 1S22, com um volume de balanço líquido de 324,1 M€ em junho de 2022, +32,0 M€ (+11,0%) face a dezembro de 2021.

Os juros recebidos de **crédito ao consumo** atingiram 21,5 M€ no 1S22, mais 3,4 M€ (+18,8%) face ao 1S21, ascendendo no **crédito automóvel** a uma carteira líquida de imparidades de 698,8 M€ (+7,7% face a dezembro de 2021). A produção de crédito automóvel situou-se nos 125,5 M€ (+37,3% face ao 1S21).

Os juros recebidos de **crédito à habitação** registaram um acréscimo de 11,9% face ao 1S21, com uma carteira de crédito habitação líquida de imparidades de 629,3 M€ (+5,8% face a dezembro de 2021). A produção de crédito à habitação ascendeu a 72,0 M€, +3,9% (+2,7 M€) face ao 1S21.

As **comissões recebidas** desta área de negócio atingiram 21,6 M€, +3,5 M€ (+19,1%) face ao 1S21. Referem-se as contribuições positivas (i) das comissões recebidas de **contas e cartões**, que ascenderam a 5,8 M€ (+0,9 M€; +19,2% face ao 1S21), (ii) dos **produtos de poupança** (*off-balance*) que ascenderam a 2,3 M€ (+0,7 M€; +42,1% face ao 1S21) e resultaram de um volume líquido *off-balance* de 840,5 M€, 18,6% acima de dezembro de 2021, (iii) dos **créditos ao consumo** (*off-balance*) com 1,4 M€ (+0,5M€; +64,6% face ao 1S21), e (iv) dos **pagamentos**, que ascenderam a 8,8 M€ (+0,7 M€; +9,0% do que no 1S21).

O bom desempenho comercial do Banco CTT continuou a permitir o crescimento dos **depósitos de clientes** para 2 259,6 M€ (+6,4% face a dezembro de 2021) e do **número de contas** para 581 mil contas (mais 8 mil do que em dezembro de 2021).

O **rácio de transformação** no final de junho de 2022 ascendeu a 73,4%.

Portefólio eco

Empenhados em alargar a oferta de soluções de poupança e investimento, foi lançado o produto Crédito Habitação Sustentável Banco CTT, que atribui um desconto no *spread* associado ao contrato de crédito em função do nível de certificação energética da habitação.

O Banco continua a apoiar o projeto Hortas BIO, em conjunto com as Escolas da Associação Bandeira Azul da Europa, contribuindo para a construção de hortas em escolas nacionais. Pretende-se, através delas, sensibilizar e educar as comunidades escolar e local para o tema da sustentabilidade, nomeadamente incentivar os alunos a criar e manter hortas escolares, cultivadas de modo biológico, aprofundando conhecimentos relacionados com as práticas de agricultura biológica e de alimentação saudável e sustentável.

Numa atitude *eco-friendly*, os novos cartões de débito Banco CTT enviados aos clientes são produzidos em 100% com plástico reciclado.

3.4 Serviços Financeiros e Retalho

Os **rendimentos operacionais** dos Serviços Financeiros e Retalho atingiram 24,2 M€ no 1S22, mais 0,5 M€ (+2,2%) do que no 1S21.

Verificou-se uma evolução positiva dos rendimentos no 2T22, um crescimento de 0,7 M€ (+6,3%) face ao 2T21, já que no 1T22 estes tinham decrescido (-0,2 M€; -1,7%) face ao 1T21.

Os **serviços financeiros** (excluindo outros rendimentos) registaram rendimentos de 15,4 M€, um decréscimo de 0,8 M€ (-4,7%) face ao 1S21. Destacam-se os seguintes contributos:

- A sustentabilidade dos investimentos em **títulos da dívida pública** (Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro), que capturaram poupanças de 2 154,1 M€ no 1S22, com uma média de 17,4 M€/dia (18,9 M€/dia no 1S21), apesar da instabilidade do contexto internacional, do aumento da taxa de inflação e da redução de 6,4% nos vencimentos dos títulos que afeta os valores passíveis de recaptura. O mês de julho aponta para o reforço deste tipo de poupança suportado nos Certificados de Aforro, cuja taxa de rentabilidade (indexada à EURIBOR 3 meses) tem vindo a aumentar desde o início do ano.
- O reforço dos **produtos financeiros não bancários**, na área de seguros reais e plano de saúde, que tende a ganhar materialidade no retalho financeiro dos CTT. No 1S22 atingiu-se 46,0 M€ de subscrições.

- Os rendimentos dos **vales** registaram 3,0 M€ no 1S22, +5,4% do que no 1S21. As emissões extra de outras prestações sociais, criadas ao abrigo do atual enquadramento macroeconómico, contribuíram para atenuar a quebra estrutural associada à substituição deste meio de pagamento.
- Os **serviços de pagamentos** dos CTT registaram rendimentos de 0,8 M€ no 1S22, menos 0,1 M€ (-7,6%) face ao 1S21. De salientar, que o início do ano de 2021 foi beneficiado pelo encaminhamento para as lojas dos CTT do pagamento de impostos, em resultado das medidas de contingência da pandemia.

Os **produtos e serviços de retalho** (excluindo outros rendimentos) atingiram 8,4 M€ de rendimentos no 1S22, um aumento de 0,9 M€ (+11,9%) face ao 1S21, impulsionado pela distribuição de jogos sociais (+20,7%). Esta linha de negócio tem vindo a ser dinamizada, com foco nas boas práticas comerciais, nomeadamente no que respeita aos fatores exposição e abordagem comercial no atendimento.

Os CTT têm vindo a reforçar o seu posicionamento no segmento de retalho, proporcionando uma oferta mais robusta, mais regular e mais abrangente na cobertura da rede de lojas e pontos CTT, promovendo a recorrência da compra e a compra por impulso, bem como dinamizando a venda de produtos específicos designadamente tecnologia de conveniência.

3.5 Perspetivas futuras

Outlook para o exercício de 2022

Num contexto de aumento e persistência dos riscos macroeconómicos e geopolíticos, o *guidance* para 2022 é reafirmado conforme segue:

1. Queda do tráfego de correio ao nível de um dígito médio-alto, uma melhoria relativamente ao anterior *guidance* que previa uma queda de um dígito alto;
2. Crescimento de dois dígitos baixos no tráfego ibérico de E&E, sem alteração e sujeito à normalização das cadeias de abastecimento;
3. Crescimento das receitas ao nível de um dígito médio-alto, sem alteração;
4. Expectativa de EBIT recorrente do exercício de 2022 acima de 65 M€ dentro do intervalo previsto no *guidance* inicial.

Mantêm-se as perspetivas de risco, conforme segue: (1) os riscos macro são relevantes e persistentes, nomeadamente, incerteza geopolítica, inflação, custo da energia e das matérias-primas e de minimis; (2) a pandemia de COVID-19 continua a representar um fator de risco relevante; e (3) existem também riscos graves no funcionamento das cadeias logísticas, nomeadamente com origem na Ásia.

O *guidance* para os rendimentos operacionais e EBIT recorrente reflete um crescimento e transformação contínuos, não obstante um ambiente desafiante.

4. DESEMPENHO

4.1 Capital financeiro

De referir que o 1S22 foi marcado negativamente por fatores de conjuntura económica internacional associados ao conflito militar Rússia/Ucrânia, desencadeando constrangimentos na cadeia de fornecimento de bens a nível global, e pelos efeitos de longo prazo da pandemia de COVID-19.

Rendimentos operacionais

Os **rendimentos operacionais dos CTT** cresceram 8,2% no 1S22, atingindo 446,4 M€, mais 33,6 M€ do que no 1S21, refletindo o desempenho do negócio de Correio e Outros (+24,0 M€; +11,0%), o crescimento do Banco CTT (+12,3 M€; +26,8%) e dos Serviços Financeiros e Retalho (+0,5 M€; +2,2%). O Expresso e Encomendas apresentou um decréscimo nos rendimentos (-3,1 M€; -2,5%).

Rendimentos operacionais

	1S21	1S22	Δ	Δ%	2T21	2T22	Δ	Δ%
Rendimentos operacionais	412,8	446,4	33,6	8,2%	207,5	211,7	4,2	2,0%
Correio e Outros	217,6	241,6	24,0	11,0%	109,0	108,1	-0,8	-0,8%
Expresso e Encomendas	125,8	122,7	-3,1	-2,5%	62,4	61,3	-1,1	-1,7%
Banco CTT	45,7	57,9	12,3	26,8%	24,5	29,9	5,4	22,0%
Serviços Financeiros e Retalho	23,7	24,2	0,5	2,2%	11,6	12,3	0,7	6,3%

Milhões €

Gastos operacionais

Os **gastos operacionais** totalizaram 425,7 M€, um crescimento de 43,9 M€ (+11,5%) face ao 1S21.

Gastos operacionais

	1S21	1S22	Δ	Δ%	2T21	2T22	Δ	Δ%
Gastos com pessoal	177,3	178,5	1,2	0,7%	88,1	86,7	-1,4	-1,6%
FSE	154,6	165,4	10,8	7,0%	78,9	80,1	1,1	1,5%
Imparidades e provisões	5,8	13,2	7,4	127,8%	3,4	7,4	4,0	117,9%
Outros gastos	17,8	38,9	21,1	118,5%	8,8	9,0	0,3	3,1%
Gastos operacionais (EBITDA)¹⁴	355,5	396,0	40,5	11,4%	179,2	183,3	4,1	2,3%
Depreciações e amortizações	28,6	31,8	3,2	11,1%	14,6	16,4	1,8	12,4%
Itens específicos	-2,3	-2,1	0,2	10,6%	-1,5	0,6	2,1	142,9%
Reestruturações empresariais e projetos estratégicos	9,4	3,6	-5,8	-61,7%	8,9	2,9	-5,9	-66,7%
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	-11,7	-5,7	6,1	51,6%	-10,3	-2,3	8,0	77,6%
Gastos operacionais	381,8	425,7	43,9	11,5%	192,3	200,3	8,0	4,2%

Milhões €

¹⁴ Em 2021 os gastos operacionais (EBITDA) passaram a incluir as imparidades e provisões e o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma.

Os **gastos com pessoal** cresceram 1,2 M€ (+0,7%) no 1S22, essencialmente na área de negócio de Correio e Outros (+1,9 M€), devido à aquisição da NewSpring Services (+6,4 M€), e no Banco CTT (+0,3 M€) devido ao aumento da atividade comercial e ao reforço das equipas no contexto da parceria com a Sonae Financial Services. Este crescimento foi parcialmente compensado nas restantes áreas de negócio (-1,0M€). Excluindo a alteração do perímetro de consolidação, estes gastos teriam diminuído 5,2 M€, em resultado das medidas de aumento de produtividade e foco na eficiência operacional.

Os gastos com **fornecimentos e serviços externos** aumentaram 10,8 M€ (+7,0%), quer pelo efeito inorgânico da aquisição da NewSpring Services (+3,9 M€), quer pelo crescimento do negócio, com especial foco nas seguintes rubricas: gastos diretos, impactados pelo efeito das eleições (+3,3 M€) e pelo crescimento das soluções empresariais (+0,6 M€), trabalho temporário (+1,5 M€) e recursos físicos e tecnológicos (+1,5 M€).

As **imparidades e provisões** aumentaram 7,4 M€ (+127,8%), em resultado do crescimento da carteira de crédito auto e do cartão de crédito Universo.

Os **outros gastos** aumentaram 21,1 M€ (+118,5%), maioritariamente na área de negócio de Correio e Outros devido ao crescimento das soluções empresariais (+20,7 M€ relativos ao projeto de computadores acima referido).

As **depreciações e amortizações** aumentaram 3,2 M€ (+11,1%), em resultado do investimento efetuado em sistemas de informação (+1,5 M€) e em equipamento postal (+0,3 M€) e pela realização de novos contratos de arrendamento de edifícios e viaturas que impactaram, por via do normativo contabilístico IFRS 16, as amortizações (+1,3 M€).

Os **itens específicos** ascenderam a -2,1 M€, devido a: (i) outros rendimentos e gastos não recorrentes (-5,7 M€) que englobam ganhos e perdas brutas com a valorização de derivados contratados (-5,0 M€), (ii) reestruturações (+2,4 M€), que incluem acordos de suspensão de contratos de trabalho, e (iii) projetos estratégicos (+1,2 M€).

A valorização da estrutura de derivados no montante de 5,0 M€, conforme acima referido, resulta do MTM (*Mark to Market*) dos derivados de taxa de juro sobre a forma de Cap Agreement e Interest Rate Swap associado à operação de securitização Ulisses 2 e 3.

EBIT e Resultado Líquido

O **EBIT recorrente** situou-se em 18,6 M€ no 1S22, -10,1 M€ (-35,0%) do que no 1S21, com uma margem de 4,2% (7,0% no 1S21).

Esta evolução deveu-se ao decréscimo verificado no EBIT nas diversas áreas de negócio, exceto no Banco CTT (+3,1 M€; +128,9%), e com maior expressão no Correio e Outros (-11,3 M€; -118,1%) devido à queda registada no tráfego de maior valor e margem.

No entanto, é de salientar que o EBIT recorrente no 2T22 alcançou 12,0 M€ (-12,2% face ao 1T21), verificando-se assim a esperada melhoria de tendência no 2T22. Com efeito, o EBIT registado no 2T22 ficou a meio do intervalo comunicado em junho passado durante o *Capital Markets Day*.

O crescimento de rendimentos do segmento de serviços financeiros, no 2T22 foi acompanhado por uma melhoria significativa do EBIT recorrente nesse período, +17,2% face ao 2T21, recuperando em relação ao observado no 1T22 (-15,3% face ao 1T21).

EBIT recorrente por área de negócio

	1S21	1S22	Δ	Δ%	2T21	2T22	Δ	Δ%
EBIT recorrente por AN	28,7	18,6	-10,1	-35,0%	13,6	12,0	-1,7	-12,2%
Correio e Outros	9,6	- 1,7	-11,3	-118,1%	4,7	1,6	-3,1	-66,6%
Expresso e Encomendas	5,4	3,7	-1,7	-31,7%	2,9	2,4	-0,5	-18,1%
Banco CTT	2,4	5,5	3,1	128,9%	1,0	2,1	1,1	109,6%
Serviços Financeiros e Retalho	11,3	11,2	-0,1	-0,6%	5,1	6,0	0,9	17,2%

Milhões €

Os **resultados financeiros consolidados** atingiram -4,7 M€, refletindo uma melhoria de 0,7 M€ (+13,1%) face ao 1S21.

Resultados financeiros

	1S21	1S22	Δ	Δ%	2T21	2T22	Δ	Δ%
Resultados financeiros	-5,4	-4,7	0,7	13,1%	-2,7	-2,5	0,2	7,2%
Rendimentos financeiros líquidos	-4,2	-4,6	-0,3	-7,1%	-2,1	-2,5	-0,4	-16,8%
Gastos e perdas financeiros	-4,3	-4,6	-0,3	-6,8%	-2,1	-2,4	-0,2	-11,1%
Rendimentos financeiros	0,0	0,0	-0,0	-51,8%	0,0	-0,1	-0,1	«
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-1,1	-0,1	1,0	90,9%	-0,6	-0,1	0,5	90,1%

Milhões €

Os gastos e perdas financeiros incorridos ascenderam a 4,6 M€, incorporando maioritariamente os gastos financeiros com benefícios pós-emprego e de longo prazo aos empregados/as de 2,0 M€, juros suportados dos passivos de locação no âmbito da aplicação da IFRS 16 no valor de 1,6 M€ e juros de financiamentos bancários no montante de 0,8 M€.

Os CTT obtiveram no 1S22 um **resultado líquido consolidado** atribuível a detentores de capital do grupo CTT de 14,5 M€, 2,6 M€ abaixo do obtido no 1S21, tendo sido influenciado negativamente pela evolução do EBIT (-10,3 M€), e positivamente pelos resultados financeiros (+0,7 M€) e pelo imposto sobre o rendimento do período (-6,9 M€).

Investimento

O **investimento** situou-se em 12,0 M€ no 1S22, +2,0% (+0,2 M€) do que o no 1S21.

Embora se tenha verificado o mesmo nível de realização neste semestre, o Grupo reforçou o seu investimento em sistemas informáticos de apoio ao negócio do Banco CTT (+0,6 M€) e na implementação de uma estratégia de omnicanalidade entre físico e digital para o segmento particular (+1,0 M€). Em contrapartida, verificou-se uma diminuição nas restantes naturezas (-1,3 M€).

Cash Flow

A Empresa gerou no 1S22 um **cash flow operacional** de 19,0 M€, -18,9 M€ (-49,8%) face ao 1S21.

Cash flow

	1S21	1S22	Δ	Δ%	2T21	2T22	Δ	Δ%
Milhões €								
EBITDA	57,3	50,4	-6,9	-12,0%	28,3	28,4	0,1	0,5%
Non-cash itens*	-9,3	-3,4	6,0	63,9%	-4,3	-1,1	3,2	74,0%
Itens específicos**	2,3	2,1	-0,2	-10,6%	1,5	-0,6	-2,1	-142,9%
Investimento	-11,7	-12,0	-0,2	-2,0%	-5,9	-6,1	-0,2	-3,3%
Δ Fundo de Maneio	-0,7	-18,2	-17,5	«	5,4	-12,0	-17,4	«
Cash Flow operacional	37,8	19,0	-18,9	-49,8%	25,0	8,6	-16,4	-65,6%
Benefícios aos empregados	-6,6	-7,5	-1,0	-14,7%	-3,4	-3,4	0,1	2,6%
Impostos	0,0	-7,6	-7,6	«	-0,2	-7,6	-7,4	«
Cash Flow livre	31,3	3,8	-27,5	-87,7%	21,4	-2,4	-23,7	-111,2%
Dívida (capital + juros)	-2,8	-8,0	-5,2	-187,3%	-2,6	-4,1	-1,5	-59,6%
Dividendos	-12,8	-17,7	-4,9	-38,5%	-12,8	-17,7	-4,9	-38,5%
Aquisição de ações próprias	-6,4	-15,4	-9,0	-139,8%	-6,4	-13,7	-7,3	-114,4%
Alienação de edifícios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-
Investimentos em empresas	-0,8	-0,2	0,6	80,5%	-0,8	-0,2	0,6	80,5%
Variação de Caixa ajustada	8,6	-37,3	-45,9	«	-1,1	-38,0	-36,8	«
Δ Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. e outros e Banco CTT ¹⁵	128,0	-6,0	-134,0	-104,7%	96,6	112,2	15,6	16,1%
Δ Outros saldos de Caixa ¹⁶	-0,1	12,7	12,8	»	0,7	6,9	6,2	»
Variação de Caixa	136,6	-30,6	-167,2	-122,4%	96,1	81,1	-15,1	-15,7%

*Imparidades, Provisões e IFRS16 com impacto no EBITDA.

**Itens específicos com impacto no EBITDA.

A evolução negativa do *cash flow* operacional no 1S22 resultou, essencialmente, de uma performance negativa ao nível do EBITDA e de uma pressão no fundo de maneio em consequência de um incremento pontual de prazo médio de recebimentos.

No *cash flow* operacional de 19,0 M€ no 1S22, para além dos efeitos supramencionados, mantém-se o impacto negativo decorrente dos pagamentos ocorridos neste semestre ainda relacionados com o investimento realizado no 4T21.

¹⁵ A variação das responsabilidades líquidas dos Serviços Financeiros e Banco CTT reflete a evolução dos saldos credores perante terceiros, depositantes ou outros passivos financeiros bancários, deduzidos dos valores aplicados em crédito ou investimentos em títulos/ativos financeiros bancários, das entidades que prestam serviços financeiros do Grupo CTT, designadamente, os serviços financeiros dos CTT, a Payshop, o Banco CTT e a 321 Crédito.

¹⁶ A variação dos outros saldos de caixa reflete a evolução dos saldos de depósitos à ordem no Banco de Portugal do Banco CTT, cheques a cobrar/compensação de cheques do Banco CTT e imparidade de depósitos e aplicações bancárias.

Posição Financeira Consolidada**Posição financeira consolidada**

	31.12.2021	30.06.2022	Δ	Δ%
Milhões €				
Ativo não corrente	1 970,3	2 136,4	166,1	8,4%
Ativo corrente	1 614,9	1 737,0	122,1	7,6%
Total do Ativo	3 585,2	3 873,4	288,2	8,0%
Capital próprio	174,5	191,6	17,1	9,8%
Total do passivo	3 410,7	3 681,8	271,1	7,9%
Passivo não corrente	705,3	853,1	147,8	21,0%
Passivo corrente	2 705,4	2 828,7	123,3	4,6%
Total capital próprio e passivo consolidado	3 585,2	3 873,4	288,2	8,0%

Na comparação da demonstração da **posição financeira consolidada** em 30.06.2022 com a de 31.12.2021, destaca-se que:

- O **ativo** cresceu 288,2 M€, maioritariamente devido ao crescimento das rubricas de crédito a clientes bancários (+115,7 M€) com destaque para o crédito hipotecário e crédito automóvel, bem como ao incremento verificado nos investimentos em títulos ao custo amortizado (+187,2 M€) e nas contas a receber (+15,4 M€) em resultado do normal incremento dos saldos de Operadores Postais bem como de um aumento pontual do prazo médio de recebimentos. Estes crescimentos foram parcialmente compensados pelo decréscimo observado na rubrica de caixa e equivalentes de caixa (-30,6 M€) em resultado, essencialmente, do pagamento de dividendos e compra de ações próprias.
- O **capital próprio** aumentou 17,1 M€ na sequência do resultado líquido atribuível a detentores do capital do Grupo CTT no 1S22 no montante de 14,5 M€, do aumento das reservas em resultado da constituição da reserva associada ao plano de ações (+0,8 M€) e do aumento da rubrica de Outras variações no capital próprio (+34,0 M€) na sequência da redução das responsabilidades com os Benefícios aos empregados líquidas de impostos diferidos. Em sentido contrário, ocorreu a aquisição de ações próprias no valor de 15,4 M€ e a distribuição de dividendos no valor de 17,7 M€.
- O passivo aumentou 271,1 M€, destacando-se o acréscimo dos depósitos de clientes bancários e outros empréstimos (+122,3 M€) e o aumento da rubrica de outros passivos financeiros bancários (+203,1 M€) na sequência da operação de securitização Ulisses Finance No.3. Em sentido contrário, observou-se o decréscimo da rubrica de Benefícios aos empregados (-48,4 M€) na sequência do recálculo das respetivas responsabilidades motivado pela revisão em alta da taxa de desconto utilizada no seu apuramento.

Estratégia imobiliária dos CTT

Os ativos imobiliários dos CTT são compostos por duas carteiras com características diferentes:

1. Portefólio de rendimento

Conforme divulgado no comunicado do dia 19 de junho de 2022 os CTT encontram-se em negociações exclusivas com uma terceira parte com o objetivo de criação de um veículo especial para deter e gerir o Portefólio de Rendimento que compreende essencialmente (1) os

pontos de retalho dos CTT e (2) armazéns, centros de logística e de distribuição da rede operacional dos CTT em Portugal.

Esta nova entidade, onde serão incorporados os ativos considerados no âmbito do Portefólio de Rendimento, terá uma gestão externa, por gestor de ativos especializado e independente e será maioritariamente detido pelos CTT (~75%) devendo a entrada de novo(s) investidor(es), institucionais e *family offices*, tomar uma posição minoritária no veículo.

A gestão deste Portefólio de Rendimento visa a exploração onerosa, interna e junto de terceiros, de imóveis que fazem parte da rede atual e futura dos CTT e que não têm, atualmente, oportunidades de promoção imobiliária relevantes.

2. Portefólio de desenvolvimento

No que se refere ao Portefólio de Desenvolvimento, este compreende, entre outros, imóveis que podem vir a tornar-se num futuro próximo, não essenciais para as redes de logística dos CTT e que apresentam um potencial de desenvolvimento e promoção imobiliária em projetos específicos.

A posição financeira do Grupo CTT considerando o Banco CTT fora do perímetro de consolidação integral, sendo contabilizado como uma participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial, seria a seguinte:

Posição financeira consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2021	30.06.2022	Δ	Δ%
Milhões €				
Ativo não corrente	680,2	682,5	2,4	0,4%
Ativo corrente	454,9	416,9	-37,9	-8,3%
Total do ativo	1 135,0	1 099,5	-35,5	-3,1%
Capital próprio	173,9	191,9	18,0	10,3%
Total do passivo	961,1	907,6	-53,5	-5,6%
Passivo não corrente	422,5	376,7	-45,8	-10,8%
Passivo corrente	538,6	530,9	-7,7	-1,4%
Total capital próprio e passivo consolidado	1 135,0	1 099,5	-35,5	-3,1%

As **responsabilidades com benefícios aos empregados/as** (benefícios pós-emprego e de longo prazo) situaram-se em 235,6 M€ em junho de 2022, -47,6 M€ do que em dezembro de 2021, discriminadas conforme o quadro seguinte:

Responsabilidades com benefícios aos empregados/as

	31.12.2021	30.06.2022	Δ	Δ%
Milhões €				
Total das responsabilidades	283,1	235,6	-47,6	-16,8%
Cuidados de saúde	263,5	215,0	-48,5	-18,4%
Cuidados de saúde (321 Crédito)	1,5	1,1	-0,4	-28,1%
Acordos de suspensão	9,5	10,8	1,3	13,9%
Outros benefícios de longo prazo aos trabalhadores	6,5	5,5	-1,0	-15,2%
Outros benefícios de longo prazo (321 Crédito)	0,2	0,2	-0,0	-13,2%
Plano de pensões	0,3	0,2	-0,0	-13,4%
Outros benefícios	1,6	2,7	1,1	66,7%
Impostos diferidos ativos	-78,6	-65,7	12,8	16,3%
Valor atual das responsabilidades líquidas de impostos	204,5	169,8	-34,7	-17,0%

O decréscimo ocorrido na rubrica “Cuidados de Saúde” (-48,5 M€) resulta do recálculo das responsabilidades motivado pela revisão em alta da taxa de desconto utilizada no seu apuramento.

A estas responsabilidades com benefícios aos empregados/as estão associados impostos diferidos ativos no valor de 65,7 M€, o que leva a que o valor atual das responsabilidades com benefícios aos empregados/as líquidas de impostos diferidos ativos a elas associados seja de 169,8 M€.

Dívida Líquida Consolidada

Dívida líquida consolidada

	31.12.2021	30.06.2022	Δ	Δ%
Milhões €				
Dívida líquida	58,9	97,2	38,4	65,2%
Dívida CP & LP	201,1	202,2	1,0	0,5%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	115,3	125,0	9,7	8,4%
Caixa ajustada (I+II)	142,3	104,9	-37,3	-26,3%
Caixa e equivalentes de caixa	877,9	847,3	-30,6	-3,5%
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	857,0	813,6	-43,3	-5,1%
Outros saldos de caixa	20,9	33,6	12,7	60,8%
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	-714,7	-708,7	6,0	0,8%

Na comparação da **dívida líquida consolidada** em 30.06.2022 com a de 31.12.2021, destaca-se:

- A **caixa ajustada** decresceu 37,3 M€, apesar de se observar um comportamento positivo do *cash flow* operacional (+19,0 M€) não permitiu a compensação dos pagamentos de benefícios aos empregados/as (-7,5 M€), o pagamento de impostos (-7,6 M€), o serviço da dívida (-8,0 M€), a aquisição de ações próprias (-15,4 M€) e o pagamento de dividendos (-17,7 M€).
- A **dívida de curto e longo prazo** aumentou 1,0 M€, essencialmente devido ao efeito conjugado do aumento dos passivos de locação (+9,7 M€) e da redução dos financiamentos bancários (-8,7 M€).

A dívida líquida do Grupo CTT considerando o Banco CTT fora do perímetro de consolidação integral, sendo contabilizado como uma participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial, seria a seguinte:

Dívida líquida consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2021	30.06.2022	Δ	Δ%
Dívida líquida c/ BCTT em MEP	182,4	227,9	45,5	25,0%
Dívida CP & LP	198,5	200,1	1,6	0,8%
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	112,6	122,9	10,3	9,1%
Caixa ajustada (I+II)	16,1	-27,8	-43,9	-272,6%
Caixa e equivalentes de caixa	215,2	170,5	-44,6	-20,7%
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	215,2	170,6	-44,6	-20,7%
Outros saldos de caixa	0,0	0,0	0,0	81,2%
Responsabilidades líquidas dos Serv. Financ. (II)	-199,1	-198,4	0,7	0,3%

Milhões €

4.2 Capital humano

A gestão de recursos humanos é pautada pelas seguintes prioridades: definição e implementação de políticas de desenvolvimento do capital humano que permitam promover as competências, premiar o desempenho e a agilidade da organização; manutenção de um bom ambiente social; investimento contínuo em formação e qualificação; otimização e adequação do quadro de trabalhadores, tendo presente a necessidade de responder à evolução e aos desafios de mercado.

4.2.1 Caracterização do capital humano

Em 30 de junho de 2022 o número de **trabalhadores/as dos CTT** (efetivos/as do quadro e contratados/as a termo) foi de 12 803, mais 542 (+4,4%) do que em 30 de junho de 2021. Estes valores incorporam o efeito inorgânico da NewSpring Services com impacto de +846 trabalhadores/as. Sem este efeito, o número de trabalhadores/as seria de 11 957, menos 302 (-2,5%) face 30 de junho de 2021.

Quadro de trabalhadores/as

	30.06.2021	30.06.2022	Δ 2022/2021	
Correio e Outros ¹⁷	10.412	10.993	581	5,6%
Expresso e Encomendas ¹⁸	1.361	1.299	-62	-4,6%
Banco CTT ¹⁹	453	480	27	6,0%
Serviços Financeiros e Retalho	35	31	-4	-11,4%
Total, do qual:	12.261	12.803	542	4,4%
Efetivos do quadro	10.867	11.315	448	4,1%
Contratados a termo	1.394	1.488	94	6,7%
Portugal	11.607	12.122	515	4,4%
Outras geografias	654	681	27	4,1%

Sem o efeito inorgânico, verificou-se um decréscimo em quase todas as áreas de negócio, com especial foco na área de negócio de Correio e Outros (-279), onde se têm desenvolvido projetos, que visam o aumento da produtividade das operações, através da adaptação da rede ao novo perfil de tráfego reduzindo a necessidade de contratação suplementar, bem como a prossecução do programa de otimização de RH a decorrer principalmente na estrutura central.

¹⁷ Inclui NewSpring Services e HCCM.

¹⁸ CTT Expresso, Corre e CTT Express (Espanha)

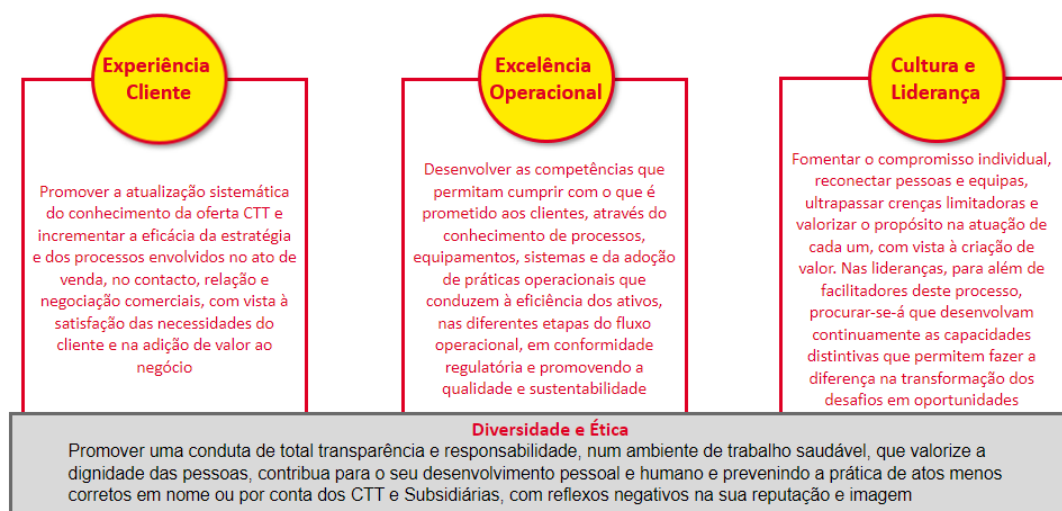
¹⁹ Inclui Payshop e 321 Crédito.

No seu conjunto as áreas de operações e distribuição da rede postal (5 534 trabalhadores/as, dos/as quais 4 190 são carteiros/as e distribuidores/as) e a rede de retalho (2 312 trabalhadores/as) representaram cerca de 69,3% do número de trabalhadores/as efetivos/as dos CTT. Sem a incorporação da NewSpring Services estes trabalhadores/as representariam 71,7%.

A taxa global de ausências aumentou para 9,3% (+1,4 p.p.). Os motivos que mais contribuíram para as ausências foram: doença (5,2%), doença COVID-19 (1,5%), sinistralidade (0,6%), maternidade ou paternidade (0,5%), outros motivos (0,9%) e atividade sindical (0,4%).

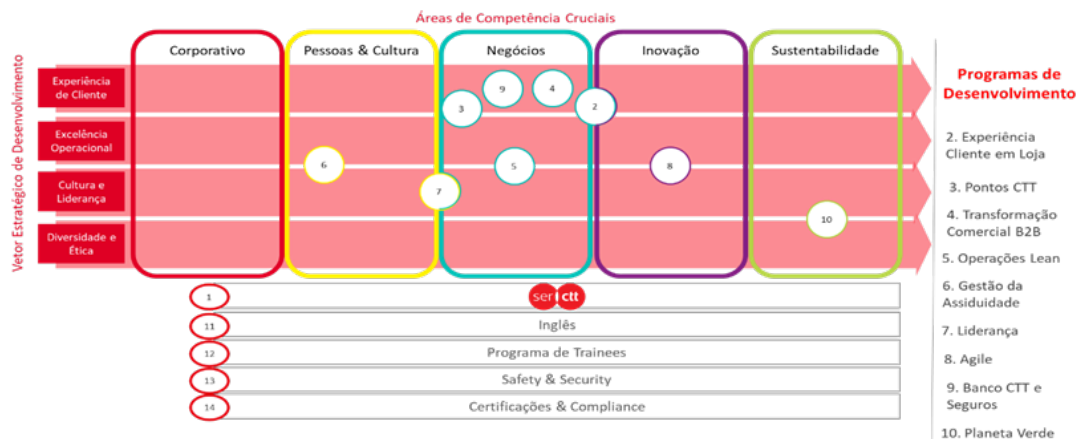
4.2.2 Formação

A Academia CTT prosseguiu a sua atividade de acordo com as apostas estratégicas no desenvolvimento de competências das trabalhadoras e dos trabalhadores dos CTT tendo por base a seguinte abordagem metodológica:



Foi igualmente lançado um novo processo focado no autodesenvolvimento de cada trabalhadora e de cada trabalhador. A sistematização deste programa de apoio ao autodesenvolvimento de competências passou pela disponibilização de oportunidades de formação de curta duração, *webinars on demand*, *massive open online courses* e outros recursos de autoestudo, numa plataforma de acesso livre.

No âmbito da Academia CTT, prosseguiram-se os 14 programas que incorporam o Plano Estratégico de Desenvolvimento e Formação.



Os principais destaques do primeiro semestre referem-se aos programas:

- **Ser CTT** – Foi consolidada a utilização do Manual Digital e a comunicação com os novos trabalhadores/as.
- **Experiência de Cliente em Loja** – Nas semanas que antecederam a abertura de novas Lojas Conceito, toda a equipa foi envolvida numa formação específica. Os conteúdos envolveram um enquadramento no projeto Buzz, dos produtos, sobre atendimento de excelência, atendimento segmentado, novos serviços, equipamentos e o programa MUDAR. No final, existiu um *tour* da loja.
- **Pontos CTT** – Tratou-se de um *refresh* dos procedimentos, como guias práticos simplificados – GPS, classificação de correio, pesos e dimensões, serviços adicionais do correio e expresso, objetos à cobrança – entrega e aceitação, controlo na receção do correio, procedimentos diários, encerramento de contas, devoluções de objetos com direitos aduaneiros, aceitação de correio contratual com guias multi-produtos.
- **Banco CTT e Seguros** – Com o objetivo de capacitar e desenvolver para comercializar a oferta bancária e seguradora, os conteúdos envolveram formação em operações bancárias gerais, oferta, processos e crédito (com mais de um terço da formação a acontecer “*on-the-job*”), oferta de seguros dos parceiros dos CTT e do Banco CTT, assim como sobre as certificações inerentes à atividade bancária e seguradora.
- **Saúde e segurança** – Foi dada formação nos seguintes temas: COVID-19, segurança e saúde no trabalho (com versões específicas para os Serviços Centrais, Lojas, Centros de Distribuição Postal, Centros de Produção e Logística, Centros Operacionais e de Operações dos Serviços Empresariais), assim como o tema da movimentação manual e mecânica de cargas. Também foram ministrados *kits* formativos relacionados com a resposta rápida a incidentes, além de se destacar, uma vez mais, o Programa de Prevenção Rodoviária.

4.2.3 Saúde e segurança no trabalho

O início do 2022 foi marcado pelo contexto pandémico, sendo que os CTT deram continuidade à sua política de prevenção no âmbito da mitigação do contágio por COVID-19 em contexto laboral em articulação com os Delegados de Saúde, nomeadamente através de um conjunto de medidas preventivas como a nebulização e desinfecção dos locais de trabalho, compra e distribuição de material de proteção individual, desinfetantes de mãos e superfícies, reforço da limpeza, desfasamento de horários, a limitação à lotação de espaços e a divulgação de informação sobre comportamentos individuais de prevenção.

Após o 1.º trimestre, e tendo em consideração a evolução positiva da situação epidemiológica causada pela pandemia da doença COVID-19, os CTT procederam, em alinhamento com a Direção Geral de Saúde, ao levantamento gradual das medidas, sempre com prudência e avaliando o contexto a cada momento.

Com o objetivo de, por um lado, atuar na prevenção da saúde, agindo antecipadamente e evitando acidentes de trabalho e situações de doença; e, por outro, de agir sobre a promoção da saúde, com ações de melhoria do bem-estar e na qualidade de vida dos colaboradores, foi dada continuidade aos 3 programas de ação transversais, desenvolvidos no ano de 2021:

- Estrela – Programa que visa criar um ambiente de trabalho mais saudável, focado na produtividade e qualidade, com menor índice de ausências e maior motivação e satisfação.
- Vitória – Abordagem de medicina do trabalho adaptada às necessidades específicas dos casos de aptidão condicionada mais perenes e complexos, com vista à determinação dessa condição com maior rigor, fiabilidade e apoio aos colaboradores, contribuindo para a redução condicionalismos ao trabalho.
- Viver – Sensibilização dos colaboradores para a prevenção da saúde e desenvolvimento de iniciativas que fomentam a saúde e o bem-estar na organização.

No âmbito da prevenção de acidentes e ergonomia e realização de ações de sensibilização, foram realizadas, no 1.º semestre, 72 intervenções para avaliação das condições de trabalho (visitas de avaliação de riscos e visitas de acompanhamento) aos diversos estabelecimentos CTT.

No 1.º semestre de 2022 foram registados 346 acidentes laborais, um decréscimo de 8,9% face ao período homólogo, salientando-se que a maior incidência da sinistralidade laboral regista-se nos acidentes de viação, movimentos em falso e escorregamento/tropeções.

No que respeita à medicina do trabalho, deu-se continuidade à política de avaliações periódicas, de admissão e ocasionais, sendo que no caso das trabalhadoras e dos trabalhadores com aptidão condicionada mais complexa estão a ser efetuados exames detalhados com o objetivo de aumentar o bem-estar. Foram realizados 3 142 exames de medicina do trabalho dado que esta atividade fosse afetada pelo contexto de pandemia nos primeiros meses do ano.

No âmbito do Plano de Saúde, os CTT têm apostado em melhorar os serviços e cuidados de saúde disponíveis para os respetivos Beneficiários, através do acesso a uma rede alargada de prestadores, especialidades e outros cuidados de saúde com qualidade. Adicionalmente, destaca-se a intervenção do serviço social ao nível do acompanhamento de trabalhadores/as, aposentados/as e familiares com necessidade de apoio ao nível psicossocial e outras carências, assim como no acompanhamento dos colaboradores com ausência ao trabalho, com condicionalismos e doenças graves.

4.2.4. Avaliação, gestão de talento e experiência do/a trabalhador/a

A estratégia de gestão de Pessoas CTT tem como objetivo melhorar a experiência do trabalhador/a, o seu grau de satisfação, o seu envolvimento na organização, o sentido de pertença e de orgulho na Marca, de forma a incrementar o compromisso de todos e de todas, tornando cada trabalhador/a num embaixador da Marca CTT, melhorando consequentemente a experiência dos clientes.

De forma a melhorar a experiência do trabalhador/a, destacam-se dois grandes projetos, com elevado impacto na Organização e nas Pessoas: o compromisso para a obtenção da certificação Entidade Familiarmente Responsável (designada por “efr”); e o novo portal do/a trabalhador/a CTT.

Certificação efr

Na prossecução da estratégia de gestão de Pessoas CTT, e acreditando que a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar é fundamental para o equilíbrio de cada um de nós e da organização, os CTT propuseram-se a obter a certificação efr, para as empresas CTT, CTT Expresso e CTT Contacto.

No decorrer do 1.º semestre de 2022 foram prosseguidas as várias etapas necessárias para a obtenção da certificação: foram sistematizadas e divulgadas muitas das práticas e medidas de conciliação já existentes na empresa; concretizou-se a etapa “Voz do Colaborador/a” que consistiu na realização de inquéritos e *focus groups*, de modo a auscultar a opinião de todos os trabalhadores/as; realizou-se também a “Voz da Direção”, composta por várias entrevistas efetuadas à Gestão de Topo e que teve como principal objetivo aferir o estilo de direção, visão, estratégia e compromisso com o sistema de gestão efr; foi produzida toda a documentação exigida neste âmbito e realizaram-se as auditorias interna e externa.

Os CTT obtiveram a certificação efr atribuída pela Fundación Másfamilia, em parceria com a ACEGE – Associação Cristã de Empresários e Gestores, e certificada pela APCER – Associação Portuguesa de Certificação.

Novo Portal

Tendo em conta os desafios que se colocam no setor onde os CTT atuam, é imprescindível disponibilizar ferramentas tecnológicas que facilitem e agilizem a relação entre a empresa e as suas Pessoas. Partindo desta premissa, desenvolveu-se o My CTT, o novo Portal do/a Colaborador/a CTT.

O My CTT pretende, essencialmente, promover:

- a. Agilidade e eficiência, através de uma plataforma ágil e *user-friendly* que suporta os principais processos de gestão de Pessoas e que está disponível a todos os trabalhadores e trabalhadoras dos CTT;
- b. Integração e inovação, oferecendo uma experiência inovadora àqueles a que se destina, por via da implementação de uma plataforma integrada, que permite gerir os principais processos de gestão de Pessoas;
- c. Orientação às Pessoas, reforçando o compromisso dos CTT no desenvolvimento e gestão de Pessoas, ao longo da sua permanência na organização.

No primeiro semestre foi implementado com sucesso o módulo “*Performance & Goals*” e o processo Anual de Avaliação de Desempenho relativo a 2021 já foi inteiramente efetuado no Portal.

Outros destaques

Além destes dois projetos, e ainda na perspetiva da aproximação da empresa às suas Pessoas e respetivas famílias, foram reservadas 50% das vagas no “Programa Estágios de verão 2022”, a decorrer nos meses de julho e agosto, destinadas aos/às filhos/as (ou equiparados) de trabalhadores ou trabalhadoras que correspondam aos requisitos e perfil das funções. Esta iniciativa tem como objetivo envolver as famílias e oferecer a oportunidade aos/às filhos/as dos/as trabalhadores/as de poderem desenvolver competências em contexto empresarial.

Salienta-se também a evolução do projeto da linha de apoio telefónico TOU CTT 800 210 010. Numa ótica de melhoria contínua da experiência do/a trabalhador/a no que respeita a pedidos de informação e solicitações no âmbito do vínculo laboral com os CTT, foi criado e associado à linha um canal de email para o atendimento ao/a trabalhador/a, o touctt@ctt.pt.

Deu-se continuidade à difusão da *newsletter* de Comunicação Interna, “Somos CTT”, e à revista CTT, por forma a promover o envolvimento de todos e o conhecimento sobre a organização. Foi criada uma nova rubrica, “O Sucesso da Nossa Partilha”, que pretende dar a conhecer os novos negócios angariados pelos Gestores de Cliente dos CTT e partilhar as melhores práticas seguidas por eles, de modo a transformar uma venda num caso de sucesso.

Foram estabelecidas mais parcerias e protocolos com empresas com benefícios para o trabalhador/a, mantendo-se internamente o desconto de 10% para trabalhadores/as dos CTT nos produtos adquiridos na rede de lojas.

Desenvolveram-se ações de promoção da saúde, em que se destaca a de prevenção do cancro do pulmão, e de bem-estar (por exemplo, a formação em *mindfulness*), a pensar em nos trabalhadores/as.

Deu-se continuidade ao serviço “Deixa comigo!”, um serviço de utilização exclusiva pelos trabalhadores/as que pretendam ajuda ou tenham recebido pedidos de ajuda ou esclarecimento sobre produtos e serviços dos CTT, provenientes do seu núcleo de amigos e conhecidos.

De forma a medir o grau de satisfação dos trabalhadores/as, bem como a qualidade da sua experiência e o impacto das políticas/ações, e na linha da atribuição do 1.º lugar na categoria “Empresa mais atrativa para trabalhar no setor dos transportes”, pela Randstad (conforme o capítulo Prémios e Reconhecimentos), lançou-se em março o primeiro inquérito de medição do NPS (*Net Promoter Score*) de 2022.

4.2.5 Diversidade e igualdade de oportunidades

No âmbito da igualdade de oportunidades e com as alterações provocadas pela evolução da pandemia, os CTT continuaram focados em garantir que todos os seus trabalhadores/as sentirem segurança, não só durante o contexto mais difícil da pandemia, mas também no início do período pós-pandemia, no regresso à “nova-normalidade”. Não obstante ter sido, aparentemente, ultrapassada a pior fase da pandemia, foi divulgada informação útil e recomendações, assim como continuaram a ser promovidas medidas mitigantes dos principais riscos, preservando sempre a integridade dos trabalhadores/as da linha da frente e dos/as que conseguem assegurar a sua prestação de serviço em regime de teletrabalho.

Em matéria de diversidade em cargos de gestão, o Conselho de Administração continua a cumprir o objetivo estabelecido no Plano para a Igualdade CTT e na Lei 62/2017, integrando 33,3% de mulheres nos órgãos do Conselho de Administração e de Fiscalização.

Os trabalhadores/as e suas famílias foram incentivados a participar em passatempos internos, com prémios para usufruto em família, e foram convidados para iniciativas e aulas práticas *online* para proteção da saúde e bem-estar. Também o programa de parcerias SOU CTT com entidades diversas continuou a ser dinamizado, oferecendo tarifários preferenciais para trabalhadores/as em diversas áreas, com especial enfoque na saúde, desporto e família.

No âmbito das atividades com o Fórum iGen – Fórum Organizações para a Igualdade, e do envolvimento com a CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, os CTT voltaram a participar nas ações dos Grupos de Trabalho (GT), tendo passado a integrar o GT2, direcionado para o desenho e aprofundamento das próprias medidas de igualdade a implementar pelos signatários do Fórum. Nessa medidas, a 18 de maio, os CTT renovaram os seus compromissos, voltando a assinar o Acordo de Adesão.

O Plano para a Igualdade 2022 foi publicado interna e externamente, voltando a apresentar dez medidas para implementação até ao final do ano. Estas medidas inserem-se nas seguintes dimensões:

- Estratégia, Missão, Visão e Valores da Empresa

- Igualdade no acesso ao emprego
- Igualdade nas condições de trabalho
- Proteção na parentalidade
- Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal

Como mencionado no capítulo 4.2.4, acima, na prossecução deste último eixo de ação, assim como da estratégia de gestão de Pessoas CTT, e acreditando que a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar é fundamental para o equilíbrio de cada um de nós e da organização, os CTT propuseram-se a obter a Certificação efr, para as Empresas CTT, CTT Expresso e CTT Contacto. Como detalhado acima, obteve-se a certificação efr atribuída pela Fundación MásFamilia, em parceria com a ACEGE, e certificada pela APCER.

A política de diversidade do Banco CTT foi de novo reforçada com a realização de um estágio profissional adaptado a uma trabalhadora com limitações intelectuais, iniciado durante o primeiro semestre de 2022. O objetivo é formá-la com vista à sua possível continuidade na equipa do Banco.

4.3 Capital intelectual

Novos cacifos Locky

Um dos destaques deste semestre foi a apresentação da Locky, a nova empresa de cacifos do Grupo CTT, que dispõe já de uma oferta superior a 350 cacifos, localizados em diversos pontos do país, nomeadamente em redes de retalho, supermercados, centros comerciais, *campus* universitários, plataformas de transporte intermodal, parques de estacionamento, hospitais e também estações de serviço. Os cacifos Locky permitem a receção de encomendas sem preocupações, de forma simples, em cacifos de diferentes dimensões e com diferentes compartimentos para que os clientes possam receber os mais variados objetos, sempre em locais convenientes.

Toda a utilização da rede de cacifos é simples e intuitiva. Os destinatários decidem quando estão a comprar *online* se pretendem receber num cacifo, identificando o que lhes é mais conveniente e, depois do objeto depositado, decidem quando o vão levantar. A *interface* com o destinatário é baseada no envio, *via* SMS e *email*, do código secreto que lhes permite interagir com o cacifo e receber a sua encomenda. Toda esta jornada foi desenhada e implementada com o apoio da Fábrica Digital dos CTT.

Além de todas as vantagens que oferecem aos clientes, os cacifos Locky aportam também vantagens ambientais, uma vez que a distribuição final tem um efeito consolidador que diminui a dispersão de veículos de entrega em ambiente urbano. Como um só cacifo permite a entrega para vários destinatários, evita-se assim a deslocação aos variados domicílios e, quanto mais entregas se destinarem a estes *lockers*, maior será a redução das deslocações, gerando menos emissões de carbono associadas ao *last mile*.

A Locky já estabeleceu parcerias com várias entidades para instalação de cacifos, como a Galp, com a instalação de cerca de 90 cacifos em vários postos de abastecimento, de norte a sul do país. Desta forma, a Locky e a Galp passam a oferecer um serviço exclusivo aos seus clientes e trabalhadores, bem como à comunidade local envolvente.

E-Commerce

Os CTT alargaram o serviço de *plugins* de expedição a lojas online criadas nas plataformas ePages, ECWID e OpenCart.

O recente serviço de *e-commerce* dos CTT, que permite aos clientes automatizarem os seus envios, foi lançado em abril de 2021 mas, até este lançamento, apenas podiam integrar os serviços de envios as lojas criadas em Prestashop, Shopify, Magento e Woocommerce.

Com esta extensão, as lojas *online* criadas nestas plataformas beneficiam, de forma gratuita, de diversas funcionalidades, como a importação automática de encomendas e geração de documentação de transporte, a atualização do código de objeto e estado da encomenda na loja *online*, e a solicitação de serviços complementares, como a cobrança na entrega ou a janela horária de entrega.

Este é um serviço que permite também ao cliente apresentar na sua loja os 1700 pontos de entrega CTT como opção de entrega para os clientes, onde se inclui a solução de cacifos e a sua rede em expansão no país.

Em paralelo, os CTT, a AMEN e a Domínios.pt estabeleceram uma parceria a fim de permitir aos clientes desta última beneficiarem dos *plug-ins* de expedição para automatizar os envios das suas lojas online contribuindo desta forma para o desenvolvimento do ecossistema do comércio eletrónico em Portugal.

Correio e Soluções Empresariais

Nova versão do portal 'e-carta'

Os CTT lançaram uma nova versão do portal 'e-carta', com o objetivo de simplificar, ainda mais, o envio de correio por parte dos clientes.

O portal está agora mais acessível e intuitivo, trazendo inúmeras vantagens na sua utilização, entre elas: *interface* mais rápida, sem limites de envios simultâneos; melhoria na experiência do utilizador; e maior capacidade de pesquisa. A solução 'e-carta' é um serviço *online* de produção de correio que possibilita o envio a partir de um computador de uma dada empresa, pois são os CTT que asseguram impressão, envelopagem e expedição, não necessitando, por isso, de se deslocar a uma Loja CTT ou marco de correio.

Desta forma, enquanto os CTT ajudam a tornar mais simples todo o processo de envio do correio, o cliente reduz tempo e recursos, processando digitalmente os documentos, imprimindo e envelopando ao menor custo. A gestão de correio torna-se mais eficiente, permitindo definir mecanismos de aprovação, gerar relatórios de utilização e rastrear o estado do correio/documentos desde a produção à entrega. Com o novo portal 'e-carta' poderá ainda consultar o histórico dos seus envios durante um ano.

Além das vantagens para os clientes, o 'e-carta' assume também uma vertente ambiental, reduzindo a pegada ecológica na criação e transporte de correio.

Fábrica Digital e Experiência de Cliente

Os CTT empenharam-se na prossecução de desenvolvimentos no âmbito da transformação digital da experiência e jornada de cliente, com destaque para:

- i. O lançamento do simulador de envios no Site CTT, dando a possibilidade ao cliente de saber qual a melhor solução de envio que responde à sua necessidade específica;
- ii. O lançamento da nova experiência de utilização de um cacifo na rede CTT, de forma articulada com a Locky e utilizando como base a nova área de cliente para clientes particulares do Site CTT;

- iii. O lançamento da Senha Digital na App CTT que permite ao cliente tirar uma senha antes de se dirigir a uma Loja CTT, melhorando a sua experiência em loja e reduzindo o tempo de espera.

CTT 1520 StartUPProgram

Trata-se de um programa de interação com *startups*, que tem como principal objetivo apoiar e acelerar ideias ou soluções de negócio alinhadas com as necessidades e objetivos estratégicos do Grupo CTT, tornando o processo de inovação mais ágil e reduzindo a incerteza no desenvolvimento de novos produtos, serviços ou modelos de negócio.

Desde a sua criação, o programa já mapeou mais de 1800 empresas, contando com 29 projetos atualmente em curso: 12 em parcerias comerciais, 17 em projetos de co-criação (4 em piloto técnico e 13 em produção) e uma aquisição – a Recibos Online.

Durante o primeiro semestre de 2022 celebraram-se e operacionalizaram-se parcerias com o LACS, com a Monday e com a Microsoft for Startups para reforçar a rede do 1520. Entre os CTT e o LACS, o acordo visa o aproveitamento de complementaridades e sinergias em três eixos principais de colaboração podendo, em conjunto, alavancar o empreendedorismo em Portugal, designadamente: na instalação do CTT 1520 StartUPProgram nos espaços LACS; e na parceria estratégica de reflexão sobre o aproveitamento dos espaços CTT.

Continuou-se a publicação da *newsletter* 1520 e organizou-se o primeiro evento CTT 1520 StartUPProgram Let's Talk. Esta CTT Session teve como mote "Como podem as redes de parcerias acrescentar valor ao ecossistema de *startups*" e contou com a participação em formato de mesa redonda dos parceiros 1520, nomeadamente Microsoft, Portugal Ventures, LACS, Iberis e Monday, bem como um momento para *pitch* de *startups*.

Os CTT iniciaram a participação no programa de Open Innovation Mobility Booster, dinamizado pela aceleradora de *startups* BGI e que conta com o apoio do European Institute of Innovation & Tehnology – EIT Urban Mobility. Os CTT foram convidados a apresentar um desafio na área da mobilidade, para o qual a BGI realizará um processo de identificação e seleção de *startups* com soluções potencialmente enquadráveis. A *startup* selecionada irá desenvolver um piloto com os CTT ainda durante o ano de 2022. Com esta iniciativa, os CTT passam a fazer parte da rede internacional EIT Urban Mobility e a ter acesso a parceiros da rede, criando assim mais um canal de identificação de *startups* para o programa 1520 e também para o fundo de investimento TechTree.

Fundo de Investimento CTT em startups – TechTree

O fundo de investimento TechTree, lançado pelos CTT para apoiar atividades de inovação nas pequenas e médias empresas e startups, investiu em duas *startups* portuguesas com soluções na área das Operações e Logística, reforçando assim a ligação e apoio ao tecido empresarial nacional e impulsionando o desenvolvimento da inovação das empresas. O investimento foi realizado na *startup* KIT-AR, na área de realidade aumentada (*augmented work*) para a produção industrial, e na Sensefinity, na área da logística, tendo o fundo de investimento dos CTT participado na ronda de angariação de financiamento para a KIT-AR.

A KIT-AR promove uma plataforma que reduz erros de produção na indústria, usando realidade aumentada e inteligência artificial para expandir as capacidades e resultados das trabalhadoras e dos trabalhadores no chão de fábrica para as/os tornar mais eficientes.

A Sensefinity está a desenvolver uma plataforma de *Internet of Things* focada em fornecer métricas de mercadoria e bens críticos em tempo real às empresas, para que estas possam ter uma visibilidade da sua cadeia de fornecimento.

A KIT-AR e a Sensefinity são reconhecidas pela Agência Nacional de Inovação como entidades com idoneidade para a prática de atividades de investigação e desenvolvimento, o que permitiu o investimento do fundo TechTree ao abrigo do programa SIFIDE II.

Operações

Reforço da área operacional da CTT Express

O Grupo CTT adjudicou à GAM (BME: GALQ), empresa multinacional espanhola, especializada em proporcionar soluções integrais de maquinaria por medida, o aprovisionamento de mais 200 máquinas, entre as quais se incluem porta-paletes e equipamentos de manutenção. O novo acordo de colaboração à escala ibérica, no valor de 4 milhões de euros, terá a duração total de 5 anos e envolve tanto as instalações e atividade dos CTT, em Portugal, como da CTT Express, em Espanha. No âmbito desta parceria, a GAM fornecerá também formação às trabalhadoras e aos trabalhadores da empresa de entregas expresso.

O acordo estabelecido insere-se no investimento que tem vindo a ser realizado e que visa a melhoria do processo de distribuição, que é suportado em novas instalações, alto nível de automatização e uma rede uniformemente equipada, em benefício dos clientes do setor do comércio eletrónico.

Nova App de Mobilidade

Implementação de uma nova App de Mobilidade de suporte à Distribuição da Expresso em parceria com a equipa da CTT Express. No seguimento da sua implementação em Espanha, a equipa de Operações/ TI de Portugal efetuou os ajustes da mesma à realidade de Portugal (por exemplo, serviços da banca ou processos de cobrança), existindo agora uma app ibérica que permite tirar sinergias entre as duas geografias. Atualmente a app está disponível em 270 “giros” da Expresso, estando previsto para o início do segundo semestre o seu alargamento aos restantes giros expresso.

Servidor de Decisões

A distribuição do *e-commerce* é um ambiente extremamente competitivo, onde novos serviços e interações com clientes estão em constante melhoria, criando uma pressão constante nas operações e, em muitas ocasiões, a única maneira de cumprir os ajustes na distribuição é a separação manual do pacote até que todos os planos de divisão possam ser ajustados ou o fornecedor da máquina possa atualizar o seu SW. De modo a não existir dependência dos fornecedores dos equipamentos, sempre que é necessário alterar/adicionar novos critérios para a divisão de objetos, foi desenvolvido o projeto Servidor de Decisões, que deu autonomia aos CTT para gerir as regras de negócio que suportam o processo do tratamento de encomendas Expresso.

As decisões de divisão para cada pacote, neste modelo inovador, são alteradas em tempo real e novas regras podem ser definidas ou removidas em minutos, sem qualquer dependência de máquinas ou custos de fornecedores. Diariamente, mais de 200 mil encomendas são geridas pelo servidor de decisões, nos sete *sorters* de alta capacidade dos CTT, implementadas por todo o país e para todos os diferentes tipos de operação (nacional, regional e entrega). O Servidor de Decisões facilita igualmente a transição da rede postal para a rede expresso. Com a diminuição do tráfego de correio é agora mais fácil aumentar o número de encomendas que podem ser enviadas automaticamente para cada estação de entrega para equilibrar essa redução.

Programas de incentivo à Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI)

Os CTT, o Banco CTT e a CTT Express prepararam candidaturas ao programa SIFIDE.

Três Agendas Mobilizadoras, em cujas candidaturas os CTT participaram, foram aprovadas na Fase II da Call C5 – Inovação Empresarial, do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR. Nestas agendas,

os CTT participaram em consórcio com várias entidades relevantes do sistema científico e tecnológico nacional, bem como com outros *players* de diferentes indústrias.

Continuou-se a execução do projeto de Inovação Produtiva dedicado à modernização das operações da CTT Expresso, cuja candidatura mereceu aprovação, no início de 2021, no âmbito do Portugal 2020.

Participação em redes e associações europeias de inovação

Os CTT obtiveram o Estatuto INOVADORA COTEC 2022, atribuído pela Associação Empresarial para a Inovação, COTEC Portugal, pelo segundo ano consecutivo. Este estatuto foi atribuído por se terem atingidos elevados padrões de solidez financeira, inovação e desempenho económico e é um selo de reputação e prestígio que reconhece a qualidade da liderança, gestão e desempenho da empresa.

Registou-se também o lançamento da 6.^a edição do PostEurop Innovation Award, iniciativa do Innovation Forum, que é um grupo de trabalho da PostEurop, e cujo *chairmanship* é assegurado pelos CTT. Esta associação, que junta e representa os operadores postais europeus, desde 1992, promove a cooperação, o crescimento sustentável e a inovação, tratando-se de uma União Restrita da União Postal Universal (UPU).

Inovação Exploratória

Os CTT publicaram o Relatório de Tendências 2022, um documento que pretende identificar os principais fatores de mudança e as tendências que irão impactar no curto, médio e longo prazo, os setores onde os CTT atuam, nomeadamente o Correio, o Expresso, Encomendas e Logística, a Banca e Serviços Financeiros e o Retalho. Contou com os contributos e testemunhos de diversos peritos internacionais do setor.

Também foi realizada a sessão “What’s Next?”, sobre a *Web 3.0*, onde foram abordados temas como o *metaverso*, criptomoedas e NFT. Estas sessões tiveram como objetivo a partilha de conhecimento com quem trabalha nos CTT em temas de inovação fronteira, contando para tal com o contributo de vários peritos internacionais e nacionais.

Cultura de inovação corporativa

No âmbito da dinâmica da plataforma corporativa para gestão de ideias, INOV+, realizou-se o PitchDay para as ideias selecionadas no 11º ciclo. A produção da *newsletter* interna, Postal 360, foi prosseguida com divulgação de notícias de inovação.

De referir que uma das ideias apresentadas na plataforma Inov+, a de reutilizar o papel impresso e descartado, deu origem ao projeto “Farripas de Papel”, cuja implementação ocorreu durante este semestre, conforme indicado no capítulo do Capital Natural.

4.4 Capital social

Mecenato e solidariedade

A política de mecenato social e ambiental tem dado prioridade aos temas da cultura, língua, desporto e saúde. Neste semestre, o apoio contou com um investimento total de 324 965,20 euros, um aumento de 19% face a igual período do ano anterior.

O primeiro semestre ficou indelévelmente marcado pela Guerra na Ucrânia e os CTT juntaram-se a muitas outras iniciativas de solidariedade levadas a cabo por empresas e organizações da sociedade civil. A campanha solidária “Ajuda ao povo da Ucrânia” esteve disponível aos clientes dos CTT, entre 2 e 8 de março, em todas as lojas CTT, de norte a sul do país, incluindo as Regiões Autónomas da

Madeira e dos Açores. Qualquer pessoa podia deslocar-se às nossas lojas e deixar uma embalagem com os seus bens:

- Roupas, incluindo calçado de inverno e roupa de criança
- Alimentação (exclusivamente produtos não-perecíveis)
- Artigos de higiene
- Medicamentos e artigos de primeiros socorros

Os CTT usaram, mais uma vez, a rede de Lojas que abrange todo o território nacional para angariar os donativos de todos e usou a sua logística de transportes para os concentrar e expedir para o destino final. Como resultado, 40 toneladas de bens doados foram enviados para a Ucrânia, em 240 paletes de materiais, que carregaram oito camiões e um avião. É de destacar a participação de vários parceiros: TAP, Transportes Bernardo Marques, Transportes Pascoal e os Transportes Figueiredo e Figueiredo, assim como a Galp e, acima de tudo, de quase 50 voluntários internos dos CTT, que se dedicaram ao trabalho pesado da logística de preparação destes envios.

Ambiente e biodiversidade

No âmbito da preservação do ambiente e da biodiversidade, regressaram as ações de plantação relativas ao projeto “Uma Árvore pela Floresta”, que tinham sido suspensas anteriormente, ou realizadas sem a presença de voluntários, devido às restrições provocadas pela pandemia. Poucas semanas antes do início da primavera, a Quercus e os CTT juntaram esforços para a plantação de cerca de 6000 árvores de espécies autóctones, correspondentes aos *kits* vendidos na edição anterior do projeto. A ação teve lugar na Mata da Machada, no Barreiro, durante 4 dias.

Apoio às artes

Os CTT voltaram a lançar o projeto “Vamos Apoiar a Cultura”, com alguns desenvolvimentos que aprofundaram a experiência do projeto iniciado em 2021. Desta vez, o desígnio é o de apoiar três instituições: o Centro Nacional de Cultura (a organização que já tinha sido apoiada em 2021), a União Audiovisual e a Casa do Artista. Assim, por cada livro filatélico vendido pelos CTT, um euro reverte para cada uma destas instituições e outros dois euros serão atribuídos proporcionalmente, de acordo com a escolha das portuguesas e dos portugueses, numa votação aberta a todos.

Voluntariado

Continuámos a dinamizar o projeto de voluntariado de *mentoring* e de explicações em parceria com a EPIS. Apoiámos 16 jovens em risco de insucesso escolar, dos concelhos da Amadora e da Moita, na maioria das vezes, por meios eletrónicos mas, com o alívio das medidas, cada vez através de encontros físicos. Foi o que aconteceu no dia 8 de abril, com a uma visita ao Oceanário, antecedida por um *workshop* dedicado ao tema da plasticologia marinha. Mais próximo do final do ano letivo, a 9 de junho, os mentorandos foram convidados a conhecer o Centro de Produção de Logística do Sul, em Cabo Ruivo, onde também tiveram a oportunidade de apresentar os vídeos realizados com os mentores, no cumprimento de uma dinâmica deste projeto. É possível reportar que que 88% dos/as alunos/as EPIS-CTT abrangidos no programa, concluíram com sucesso o ano letivo.

As ações de voluntariado interno que exigem presença física voltaram, gradualmente. Uma primeira tentativa de realização de uma recolha de sangue, no Edifício CTT, com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação, não foi possível logo em fevereiro, pelas restrições que a pandemia colocava ainda na altura. Mas, em 21 de junho, 48 voluntárias e voluntários apresentaram-se para doar o seu sangue. Destes, após uma triagem médica, 29 puderam efetivar a sua dádiva e está já prevista para outubro uma nova ação deste género.

As ações não se restringiram ao Edifício CTT. Foram promovidas, neste contexto, duas ações no exterior, nomeadamente de limpeza de duas praias: uma no Canidelo, concelho de Vila Nova de Gaia, e outra em Algés, no concelho de Oeiras. Nesta ação, que decorreu no dia 28 de maio, contámos com

a participação de 42 voluntários/as, que recolheram 1726 beatas e cerca de 24 kg de resíduos, entre os quais, plástico, vidro, têxteis, madeira processada, papel e cartão, metais (latas de refrigerantes).

Uma equipa de voluntários do Banco CTT realizou ações para distribuição de cabazes alimentares, em parceria com a Crevide, que é responsável pela coordenação da distribuição dos cabazes alimentares em Loures e é mediadora em Moscovide, apoiando 536 utentes. Esta ação decorreu quatro dias por mês e contou com a participação de nove voluntários no período em análise.

Satisfação dos clientes

A opinião dos clientes, expressa através de inquéritos de satisfação realizados em base diária, indica que 84,8% dos clientes que responderam percecionam a qualidade global dos CTT como boa ou muito boa e consideram os CTT uma empresa de confiança.

Algumas subsidiárias auscultaram os seus clientes em estudos próprios. A CTT Express, em Espanha, com 81,63% dos clientes finais satisfeitos com a marca, além de ter expandida esta pesquisa às delegações com que trabalha e que mostraram satisfeitos com a marca em 87,50% dos casos. Da mesma forma, o Banco CTT, num inquérito feito mensalmente junto dos seus clientes, a percentagem de clientes que se disseram “muito satisfeitos com o Banco” foi de 78,8% (este estudo foi realizado entre janeiro e maio de 2022).

Os CTT têm vindo a realizar um significativo investimento na implementação de sistemas de gestão certificados em diversos domínios. Relativamente ao 1.º semestre de 2022, ocorreu a obtenção da Certificação Externa de 520 Pontos CTT, o que significa desde já um reforço face aos 400 Pontos certificados em 2021. Como mencionado no capítulo sobre Capital Humano, está igualmente em fase de conclusão a auditoria para a obtenção da certificação como Empresa Familiarmente Responsável.

Proximidade à população

Durante os primeiros meses de 2022, os CTT mantiveram a atenção sobre as consequências sociais e económicas da pandemia de COVID-19 e mantiveram diversas iniciativas de proximidade com as populações mais afetadas. Nesse sentido, os CTT expandiram a presença de cacifos de uso *self-service*, incluindo para Espanha, e que passaram a ter uma nova designação: Locky. O produto Criar Lojas Online também foi uma aposta importante na ligação dos CTT às pequenas e médias empresas, reforçando o ecossistema do *e-commerce* em Portugal, desta vez com uma parceria com a PHC Software para simplificar a gestão por parte dos empresários. Nos Açores, os CTT firmaram um acordo com a INSCO – Insular de Hipermercados, para a entrega dos produtos da sua loja *online* nas ilhas onde a oferta física não existe.

Alinhadas com a sua missão e o seu negócio, estas iniciativas assumem uma forte vertente responsabilidade social e refletem o envolvimento dos CTT com a comunidade.

Reclamações

Os processos de reclamação constituem uma forma única e privilegiada de melhoria continua dos processos internos, bem como na deteção de anomalias verificadas na utilização dos produtos e serviços no universo CTT. O Apoio ao Cliente tem a responsabilidade da difusão da voz do cliente pela organização, na procura de novas soluções que permitam aumentar a satisfação dos nossos clientes.

No 1.º semestre de 2022 deram entrada 191 288 processos de reclamação referente às áreas de negócio Correio e Expresso, revelando um decréscimo de 3% face a igual período de 2021. Este decréscimo deveu-se principalmente à melhoria dos processos internos, com a introdução de novas ferramentas que permitiram um aumento da capacidade de resolução na primeira linha de contacto.

Na área de negócio Correio, foram registados, na aplicação de suporte ao tratamento das reclamações, 73 514 processos relativos a reclamações de clientes sobre serviços e produtos comercializados, registando um aumento de 6% face ao período homólogo do ano anterior. Os principais motivos das reclamações estão relacionados com a perceção de atrasos na entrega e extravio de objetos.

Relativamente à área de negócio Expresso foram registados 111 738 processos relativos a reclamações, traduzindo-se numa diminuição de 8%. Os motivos de maior impacto nas reclamações Expresso são perceção de atrasos na entrega e extravio de objetos.

No que respeita a indemnizações, durante o 1.º semestre de 2022 foram processadas 10 369 na área de negócio do Correio, no valor de 396 300€, verificando-se uma estabilização face ao mesmo período do ano anterior. As indemnizações do serviço internacional representam 85% do valor total. As causas mais frequentes das indemnizações são o extravio do objeto, falta de resposta do operador postal de destino e erro de serviço.

Reclamações Serviço Postal Universal²⁰

Já no que diz respeito aos serviços que integram o Serviço Postal Universal (SPU), o número de reclamações recebidas registou, no primeiro trimestre de 2022, uma redução de 33,8% face ao mesmo período do ano anterior, observando-se uma redução significativa de processos recebidos quer no âmbito do serviço nacional (-34%) quer o serviço internacional (-33,7%).

Os motivos mais frequentes de reclamações no SPU estão relacionados com atrasos na entrega e problemas na distribuição de objetos e devem-se fundamentalmente ao aumento do tráfego de objetos volumosos e a constrangimentos operacionais por motivo do agravamento da situação epidemiológica, derivado do aumento de casos ativos associados à pandemia de COVID-19 nos primeiros dois meses do ano.

Contactos

Com a criação de um novo Modelo de Gestão de Redes Sociais foi possível a disponibilização da funcionalidade de *self-care* através de *chatbots* para apoio aos clientes nos canais Facebook, WhatsApp e no Portal de Desalfandegamento. A possibilidade de contacto com um assistente humano manteve-se, caso a informação disponibilizada não vá ao encontro da necessidade do cliente. Na Linha CTT Particulares, foi introduzido um *voicebot* na opção “Seguir objetos” que permite ao cliente saber o estado do seu envio e, caso o cliente necessite de mais informação, oferece a possibilidade de ser encaminhado para o Apoio ao Cliente. Os processos internos também foram melhorados para fornecer um melhor Apoio ao cliente e mais próximo das suas necessidades.

Desta forma, simplificámos os processos de comunicação e reforçamos o nosso posicionamento em termos de inovação e de proximidade com os nossos clientes.

Foram recebidos, no 1.º semestre de 2022, através dos canais de Apoio ao Cliente, um total de 1 479 780 contactos, representando um decréscimo de 14%, em termos globais, face ao mesmo período do ano anterior. No canal voz, recebemos 1 014 381 chamadas, representando 69% do total dos contactos recebidos e registando um decréscimo de 18% face ao ano anterior. No que se refere ao canal escrito, recebemos 344 370 representando 23% do total de contactos recebidos, correspondendo a um decréscimo de 27% relativamente a 2021. Nas redes sociais recebemos um total de 121 780 contactos representando 8% do total de contactos recebidos.

²⁰ Os dados são relativos apenas 1.º trimestre de 2022, tal como foram comunicados à ANACOM.

4.5. Capital natural

A estratégia de sustentabilidade dos CTT está alinhada com a ambição global de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2030 e também com os interesses e prioridades das partes interessadas em matérias de responsabilidade social e ambiental, como a preservação ambiental, a proteção da biodiversidade e da floresta nacional, o apoio ao desenvolvimento de populações carenciadas.

Energia

A contínua e intensa utilização dos combustíveis fósseis – uma fonte de energia não renovável – é uma das grandes causas para a crescente emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE) para a atmosfera e, atualmente, as suas concentrações são as mais elevadas de sempre. Tal facto tem inúmeras consequências, como o aumento da temperatura média da Terra – que tem tido um crescimento bastante acelerado nas últimas décadas –, os climas extremos e os desastres climáticos. Deste modo, a gestão e valorização das fontes de energia e da energia em si, são uns dos maiores desafios da atualidade e requerem toda e a máxima atenção.

A gradual abertura da sociedade após as medidas de confinamento e de segurança dos trabalhadores/as adotadas para fazer frente à pandemia de COVID-19 em 2020, bem como a consolidação da tendência de crescimento do e-commerce impulsionaram um aumento no consumo energético dos CTT no primeiro semestre de 2021 face ao período homólogo. No que toca ao primeiro semestre de 2022 face ao mesmo período de 2021 nota-se uma maior homogeneidade no comportamento, sendo estimada uma variação de apenas 0,5%. Para este aumento contribui o consumo de eletricidade da rede com um incremento estimado de 1,2%, muito em função da instalação de mais equipamentos mecanizados de tratamento de encomendas pela CTT Express, em Espanha, de modo a acompanhar o crescimento de mercado e também do maior número de km percorridos pela frota alternativa dos CTT. Também o consumo de energia térmica para climatização do edifício sede dos CTT sofreu um aumento, devido a uma maior taxa de ocupação face ao primeiro semestre de 2021.

Consumo de energia dos CTT

GJ	1S21	1S22	Δ 1S22/1S21
Consumo total de eletricidade verde	64.082,8	64.860,4	1,2%
Consumo de energia proveniente de painéis solares	63,6	1.193,4	1776,4%
Consumo de energia térmica	2.305,6	3.169,9	37,5%
Consumo total de combustíveis	112.191,7	110.326,2	-1,7%
Consumo total de gás	512,3	540,5	5,5%
Total	179.156,0	180.090,4	0,5%

Os combustíveis continuam a ser a principal origem do consumo energético dos CTT (61%). A eficiência global da frota CTT, medida em litros/100 km, manteve-se constante face ao período homólogo. Apesar de se ter verificado uma melhoria de 0,1 litros/100 km nos veículos pesados, esta foi compensada por uma degradação no consumo dos veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias. Esta degradação está muito relacionada com o aumento da idade média da frota e com a variação do perfil de atividade, ou seja, com aumento da utilização de veículos de maior volumetria em resposta ao maior tráfego de correio expresso e encomendas transportado. O menor consumo total de litros de combustível resulta maioritariamente de uma menor quantidade de km percorridos pela frota de veículos pesados, associada a processos de otimização da rede de transportes, e ao incremento de km percorridos pela frota elétrica.

No primeiro semestre foi efetuada a aquisição de certificados de Garantia de Origem relativos ao consumo de eletricidade dos CTT no ano 2021. Este mecanismo, utilizado pelos CTT desde 2015, garante que a eletricidade consumida pelos CTT no ano de 2021 foi produzida, em igual quantidade, através de fontes 100% renováveis.

Edifícios

Foram implementadas medidas de eficiência energética no parque de edifícios, sobretudo nas lojas e nos centros de distribuição postal, com a instalação de iluminação mais eficiente, a renovação de equipamentos de climatização, a beneficiação de quadros elétricos, a execução de infraestruturas para carregamento de veículos elétricos e intervenções em elevadores, reforçando o compromisso com a otimização dos consumos energéticos. No total foram realizadas 562 intervenções, com um valor de investimento de 367 k€. Foi também dado seguimento a obrigações legais aplicáveis ao parque imobiliário CTT, nas vertentes de certificação energética e de auditoria energética.

Adicionalmente, foi dada continuidade ao projeto de eficiência energética de instalações CTT para o triénio 2020-2022. Este projeto, em parceria com a empresa portuguesa LMIT consiste na monitorização dos consumos energéticos de até 72 instalações relevantes, abrangendo até 93% dos consumos energéticos globais do parque edificado CTT, identificando os detalhes técnicos de cada uma dessas instalações e respetivas oportunidades de melhoria de eficiência energética e propostas de ação. Desde o início do projeto, no global das instalações intervencionadas, foram atingidas poupanças energéticas de cerca de 16% e poupanças monetárias de 920 k€. As principais medidas são ao nível da iluminação (gestão/adequação da iluminação à operação, redução de potência, inativação de iluminação, reajuste de sensores de movimento e substituição por lâmpadas LED) e de climatização (ajuste de horário de operação e redução de velocidade dos ventiladores). No início deste ano, destacam-se as instalações de *wisemeters* em Évora (MARE) e no centro logístico CTT Expresso de Viseu.

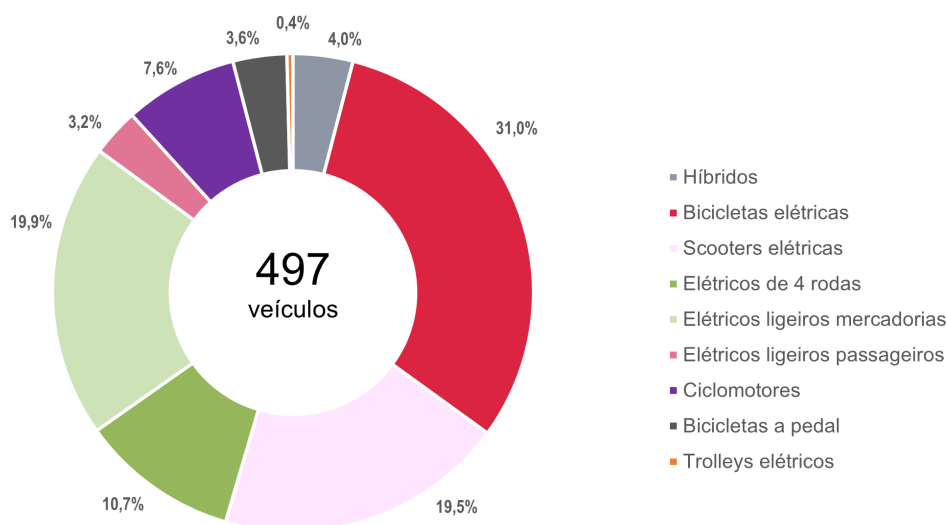
Os CTT apostaram na instalação de uma UPAC – Unidade de Produção para Auto-Consumo no armazém da CTT Expresso no MARL. A potência a instalada é de 410 kWp e permitiu a produção de 314 MWh no primeiro semestre de 2022, o equivalente a 2% do consumo anual do local no ano passado. A energia produzida é destinada ao consumo dos CTT e, caso exista excedente, a mesma é injetada na rede.

Mobilidade

Os CTT têm também investido regularmente na renovação da frota térmica convencional, em função dos planos de renovação plurianuais, que apresenta 4,2 anos de idade média e se mantém como uma das maiores e mais jovens em Portugal.

Possuindo uma das maiores e mais modernas frotas das empresas nacionais, os CTT contam com 3-974 veículos em regime de exploração direta, contratando ainda serviços de transporte a terceiros. A atual frota ecológica CTT conta com 497 veículos alternativos, na sua maioria composta por veículos elétricos, e corresponde a 12,5% da frota global. De salientar a entrada em operação, no período do relato, de mais 71 veículos ligeiros de mercadorias e 44 motociclos, e o reforço da infraestrutura de carregamento com a instalação de 63 carregadores (corrente alterna) de 22 kW no continente e regiões autónomas. Os veículos elétricos não emitem partículas e NO_x durante a sua utilização e, como os CTT adquirem 100% da eletricidade de origem renovável, o impacto carbónico destas viaturas elétricas é nulo, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar nas cidades. Destaca-se ainda, a entrada ao serviço de 5 Centros de Entrega dotados exclusivamente de veículos elétricos: 1000 Lisboa, 1300 Lisboa, 2750 Cascais, 9880 Santa Cruz da Graciosa e 9400 Porto Santo.

Frota alternativa dos CTT



Os km percorridos pela frota de veículos alternativos dos CTT aumentaram 124% face a 2021, devido não só ao aumento na quantidade desse tipo de veículo, mas também por otimização e expansão da sua atividade.

Sendo uma empresa pioneira na incorporação de veículos elétricos na sua frota automóvel e na inovação permanente dos seus produtos e serviços, os CTT testaram diversos modelos em contexto operacional: Citroen AMI Cargo, furgões Maxus eDeliver 3 e 9 e veículos Arrival. Todos estes veículos, por serem elétricos, caracterizam-se pelo facto de não emitirem gases com efeito de estufa durante a sua utilização, de serem silenciosos e também mais fáceis de conduzir (sem caixa de velocidades). Contribuem para a redução da pegada ecológica dos CTT e mitigam o risco das restrições de circulação em zonas urbanas/históricas a veículos convencionais. Esta avaliação é essencial para as opções futuras para o aumento da frota elétrica dos CTT.

Sendo a transição energética uma tendência incontornável nos dias de hoje, os CTT pretendem continuar o seu percurso promovendo a eficiência ao nível do consumo de combustíveis fósseis e o consumo de eletricidade a partir de fontes renováveis e apoiando a transição para uma incorporação sustentada e cada vez maior de veículos elétricos e/ou movidos a combustíveis alternativos na frota. Há cerca de uma década que na frota dos CTT têm sido gradualmente incorporados veículos elétricos, desde bicicletas elétricas, veículos de carga especialmente adaptados à distribuição postal, veículos ligeiros de mercadorias e, nos últimos anos, veículos ligeiros de passageiros.

Após o lançamento pelos CTT, em 2020, do serviço Green Deliveries, em resposta à procura por soluções menos poluentes e carbonicamente neutras por parte dos seus clientes empresariais, voltou a assistir-se no primeiro semestre a um crescimento no número de veículos e clientes afetos ao projeto. O serviço Green Deliveries permite que os clientes finais recebam as suas encomendas com veículos elétricos CTT na cidade de Lisboa e Porto, para os locais contratados. A eletricidade dos CTT é proveniente de fontes 100% renováveis, o que torna esta entrega neutra em carbono. Além disso, o projeto inclui a recolha de cápsulas de café para fins de reciclagem, aproveitando as viagens em retornos das realizadas para a entrega das encomendas.

A sensibilização para os comportamentos seguros de condução é já um tema de habitual foco e relevância para os CTT, dada a dimensão da frota e o elevado número de trabalhadores/as que diariamente percorre as estradas do país. O Programa de Prevenção Rodoviária dos CTT abrange todas as dimensões em que a intervenção humana pode exercer uma influência positiva, dando especial atenção à formação e sensibilização de todos os/as trabalhadores/as. Neste âmbito, foram promovidas ações de formação e sensibilização internas, incluindo todo o tipo de ações (sensibilização, formação prática de condução e formação para chefias). Os dados preliminares de sinistralidade indicam uma ligeira redução nos acidentes laborais com causa rodoviária e um pequeno aumento na sinistralidade de danos materiais.

Está em curso a criação do Plano de Segurança Rodoviária CTT 2022-2030, alinhado com os objetivos da Década de Segurança Rodoviária 2021-2030. De salientar que os CTT foram recentemente convidados a presidir ao Grupo de Peritos de Segurança Rodoviária da UPU.

Ainda no âmbito da frota, foram realizadas diversas ações de formação/sensibilização: Taxa Zero ao Volante, Cinto-me vivo (em conjunto com a ANSR), veículos elétricos CTT, veículos de duas rodas e sinistralidade rodoviária, Telemóvel e Condução e condução eco-defensiva.

No primeiro semestre de 2022 foi dado seguimento às ações previstas realizar pelos CTT no âmbito do Compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020 – Ação Climática Lisboa 2030, e foi concluído o Pacto de Mobilidade Empresarial para a Cidade de Lisboa. O compromisso Lisboa Capital Verde Europeia 2020 visa assegurar a contribuição dos vários agentes económicos para o alcance dos objetivos e metas definidas no âmbito do Plano de Ação para as Energias Sustentáveis e o Clima e que promove uma nova visão da cidade de Lisboa com vista à neutralidade carbónica em 2050. Para o efeito, os CTT submeteram 14 medidas nas seguintes categorias, com vista à melhoria do desempenho ambiental da empresa: energia, mobilidade, água, economia circular e cidadania e participação. O Pacto de Mobilidade Empresarial para a Cidade de Lisboa foi um acordo público, voluntário, livre de encargos e colaborativo, entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e um conjunto de 55 empresas e instituições, com o objetivo de melhorar ativamente a mobilidade na cidade de Lisboa, através do desenvolvimento de ações de mobilidade mais ecológicas, seguras e eficientes. A adesão a este pacto reforçou publicamente o compromisso dos CTT em matéria de mobilidade sustentável e de gestão carbónica, numa atitude contínua de envolvimento, transparência e compromisso. De acordo com a CML, no âmbito deste pacto, foi identificado um potencial de poupança de aproximadamente 10 mil toneladas de CO₂ na vertente da promoção de veículos elétricos, para o qual os CTT terão contribuído com aproximadamente 380 toneladas.

De modo a ir ao encontro das expectativas dos seus clientes, os CTT continuam a desenvolver a sua rede de cacifos *parcel lockers*. Através destes cacifos os clientes de *e-commerce* CTT podem levantar as suas encomendas de forma mais cómoda e num horário mais alargado. No final do primeiro semestre a rede de cacifos era constituída por 350 unidades a nível nacional, estando previsto o seu alargamento até ao final do ano. A nível operacional os cacifos permitem aos CTT uma otimização das operações de distribuição ao entregar mais encomendas por km percorrido, com os consequentes ganhos ambientais associados.

Emissões atmosféricas

No 1.º semestre de 2022, verificou-se uma redução de 1,6% nas emissões totais de CO₂ de scope 1 e 2 (scope 1 - consumo de combustíveis pela frota e de gás nos edifícios, scope 2 - consumo de eletricidade e climatização) comparativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante maioritariamente da diminuição do consumo de combustível pelos motivos acima indicados no tópico “Energia”.

As emissões indiretas (scope 3) resultam dos consumos que ocorrem ao longo da cadeia de valor, nos quais se enquadram os transportes subcontratados rodoviário, aéreo e marítimo, a distribuição

efetuada por veículos pertencentes aos carteiros e as viagens de serviço e as viagens casa-trabalho-casa (*commuting*), estas duas últimas aqui não consideradas:

Emissões carbónicas dos CTT

t CO ₂ ²¹	1S21	1S22	Δ 1S22/1S21
Emissões diretas – <i>Scope 1</i>	7.990,8	7.858,9	-1,7%
Emissões indiretas – <i>Scope 2</i>	4,6	6,3	37,0%
Emissões indiretas – <i>Scope 3</i>	23.675,8	24.762,6	4,6%
Total de emissões (Scopes 1, 2 e 3)	31.671,2	32.627,8	3,0%

Ao nível da frota subcontratada rodoviária, verificou-se um ligeiro aumento de atividade (1% da distância percorrida), com impacto direto nas emissões carbónicas associadas. Não obstante, uma parte significativa da atividade de carga dos CTT foi externalizada durante 2021, atividade esta que não está refletida no desempenho carbónico reportado. De destacar ainda que os CTT têm vindo a investir e implementar em sistemas informáticos de rotas dinâmicas, que potenciam a otimização das rotas e, consequentemente, a eficiência energética associada à atividade de transporte e distribuição de correio, encomendas e expresso. No que toca aos km percorridos pelos veículos pertencentes aos carteiros, registou-se uma elevada redução dos km realizados em veículos ligeiros de mercadorias.

As emissões resultantes do transporte aéreo de correio, expresso e encomendas registaram um aumento face ao semestre homólogo. No transporte aéreo nacional ocorreu um aumento de 27% do peso transportado de EMS (expresso) e de 35% nas encomendas postais, em conjugação com a reposição de voos, o que permitiu a utilização preferencial deste modo de envio de objetos postais. No transporte aéreo internacional houve um aumento de 39,5% no total do peso transportado, em especial no EMS com 76,3%, apesar de se manterem dificuldades na oferta e operação de voos internacionais.

As emissões relativas ao transporte marítimo de correio, expresso e encomendas sofreram uma diminuição de 5%, em resultado de uma maior oferta de voos e de ter sido dada preferência ao transporte aéreo.

Outras emissões atmosféricas indiretas

t CO ₂	1S21	1S22	Δ 1S22/1S21
Transporte aéreo	6.734,8	7.545,9	12,0 %
Transporte marítimo	58,4	55,6	-4,8 %
Transporte rodoviário por frota subcontratada	16.136,5	16.601,6	2,9 %
Distribuição por veículos carteiros	746,1	559,6	-25,0 %
Transporte aéreo e ferroviário em viagens de serviço	nc	nc	nc
<i>Commuting</i>	nc	nc	nc
Total de emissões indiretas (Scope 3)	23.675,8	24.762,7	4,6 %

²¹ Scope 1 Frota: valor estimado através dos fatores de emissão publicados pela APA - Agência Portuguesa do Ambiente (https://apambiente.pt/sites/default/files/_Clima/Inventarios/NIR20210415.pdf) e Global Warming Potential Values - IPCC Fifth Assessment Report (AR5), convertendo as emissões poluentes para CO₂e a partir dos fatores de emissão dos gases CH₄ e N₂O. Não inclui a CORRE, NNS e HCCM. Scope 1 Gás: valor estimado através do Despacho 6476-H/2021 e WRI GHG Emission Factors Compilation, convertendo as emissões poluentes para CO₂e a partir dos fatores de emissão dos gases CH₄ e N₂O. Não inclui a frota da CORRE, da NNS e da HCCM. Scope 2 Energia térmica: valor 2020 estimado através do WRI GHG Emission Factors Compilation; valor 2021 estimado através do Despacho 4343/2019 e <https://www.sce.pt/relatorio-dgeg-factor-energia-primaria-da-rede-da-climaespaço-v0/>. Scope 3 exceto Viagens de Serviço e *Commuting*: valor estimado através da metodologia WRI da Greenhouse Gas Protocol tool for mobile consumption version 2.6, através dos fatores de conversão Compilation of emission factors used in the cross-sector tools para os vários combustíveis utilizados pelas frotas e aplicados aos respetivos consumos. Não inclui Viagens de serviço, *Commuting*, CORRE, NNS e HCCM.

Alterações climáticas

Os CTT consideram o combate às alterações climáticas como um tema de relevância crescente, para a sociedade e para as empresas e têm vindo a percorrer um longo caminho na promoção e apoio à transição energética.

Os CTT têm vindo a verificar uma pressão crescente por parte dos clientes na procura por soluções menos poluentes e/ou carbonicamente neutras. Os CTT anteciparam essa tendência com o lançamento do correio verde em 2010 e, atualmente, as emissões carbónicas decorrentes da atividade direta dos CTT para tratamento, transporte e distribuição da oferta expresso, em Portugal, é também compensada sem custos acrescidos para os clientes. No global, a oferta *net-zero* representa 16,2% da receita total dos CTT.

Economia circular

Mantendo o foco na gestão adequada de recursos e no prolongamento da vida útil dos produtos, os CTT têm vindo a desenvolver projetos no domínio da economia circular. Neste sentido, demos continuidade à parceria com a To Be Green, uma spin-off da Universidade do Minho, que consiste na reciclagem de máscaras usadas contra a COVID-19, através da sua transformação química em placas poliméricas de polipropileno, permitindo a criação de novos produtos. Do ponto de vista da valorização de resíduos e da economia circular, esta iniciativa gera impacto positivo, uma vez que este resíduo, habitualmente depositado nos caixotes de lixo comum, ganha um novo valor. Em dezembro de 2021, como primeiros frutos deste projeto, foram recolhidas cerca de 6 mil máscaras usadas em áreas operacionais dos CTT, que contribuíram para a produção de cerca de 3200 pequenos enfeites de Natal entregues aos colaboradores e colaboradoras destas áreas. Face à boa receptividade dos colaboradores CTT, em 2022, esta ação foi alargada a mais edifícios, inclusive o Edifício CTT, em Lisboa.

Ainda neste âmbito, o projeto piloto Farripas de Papel compreende a utilização de resíduos de papel 100% provenientes dos edifícios CTT, facultando aos clientes farripas para acondicionar gratuitamente as suas encomendas. Esta é também uma iniciativa que potencia a economia circular e a valorização de resíduos, dado que o papel passa de desperdício a recurso de enchimento, reduzindo, assim, a sua produção enquanto resíduo. Sobre a ação foi feito um inquérito com vista a aferir a receptividade dos clientes e dos colaboradores das Lojas, tendo a avaliação sido de “Muito Positiva” e “Positiva” para 100% dos clientes inquiridos.

Na vertente do portefólio eco, foi lançada em 2021 a Embalagem ECO Reutilizável CTT, em parceria com a Sanjo e a Naz, direcionada para os clientes de e-commerce. Esta é uma alternativa às embalagens de utilização única e foi desenhada para ser usada até 50 vezes, trazendo, por isso, inúmeras vantagens ao nível ambiental: redução do desperdício inerente às opções de embalagem de utilização única, diminuição da pegada carbónica relativas à sua produção e também a promoção da economia circular através da reutilização. Neste âmbito, foi, recentemente, estabelecida uma parceria com a Decathlon, passando este, como e-seller, a poder acondicionar os seus envios online em embalagens reutilizáveis e, por sua vez, os e-buyers, a optar por receber os seus produtos neste tipo de embalagens (para já, apenas em Lisboa). Ao escolher receber uma encomenda numa Embalagem ECO Reutilizável CTT, o comprador deverá devolvê-la junto das lojas CTT, em marcos de correio selecionados ou diretamente ao distribuidor no ato de entrega da encomenda, de modo que o propósito deste produto se cumpra e se prolongue sua vida útil.

Ainda com o objetivo de contribuir para uma correta gestão de resíduos, mas também querendo reduzir os impactos na biodiversidade, os CTT realizaram uma ação de voluntariado ambiental junto dos seus trabalhadores/as e familiares, que consistiu na remoção de lixo marinho de duas praias portuguesas. O lixo foi recolhido, por categoria de materiais (plástico, vidro, papel e cartão, têxtil e beatas, entre

outros), com vista à posterior reciclagem dos mesmos, destacando-se a recolha de um total de 10,7 kg de plástico e de 1 726 beatas.

Biodiversidade

Embora os impactos na biodiversidade sejam considerados indiretos, os CTT dedicam especial atenção à sua mitigação. A iniciativa “Uma Árvore Pela Floresta”, voltou a realizar-se pelo 8.º ano consecutivo, em parceria com a Quercus, que visa reflorestar, com espécies autóctones, algumas zonas do País, nomeadamente áreas protegidas, Zonas Classificadas e Matas Nacionais com alto risco de incêndio ou mais afetadas pelos fogos florestais, tendo já permitido a plantação de mais de 100 mil árvores. Nesta edição, venderam-se 6 700 kits, que representaram o número de árvores plantadas – desta vez na Mata da Machada, no Barreiro – 6 000 das quais por mais de 500 voluntários.

Formação e sensibilização

Sendo a sensibilização e disponibilização de informação verdadeiros pontos cruciais na promoção da sustentabilidade ambiental, os CTT desenvolvem de forma regular, interna e externamente, inúmeras iniciativas que impulsionam o conhecimento sobre o tema, a disseminação de boas práticas e também o alerta para determinados aspetos ambientais, como a conservação dos recursos e a proteção da natureza, entre outros.

Neste sentido foram publicados diversos artigos e conteúdos de cariz ambiental e social na Revista CTT, de difusão interna, com vista à sensibilização dos trabalhadores/as. Do mesmo modo, foram também transmitidos conteúdos ambientais no canal CTT TV de transmissão interna, no edifício sede. Destaca-se ainda a celebração de dias temáticos, tais como, o Dia Internacional da Reciclagem, onde se disponibilizou informação acerca da pirâmide de sustentabilidade com vista à promoção da literacia ambiental, assim como, dicas úteis para repensar e reduzir o lixo que cada um de nós produz diariamente, o Dia Mundial do Ambiente, com a partilha de algumas curiosidades e propostas de práticas ambientais que podem ser feitas em família, o Dia Mundial dos Oceanos onde e em parceria com a LPN – Liga para a Proteção da Natureza, se realizou um webinar interno sobre “Lixo Marinho” sensibilizando para a problemática da poluição dos oceanos e que culminou numa ação de voluntariado de limpeza de praia e o Dia Mundial da Terra, que envolveu um passatempo para os/as filhos/as dos trabalhadores/as partilharem a sua visão sobre o planeta em que vão viver.

São igualmente divulgadas *e-newsletters* de conteúdos de sustentabilidade direcionadas aos trabalhadores/as das áreas operacionais.

Os CTT transmitiram ainda informação neste âmbito através nas redes sociais e do canal de TV da rede de lojas a nível nacional, para o público digital e para os clientes.

5. GOVERNO SOCIETÁRIO

5.1. Órgãos sociais e de gestão²²

Conselho de Administração²³

<i>Presidente:</i>	Raul Catarino Galamba de Oliveira
<i>Presidente Executivo:</i>	João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento (CEO)
<i>Vogais:</i>	António Pedro Ferreira Vaz da Silva
	Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco (CFO)
	João Carlos Ventura Sousa
	João Miguel Gaspar da Silva (COO)
	Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia
	Steven Duncan Wood
	Duarte Palma Leal Champalimaud
	Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz
	Jürgen Schröder
	Margarida Maria Correia de Barros Couto
	María del Carmen Gil Marín
	Susanne Ruoff

Mesa da Assembleia Geral²⁴

<i>Presidente:</i>	Pedro Miguel Duarte Rebelo de Sousa
<i>Vice-Presidente:</i>	Teresa Sapiro Anselmo Vaz Ferreira Soares

Comissão de Vencimentos²⁵

<i>Presidente:</i>	Fernando Paulo de Abreu Neves de Almeida
<i>Vogais:</i>	Manuel Carlos de Melo Champalimaud
	Christopher James Torino

Comissão Executiva²⁶

<i>Presidente:</i>	João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento (CEO)
<i>Vogais:</i>	António Pedro Ferreira Vaz da Silva
	Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco (CFO)
	João Carlos Ventura Sousa
	João Miguel Gaspar da Silva (COO)

Comissão de Auditoria²⁷

<i>Presidente:</i>	Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia
<i>Vogais:</i>	Steven Duncan Wood
	María del Carmen Gil Marín

²² Por referência à data de aprovação do presente Relatório Integrado Intercalar do 1º Semestre de 2022.

²³ Membros eleitos em Assembleia Geral dos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT) de 29 .04. 2020 para o mandato de 2020/2022.

²⁴ Membros eleitos em Assembleia Geral dos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT) de 29 .04. 2020 para o mandato de 2020/2022.

²⁵ Membros eleitos em Assembleia Geral dos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT) de 29 .04. 2020 para o mandato de 2020/2022.

²⁶ Designados por deliberação do Conselho de Administração de 29.04.2020 para o mandato de 2020/2022.

²⁷ Membros eleitos em Assembleia Geral dos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT) de 29 .04. 2020 para o mandato de 2020/2022.

Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações²⁸

<i>Presidente:</i>	Raul Catarino Galamba de Oliveira
<i>Vogais:</i>	Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz
	Duarte Palma Leal Champalimaud

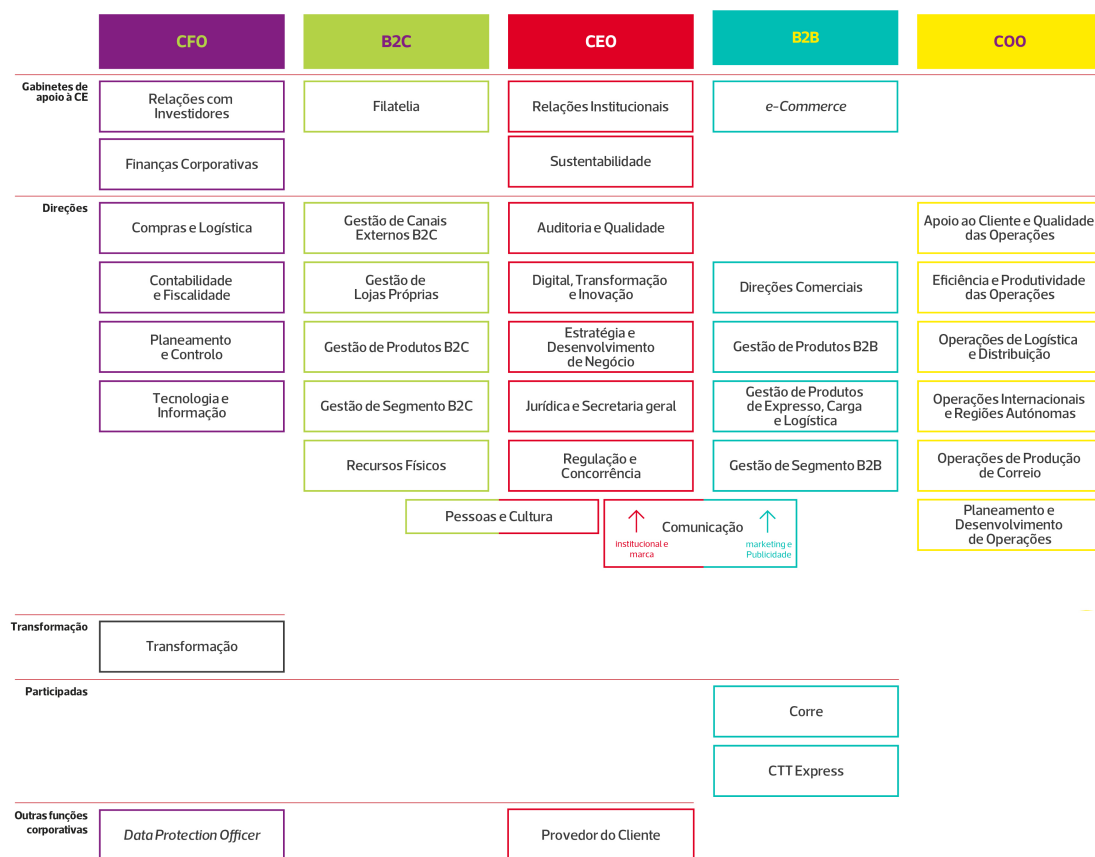
Revisor Oficial de Contas (ROC)²⁹

<i>ROC Efetivo:</i>	Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representada por Luís Pedro Magalhães Varela Mendes ou por Rui Abel Serra Martins
<i>ROC Suplente:</i>	João Carlos Miguel Alves

²⁸ Designados por deliberação do Conselho de Administração de 29.04.2020 para o mandato de 2020/2022.

²⁹ Eleito em Assembleia Geral dos CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT) de 29.04.2020, para o mandato de 2021/2023.

Orgânica de gestão – estrutura organizacional



5.2. Negócios com a Sociedade e exercício de outras atividades

A Sociedade desenvolveu procedimentos de controlo interno que se encontram definidos no Regulamento sobre Apreciação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas e Prevenção de Situações de Conflito de Interesses (“Regulamento sobre Partes Relacionadas”), disponível em www.ctt.pt, com vista a reforçar os mecanismos de prevenção, identificação e resolução de situações de conflito de interesses e deste modo aumentar o grau de transparência e objetividade na gestão deste tipo de operações.

Nos termos do Regulamento sobre Partes Relacionadas, todas as transações significativas com partes relacionadas devem ser aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer prévio da Comissão de Auditoria. Transações significativas são as de montante superior a um milhão de euros e/ou não pertencentes ao âmbito da atividade corrente da Sociedade e/ou fora das condições de mercado. São partes relacionadas, os Acionistas qualificados dos CTT, Dirigentes, Administradores/as de Sociedades Subsidiárias, ou terceiros com qualquer destes relacionados

através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos da IAS 24) e ainda Sociedades Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos (joint-ventures) dos CTT. As demais transações com partes relacionadas são comunicadas à Comissão de Auditoria para efeitos da sua apreciação posterior.

De acordo com os referidos procedimentos de controlo internos implementados e para efeitos do disposto na alínea e) do nº 5 do artigo 66º e do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, no primeiro semestre de 2022 não foram realizados negócios entre os CTT e os seus/suas Administradores/as diretamente ou por interposta pessoa.

Para efeitos de reporte quanto ao previsto no art.º 398º do CSC nenhum dos Administradores/as dos CTT exerceu, durante o primeiro semestre de 2022, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

A lista apresentada abaixo indica os cargos internos e externos à Sociedade desempenhados pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização à data de aprovação do presente Relatório Integrado Intercalar:

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
Raul Catarino Galamba de Oliveira	- Presidente da Comissão de Seleção e Vencimentos do Banco CTT, S.A. - Presidente da Comissão de Seleção da Payshop (Portugal), S.A. - Presidente da Comissão de Seleção da 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. - Membro da Comissão de Ética dos CTT - Presidente (não executivo) do Conselho de Administração dos CTT - Presidente da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações dos CTT	- Administrador não executivo do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. - Administrador não executivo da José de Mello Capital, S.A. - Administrador não executivo da CUF, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da Fundação Manuel Violante
João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento	- Presidente do Conselho de Administração da CTT IMO – Sociedade Imobiliária, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da CTT Soluções Empresariais, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A. - Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva dos CTT - Membro da Comissão de Seleção e Vencimentos do Banco CTT, S.A. - Membro da Comissão de Seleção da Payshop (Portugal), S.A. - Membro da Comissão de Seleção da 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Correio Expresso de Moçambique, S.A. (CORRE)	- Membro do Conselho de Administração da International Post Corporation (IPC) - Sócio-Gerente da QPDM Consulting, Lda. - Membro do Conselho de Curadores da Fundação Alfredo de Sousa - Membro do Conselho Consultivo da Reshape - Membro do Conselho Diretivo do ICF – Inclusive Community Forum – Nova SBE - Membro do Conselho Estratégico de Inovação da VdA - Vieira de Almeida & Associados, Sociedade de Advogados, RL - Membro do Conselho Geral do IPCG - Instituto Português de Corporate Governance, a título individual - Membro Permanente do Conselho Consultivo da AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal - Vice-Presidente e Presidente em funções da Academia de Engenharia

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
António Pedro Ferreira Vaz da Silva	- Membro do Conselho de Administração da Medspring, S.A. - Membro do Conselho de Administração da CTT IMO – Sociedade Imobiliária, S.A. - Membro do Conselho de Administração da CTT Soluções Empresariais, S.A. - Membro do Conselho de Administração da Payshop (Portugal), S.A. - Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva dos CTT - Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso – Serviços Postais e Logística, S.A. - Membro não executivo do Conselho de Administração do Banco CTT, S.A.	
Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco	- Membro do Conselho de Administração da Medspring, S.A. - Membro do Conselho de Administração da CTT IMO – Sociedade Imobiliária, S.A. - Membro do Conselho de Administração da Newspring Services, S.A. - Membro do Conselho de Administração da CTT Soluções Empresariais, S.A. - Membro não executivo do Conselho de Administração do Banco CTT, S.A. - Membro do Conselho de Administração e <i>Chief Financial Officer</i> (CFO) dos CTT - Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A.	- Membro do Conselho de Administração da Finerge, S.A. - Membro da Direção da AEM – Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado
João Carlos Ventura Sousa	- Presidente do Conselho de Administração da Medspring, S.A. - Membro do Conselho de Administração da CTT IMO – Sociedade Imobiliária, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da Newspring Services, S.A. - Membro do Conselho de Administração da CTT Soluções Empresariais, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da CTT Contacto, S.A. - Membro do Conselho de Administração da Correio Expresso de Moçambique, S.A. (CORRE) - Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva dos CTT - Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A.	Vice-presidente da Direção da APOE - Associação Portuguesa de Operadores Expresso

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
João Miguel Gaspar da Silva	- Membro do Conselho de Administração da Medspring, S.A. - Membro do Conselho de Administração da CTT IMO – Sociedade Imobiliária, S.A. - Membro do Conselho de Administração da Newspring Services, S.A. - Membro do Conselho de Administração da CTT Soluções Empresariais, S.A. - Membro do Conselho de Administração da CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. - Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva dos CTT - Membro do Conselho de Administração da CTT Contacto, S.A.	
Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia	- Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT - Presidente da Comissão de Auditoria dos CTT	- Membro não executivo do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria do Banco Português de Fomento, S.A. - Vogal da Direção da Associação De Promoção E Defesa Da Vida E Família - Vida Norte - Membro não executivo do Conselho de Administração da SFS – Gestão de Fundos, SGOIC, S.A. - Presidente do Conselho Fiscal da Sogrape, SGPS, S.A. - Membro não executivo do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria da Impresa, SGPS, S.A. - Membro convidado da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística - Sócia-Gerente da Novais, Anacoreta & Associado, SROC - Membro do Conselho Científico da Associação Fiscal Portuguesa - Árbitro em matérias tributárias do CAAD - Centro de Arbitragem Administrativa - Professora auxiliar na Católica Porto Business School
Steven Duncan Wood	- Membro da Comissão de Auditoria dos CTT - Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT	- Fundador e Sócio-Administrador do Builders Institute, Inc. - Sócio-Administrador da Greenwood Performance Investors, LLC - Fundador e Sócio-Administrador da Greenwood Investors, LLC - Membro do Conselho Consultivo da Cortland Associates, Inc.
Duarte Palma Leal Champalimaud	- Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT - Membro da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações dos CTT	- Presidente do Conselho de Administração da Pentapack – Sistema de Embalagem, S.A. - Gerente da Star Swan Unipessoal, Lda. - Gerente da Sotaque – Assessoria de Comunicação e Traduções, Lda. - Vice-Presidente do Conselho de Administração da Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. - Presidente da Comissão de Estratégia e Investimento do Grupo Manuel Champalimaud - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APIP – Associação Portuguesa da Indústria de Plásticos

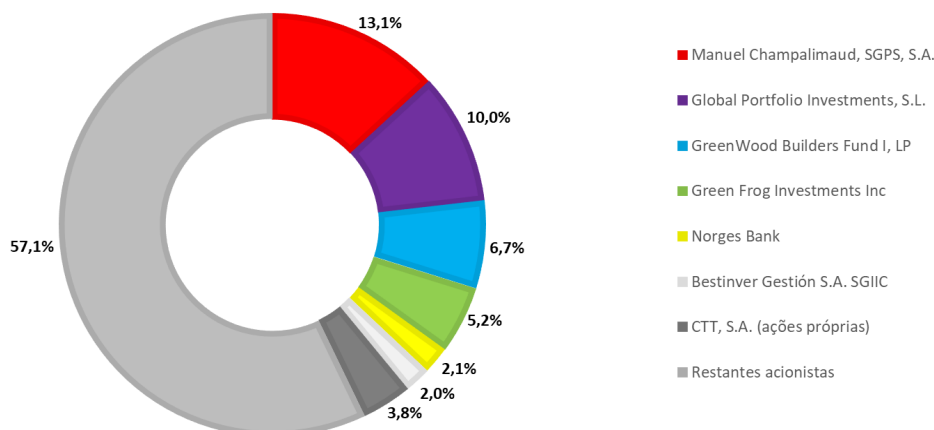
Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz	- Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT - Membro da Comissão de Governo Societário, Avaliação e Nomeações dos CTT	- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da Capital Criativo HealthCare Investments II, S.A. - Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Coimbra S.A. - Presidente do Conselho de Administração do H.M.E. – Gestão Hospitalar, S.A. - Administradora do Hospital da Luz Funchal, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da Hospital da Luz - Guimarães, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da GLSMED Learning Health, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da Luz Saúde – Serviços, A.C.E. - Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz – Centro Clínico da Amadora, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. - Presidente do Conselho de Administração das Casas da Cidade – Residências Sénior, S.A. - Presidente do Conselho de Administração do CRB – Clube Residencial da Boavista, S.A. - Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Oeiras, S.A. - Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz, S.A. (LISBOA) - Presidente do Conselho de Administração da Surgicare – Unidades de Saúde, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da Vila Lusitano – Unidades de Saúde, S.A. - Presidente do Conselho de Administração do Hospital Residencial do Mar, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da Hospor – Hospitais Portugueses, S.A. - Presidente do Conselho de Administração das Casas da Cidade – Residências Sénior de Carnaxide, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da RML – Residência Medicalizada de Loures, SGPS, S.A. - Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz Arrábida, S.A. - Presidente do Conselho de Administração da Luz Saúde – Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A. - Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Aveiro, S.A. - Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Luz Saúde, S.A. - Membro do International Advisory Board do The Lisbon MBA da Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa
Jürgen Schröder	Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT	- Sócio Executivo da JS-Rat & Tat GmbH - Membro do Conselho de Administração da ISR (<i>International School on the Rhine</i>) (Alemanha) - Membro do Conselho de Administração do Marketing Club Düsseldorf (Alemanha)
Margarida Maria Correia de Barros Couto	- Presidente da Comissão de Ética dos CTT - Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT	- Presidente do GRACE – Empresas Responsáveis - Associação - Membro do Conselho de Administração e Diretora Executiva (CEO) da Fundação Vasco Vieira de Almeida - Secretária da Mesa da Assembleia Geral do Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar - Secretária da Mesa da Assembleia Geral do BCSD Portugal – <i>Business Council for Sustainable Development</i> - Presidente da Direção da Associação VdA Academia

Membros do Conselho de Administração	Cargos Internos	Cargos Externos
María del Carmen Gil Marín	- Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT - Membro da Comissão de Auditoria dos CTT	- Membro não executivo do Conselho de Administração e Membro da Comissão de Auditoria e da Comissão de Nomeações, Avaliação e Remunerações da Caixa Geral de Depósitos, S.A. - Membro executivo do Conselho de Administração da Novabase, SGPS, S.A. - Administradora de empresas do Grupo Novabase, nomeadamente Presidente do Conselho de Administração da Novabase Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A., e Membro do Conselho de Administração da Celfocus -Soluções Informáticas para Telecomunicações, S.A. - Membro do Conselho Geral da AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Novabase Enterprise Applications - Sistemas de Informação de Gestão Empresarial, S.A. - Presidente da Mesa da Assembleia Geral da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. - Membro do Comité Consultivo do FCR ISTART I
Susanne Ruoff	Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT	- Membro da Direção e da Comissão de Organização e Vencimentos da Eldora AG (Suíça) <i>Chief Executive Officer</i> (CEO) da Ruoff Advisory GmbH (Suíça) - Consultora do Conselho de Administração da Emirates Post, Dubai (EAU) - Membro do Conselho Consultivo Estratégico da EPFL - École Polytechnique Fédérale de Lausanne (Suíça)

5.3. Estrutura de capital

No final do 1º semestre de 2022, o capital social dos CTT é de 75.000.000€, integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 150.000.000 ações ordinárias (não existindo diferentes categorias), nominativas, escriturais, com valor nominal de 0,50€ cada, admitidas à negociação no mercado regulamentado gerido pela Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. ("Euronext Lisbon").

À data de 30 de junho de 2022, a composição acionista dos CTT, em termos de participações qualificadas, apresentava-se conforme segue:



5.4. Lista dos titulares de participações qualificadas

Estrutura acionista dos CTT à data de 30 de junho de 2022, tendo por referência as comunicações efetuadas à Sociedade:

Acionistas		N.º Ações	% Capital	% Direitos de voto
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. ⁽¹⁾		19.330.084	12,887%	12,887%
Manuel Carlos de Melo Champalimaud		353.185	0,235%	0,235%
Manuel Carlos de Melo Champalimaud ⁽¹⁾	Total	19.683.269	13,122%	13,122%
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽²⁾		15.057.937	10,039%	10,039%
Indumenta Pueri, S.L. ⁽²⁾	Total	15.057.937	10,039%	10,039%
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽³⁾		10.025.000	6,683%	6,683%
GreenWood Investors LLC ⁽³⁾	Total	10.025.000	6,683%	6,683%
Green Frog Investments Inc.	Total	7.730.000	5,153%	5,153%
Norges Bank	Total	3.105.287	2,070%	2,070%
Bestinver Gestión S.A. SGIIC ⁽⁴⁾	Total	3.024.366	2,016%	2,016%
CTT, S.A. (ações próprias) ⁽⁵⁾	Total	5.707.722	3,805%	3,805%
Restantes acionistas	Total	85.666.419	57,111%	57,111%
TOTAL		150.000.000	100,000%	100,000%

⁽¹⁾ Inclui 19.246.815 ações detidas pela Manuel Champalimaud SGPS, S.A. e 83.269 ações detidas pelos membros do respetivo Conselho de Administração, de que Duarte Palma Leal Champalimaud, Administrador não executivo dos CTT, é Vice-Presidente. Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud.

⁽²⁾ A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L.

⁽³⁾ GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é *Managing Member*, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome da GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC.

⁽⁴⁾ A Bestinver Gestión S.A. SGIIC é uma sociedade espanhola de gestão de fundos. Como tal, exerce os direitos de voto inerentes às ações que são propriedade das instituições de investimento que gere e representa. Além disso, foi outorgada à Bestinver

Gestión, S.A. SGIIC uma procuração para o exercício dos direitos de voto inerentes às ações detidas pelos fundos de pensões geridos pela Bestinver Pensiones EGFP, S.A.

- (5) Ações detidas pelos CTT em 30 de junho de 2022, data em que a Sociedade tinha já adquirido 4.207.721 ações no contexto do programa de recompra de ações próprias anunciado em 16 de março de 2022 (*vide* comunicado disponível no site dos CTT, em https://www.ctt.pt/contentAsset/raw-data/04171336-620e-497b-a51e-956f5e072f9a/ficheiroPdf/SBB%20II_Relatorio%20Intercalar_). Em consequência, a 30 de junho de 2022, a Sociedade detinha, como resultado das operações de aquisição realizadas a partir de 18 de março de 2022 no âmbito do referido programa de recompra de ações próprias, um total acumulado de 5.707.722 ações próprias, representativas de 3,81% do capital social, incluindo 1.500.001 ações próprias anteriormente adquiridas.

5.5. Ações próprias

No dia 18 de março de 2022, os CTT deram início à negociação no quadro do programa de recompra de ações próprias da Sociedade ("Programa de Recompra"), nos termos e de acordo com os limites (i) da deliberação adotada no âmbito do Ponto 5 da Ordem de Trabalhos da Assembleia Geral de acionistas dos CTT, realizada no dia 21 de abril de 2021, ao abrigo da qual foi autorizada a aquisição e alienação de ações próprias pela Sociedade e sociedades dependentes nos termos definidos naquela deliberação dos acionistas, sujeita a decisão do Conselho de Administração da Sociedade, e (ii) da deliberação do Conselho de Administração dos CTT de 16 de março de 2022, em conformidade com a qual foi aprovado um programa de recompra de ações próprias, cujos principais termos e condições se encontram no comunicado relativo ao início da negociação no quadro do Programa de Recompra divulgado pela Sociedade no seu sítio da internet no dia 16 de março de 2022.

No âmbito do referido Programa de Recompra, e enquanto intermediário financeiro encarregue da execução do mesmo, a JB Capital Markets, S.V., S.A.U. procedeu à aquisição de 4.207.721 ações representativas do capital social dos CTT, no mercado regulamentado da Euronext Lisbon, no período compreendido entre os dias 18 de março e 30 de junho de 2022 (*inclusive*), conforme quadro *infra* (informação agregada):

Data da transação	Volume Agregado (ações)	Preço Médio Ponderado (€)	% Volume Total da Sessão	% Capital Social
18.03.2022	52.000	4,5336	3,80 %	0,03 %
21.03.2022	60.000	4,4606	7,61 %	0,04 %
22.03.2022	46.000	4,5297	5,58 %	0,03 %
23.03.2022	40.000	4,5138	10,54 %	0,03 %
24.03.2022	40.000	4,4584	8,12 %	0,03 %
25.03.2022	40.000	4,4796	13,69 %	0,03 %
28.03.2022	37.858	4,5439	9,39 %	0,03 %
29.03.2022	45.000	4,5986	9,06 %	0,03 %
30.03.2022	45.000	4,5367	6,59 %	0,03 %
31.03.2022	45.000	4,5349	10,23 %	0,03 %
01.04.2022	30.000	4,4979	7,18 %	0,02 %
04.04.2022	20.000	4,4416	5,04 %	0,01 %
05.04.2022	20.000	4,4081	3,18 %	0,01 %
06.04.2022	20.000	4,3360	2,79 %	0,01 %
07.04.2022	20.000	4,3594	4,33 %	0,01 %
08.04.2022	20.000	4,3720	8,14 %	0,01 %
11.04.2022	20.000	4,3325	5,27 %	0,01 %
12.04.2022	20.000	4,3613	5,74 %	0,01 %
13.04.2022	20.000	4,3322	8,56 %	0,01 %
14.04.2022	20.000	4,3960	5,60 %	0,01 %
19.04.2022	20.000	4,3976	10,93 %	0,01 %
20.04.2022	20.000	4,4434	5,04 %	0,01 %

Data da transação	Volume Agregado (ações)	Preço Médio Ponderado (€)	% Volume Total da Sessão	% Capital Social
21.04.2022	20.000	4,5194	3,89 %	0,01 %
22.04.2022	20.000	4,4074	6,19 %	0,01 %
25.04.2022	20.000	4,3246	4,26 %	0,01 %
26.04.2022	20.000	4,3078	5,01 %	0,01 %
27.04.2022	20.000	4,1995	7,11 %	0,01 %
28.04.2022	20.000	4,2711	5,50 %	0,01 %
29.04.2022	20.000	4,2943	6,83 %	0,01 %
02.05.2022	20.000	4,3150	8,02 %	0,01 %
03.05.2022	20.000	4,2790	4,33 %	0,01 %
04.05.2022	20.000	4,2907	7,87 %	0,01 %
05.05.2022	25.000	4,2889	3,71 %	0,02 %
06.05.2022	45.000	4,0051	1,89 %	0,03 %
09.05.2022	50.000	3,9028	3,57 %	0,03 %
10.05.2022	45.000	3,8178	4,44 %	0,03 %
11.05.2022	35.000	3,7107	2,91 %	0,02 %
12.05.2022	30.000	3,6050	3,42 %	0,02 %
13.05.2022	77.131	3,6800	12,27 %	0,05 %
16.05.2022	75.000	3,7261	12,33 %	0,05 %
17.05.2022	80.000	3,7709	7,09 %	0,05 %
18.05.2022	80.000	3,6997	10,15 %	0,05 %
19.05.2022	70.278	3,6301	9,90 %	0,05 %
20.05.2022	70.000	3,6900	10,72 %	0,05 %
23.05.2022	70.000	3,7158	9,06 %	0,05 %
24.05.2022	75.000	3,7173	9,36 %	0,05 %
25.05.2022	80.000	3,6813	10,31 %	0,05 %
26.05.2022	80.000	3,7438	6,25 %	0,05 %
27.05.2022	65.000	3,7840	9,04 %	0,04 %
30.05.2022	60.000	3,8181	11,77 %	0,04 %
31.05.2022	80.000	3,7772	6,47 %	0,05 %
01.06.2022	65.000	3,7535	8,74 %	0,04 %
02.06.2022	60.000	3,7183	7,85 %	0,04 %
03.06.2022	50.000	3,7367	15,36 %	0,03 %
06.06.2022	55.000	3,7700	7,94 %	0,04 %
07.06.2022	50.000	3,7700	6,86 %	0,03 %
08.06.2022	55.000	3,7527	6,95 %	0,04 %
09.06.2022	60.000	3,6954	4,14 %	0,04 %
10.06.2022	150.000	3,5361	7,40 %	0,10 %
13.06.2022	175.000	3,3076	10,15 %	0,12 %
14.06.2022	150.000	3,2533	10,77 %	0,10 %
15.06.2022	175.000	3,1625	9,84 %	0,12 %
16.06.2022	240.000	3,0270	10,96 %	0,16 %
17.06.2022	194.454	3,0688	13,27 %	0,13 %
20.06.2022	120.000	3,1500	11,11 %	0,08 %
21.06.2022	120.000	3,1463	11,78 %	0,08 %
22.06.2022	75.000	3,0830	11,82 %	0,05 %
23.06.2022	100.000	3,1025	9,76 %	0,07 %
24.06.2022	100.000	3,1519	5,98 %	0,07 %
27.06.2022	50.000	3,1830	5,63 %	0,03 %
28.06.2022	50.000	3,2030	6,71 %	0,03 %

Data da transação	Volume Agregado (ações)	Preço Médio Ponderado (€)	% Volume Total da Sessão	% Capital Social
29.06.2022	10.000	3,1240	0,90 %	0,01 %
30.06.2022	10.000	3,0870	1,37 %	0,01 %

Como resultado das operações de aquisição acima indicadas, a 30 de junho de 2022, os CTT detinham um total acumulado de 5.707.722 ações próprias, com o valor nominal de 0,50€ cada, representativas de 3,81% do seu capital social, incluindo 1.500.001 ações próprias anteriormente adquiridas, encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos por força do previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais, com exceção do direito ao recebimento de novas ações no caso de aumento de capital por incorporação de reservas.

Durante o período compreendido entre 1 e 21 de julho de 2022 (inclusive), data da divulgação ao mercado do último relatório intercalar das operações realizadas no quadro do programa de recompra de ações próprias (disponível no site dos CTT em <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index>), os CTT, por intermédio da JB Capital Markets, S.V., S.A.U., procederam às aquisições discriminadas no quadro *infra*, perfazendo um total agregado de 4.359.721 ações (adquiridas desde 18 de março a 21 de julho de 2022). Em consequência, a 21 de julho de 2022, a Sociedade detinha, como resultado das operações de aquisição de ações próprias realizadas no âmbito do programa de recompra já referido, um total acumulado de 5.859.722 ações próprias, representativas de 3,91% do capital social, incluindo 1.500.001 ações próprias anteriormente adquiridas.

Data da transação	Volume Agregado (ações)	Preço Médio Ponderado (€)	% Volume Total da Sessão	% Capital Social
01.07.2022	12.000	3,1050	1,70 %	0,01 %
04.07.2022	10.000	3,0900	1,79 %	0,01 %
05.07.2022	10.000	3,0700	1,28 %	0,01 %
06.07.2022	10.000	3,0350	1,39 %	0,01 %
07.07.2022	10.000	3,0250	1,46 %	0,01 %
08.07.2022	10.000	3,1050	1,26 %	0,01 %
11.07.2022	10.000	3,0950	1,29 %	0,01 %
12.07.2022	10.000	3,0300	1,67 %	0,01 %
13.07.2022	10.000	3,0300	1,65 %	0,01 %
14.07.2022	10.000	3,0100	2,31 %	0,01 %
15.07.2022	10.000	3,0500	1,70 %	0,01 %
18.07.2022	10.000	3,1470	1,32 %	0,01 %
19.07.2022	10.000	3,1513	1,72 %	0,01 %
20.07.2022	10.000	3,1950	1,76 %	0,01 %
21.07.2022	10.000	3,2260	1,56 %	0,01 %

6. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS FINANCEIRAS INTERCALARES

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 30 DE JUNHO DE 2022

(Euros)

	NOTAS	31.12.2021	Não auditado 30.06.2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	296.287.578	301.318.331
Propriedades de investimento	6	6.327.424	6.221.365
Ativos intangíveis	5	63.507.247	65.211.263
Goodwill		81.471.314	80.256.739
Investimentos em associadas		481	481
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		17.992	—
Outros investimentos		311.684	461.684
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		2.261.947	10.579.161
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	4.906.841	—
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	294.986.658	392.392.454
Outros ativos não correntes		1.772.136	1.335.233
Crédito a clientes bancários	10	1.125.984.322	1.201.402.163
Outros ativos financeiros bancários	9	5.237.710	2.934.339
Ativos por impostos diferidos	26	87.255.087	74.320.224
Total do ativo não corrente		1.970.328.421	2.136.433.437
Ativo corrente			
Existências		6.872.274	8.861.915
Contas a receber		160.930.050	176.379.700
Crédito a clientes bancários	10	415.924.171	456.185.249
Imposto a receber		8.268	8.268
Diferimentos	11	8.725.934	11.275.884
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		24.999.138	25.891.746
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	1.188.069	4.119.749
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	39.173.861	129.006.542
Outros ativos correntes		68.848.382	64.780.003
Outros ativos financeiros bancários	9	9.721.536	13.094.364
Caixa e equivalentes de caixa	12	877.872.696	847.268.355
		1.614.264.379	1.736.871.775
Ativos não correntes detidos para venda		605.798	102.693
Total do ativo corrente		1.614.870.177	1.736.974.468
Total do ativo		3.585.198.598	3.873.407.905
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital	14	75.000.000	75.000.000
Ações próprias	15	(6.404.963)	(21.826.988)
Reservas	15	67.078.351	67.880.211
Resultados transitados	15	43.904.074	64.695.130
Outras variações no capital próprio	15	(43.998.612)	(9.957.085)
Resultado líquido do período		38.404.113	14.549.183
Capital próprio atribuível a acionistas		173.982.963	190.340.451
Interesses não controlados		563.106	1.284.157
Total do capital próprio		174.546.069	191.624.608
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	18	149.336.438	150.746.661
Benefícios aos empregados	19	260.805.742	213.098.330
Provisões	20	14.679.520	14.376.468
Diferimentos	11	272.088	266.487
Outros passivos financeiros bancários	9	277.760.616	469.879.618
Passivos por impostos diferidos	26	2.427.513	4.756.045
Total do passivo não corrente		705.281.917	853.123.609
Passivo corrente			
Contas a pagar	21	350.304.332	341.800.704
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	22	2.121.511.345	2.243.800.254
Benefícios aos empregados	19	21.090.144	20.429.057
Imposto a pagar	23	11.611.897	3.927.988
Financiamentos obtidos	18	51.783.012	51.406.076
Diferimentos	11	3.452.240	5.676.237
Outros passivos correntes		118.594.781	123.662.049
Outros passivos financeiros bancários	9	27.022.862	37.957.323
Total do passivo corrente		2.705.370.613	2.828.659.688
Total do passivo		3.410.652.530	3.681.783.297
Total do capital próprio e passivo		3.585.198.598	3.873.407.905

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 30 DE JUNHO DE 2022

Euros

	NOTAS	Seis meses findos em		Três meses findos em	
		Não auditado 30.06.2021	Não auditado 30.06.2022	Não auditado 30.06.2021	Não auditado 30.06.2022
Vendas e serviços prestados	3	372.191.809	394.230.817	185.909.613	184.033.580
Margem Financeira		25.741.101	34.420.500	14.182.696	18.013.104
Outros rendimentos e ganhos operacionais		14.850.803	17.777.828	7.364.452	8.573.353
		412.783.714	446.429.145	207.456.762	210.620.036
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(9.234.154)	(29.815.397)	(4.269.659)	(4.341.527)
Fornecimentos e serviços externos		(156.967.538)	(166.691.283)	(80.190.884)	(80.751.966)
Gastos com o pessoal	24	(185.492.787)	(180.074.236)	(96.155.579)	(88.055.431)
Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)		(813.720)	(1.323.526)	38.177	(42.278)
Imparidade de outros ativos financeiros bancários		(6.300.651)	(10.754.114)	(4.883.624)	(6.973.499)
Provisões (aumentos/reversões)	20	(28.708)	(1.087.346)	64.889	(429.044)
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)		(28.612.839)	(31.802.203)	(14.609.604)	(16.422.541)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados		—	5.937.974	—	2.132.382
Resultados de outros ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral		12.171.894	—	12.171.894	—
Ganhos / (perdas) com o desreconhecimento de ativos e passivos financeiros ao custo amortizado		2.210.811	—	—	—
Outros gastos e perdas operacionais		(8.720.484)	(10.127.367)	(4.505.242)	(5.431.514)
Ganhos/perdas com alienação de ativos		15.121	22.467	(1.316)	(21.925)
		(381.773.054)	(425.715.031)	(192.340.947)	(200.337.341)
		31.010.660	20.714.116	15.115.815	10.282.695
Gastos e perdas financeiros	25	(4.273.952)	(4.562.688)	(2.127.277)	(2.363.357)
Rendimentos financeiros	25	26.282	12.679	20.296	(98.435)
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(1.102.769)	(100.855)	(610.188)	(60.207)
		(5.350.439)	(4.650.864)	(2.717.169)	(2.521.999)
Resultado antes de impostos		25.660.221	16.063.252	12.398.645	7.760.697
Imposto sobre o rendimento do período	26	(8.404.833)	(1.499.328)	(3.876.808)	326.989
Resultado líquido do período		17.255.388	14.563.924	8.521.837	8.087.686
Resultado líquido do período atribuível a:					
Detentores de capital		17.186.714	14.549.183	8.486.290	8.096.796
Interesses não controlados		68.674	14.741	35.547	(9.110)
Resultado por ação:	17	0,11	0,10	0,06	0,05

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 30 DE JUNHO DE 2022

Euros

	NOTAS	Seis meses findos em		Três meses findos em	
		Não auditado 30.06.2021	Não auditado 30.06.2022	Não auditado 30.06.2021	Não auditado 30.06.2022
Resultado líquido do período		17.255.388	14.563.924	8.521.837	8.087.686
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	15	12.347	43.385	7.158	23.993
Variações nas reservas de justo valor	15	(18.716)	(8.140)	(18.961)	(6.742)
Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	15	—	47.275.716	—	47.275.716
Impostos Diferidos - Benefícios aos empregados (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	15	—	(13.234.189)	—	(13.234.189)
Outras alterações no capital próprio		12.347	706.309	7.158	686.917
Outro rendimento integral do período líquido de impostos		5.978	34.783.081	(4.645)	34.745.695
Rendimento integral do período		17.261.366	49.347.005	8.517.192	42.833.381
Atribuível a interesses não controlados		81.020	721.051	42.705	677.808
Atribuível aos acionistas dos CTT		17.180.346	48.625.954	8.474.487	42.155.573

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 30 DE JUNHO DE 2022

Euros

	NOTAS	Capital	Ações Próprias	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Interesses não controlados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		75.000.000	(8)	65.919.935	(47.600.236)	39.962.419	16.669.309	323.675	150.275.094
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020		—	—	—	—	16.669.309	(16.669.309)	—	—
Distribuição de dividendos		—	—	—	—	(12.750.000)	—	—	(12.750.000)
Aquisição de ações próprias	15	—	(6.404.954)	—	—	—	—	—	(6.404.954)
Plano de ações	15	—	—	1.215.000	—	—	—	—	1.215.000
		—	(6.404.954)	1.215.000	—	3.919.309	(16.669.309)	—	(17.939.954)
Outros movimentos	15	—	—	—	—	—	—	52.242	52.242
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de Impostos diferidos	15	—	—	—	3.601.623	—	—	—	3.601.623
Variações nas reservas de justo valor	15	—	—	(56.584)	—	—	—	—	(56.584)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	—	—	—	—	22.345	—	—	22.345
Resultado líquido do período		—	—	—	—	—	38.404.113	187.190	38.591.303
Rendimento integral do período		—	—	(56.584)	3.601.623	22.345	38.404.113	239.431	42.210.930
Saldo em 31 de dezembro de 2021		75.000.000	(6.404.963)	67.078.351	(43.998.612)	43.904.074	38.404.113	563.106	174.546.069
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2021		—	—	—	—	38.404.113	(38.404.113)	—	—
Distribuição de dividendos		—	—	—	—	(17.656.441)	—	—	(17.656.441)
Aquisição de ações próprias	15	—	(15.422.025)	—	—	—	—	—	(15.422.025)
Plano de ações	15	—	—	810.000	—	—	—	—	810.000
		—	(15.422.025)	810.000	—	20.747.672	(38.404.113)	—	(32.268.466)
Outros movimentos	15	—	—	—	—	—	—	706.309	706.309
Ganhos/perdas atuariais - Cuidados de Saúde, líquidos de Impostos diferidos	15	—	—	—	34.041.527	—	—	—	34.041.527
Variações nas reservas de justo valor	15	—	—	(8.140)	—	—	—	—	(8.140)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	—	—	—	—	43.385	—	—	43.385
Resultado líquido do período		—	—	—	—	—	14.549.183	14.741	14.563.925
Rendimento integral do período		—	—	(8.140)	34.041.527	43.385	14.549.183	721.050	49.347.006
Saldo em 30 de Junho 2022		75.000.000	(21.826.988)	67.880.211	(9.957.085)	64.695.130	14.549.183	1.284.157	191.624.608

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 30 DE JUNHO DE 2022 (Euros)

		Não auditado 30.06.2021	Não auditado 30.06.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		361.228.416	395.596.279
Pagamentos a fornecedores		(184.032.120)	(233.878.290)
Pagamentos ao pessoal		(152.211.607)	(158.261.044)
Depósitos de clientes bancários		217.229.275	122.298.391
Crédito a clientes bancários		(284.670.550)	(118.575.174)
Caixa gerada pelas operações		(42.456.586)	7.180.162
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		32.736	(7.603.946)
Outros recebimentos/pagamentos		(22.461.767)	18.136.247
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(64.885.617)	17.712.463
Fluxos de caixa das atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		188.750	28.720
Investimentos financeiros		—	2
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	187.841.317	2.798.356
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	83.326.365	297.988.491
Outros ativos financeiros bancários	9	86.590.000	4.055.000
Juros e rendimentos similares		16.774	38.850
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(8.981.233)	(9.209.743)
Ativos intangíveis		(6.716.194)	(9.758.197)
Investimentos financeiros		(767.956)	(150.000)
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	8	—	(1.146.911)
Investimento em títulos ao custo amortizado	8	(221.420.854)	(476.967.862)
Depósitos no Banco de Portugal		(2.262.500)	(2.078.600)
Outros ativos financeiros bancários	9	(64.800.000)	(3.250.000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		53.014.470	(197.651.893)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	61.116.764	58.217.607
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		—	663.000
Depósitos de outras instituições de crédito		—	1.074.936
Outros passivos financeiros bancários		169.070.854	201.500.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	18	(35.881.158)	(66.098.731)
Depósitos de outras instituições de crédito		—	(1.084.308)
Juros e gastos similares		(776.459)	(204.375)
Passivos de locação	18	(15.159.693)	(16.597.114)
Outros passivos financeiros bancários	9	(10.721.757)	(7.837.685)
Aquisição de ações próprias	16	(6.404.954)	(15.359.915)
Dividendos	16	(12.750.000)	(17.656.441)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		148.493.595	136.616.973
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		136.622.448	(43.322.458)
Caixa e seus equivalentes no início do período		498.826.782	856.957.546
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	635.449.230	813.635.087
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Depósitos à ordem no Banco de Portugal		18.058.100	22.016.400
Cheques a cobrar do Banco CTT / Compensação de cheques do Banco CTT		1.258.786	11.621.728
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias		(23.378)	(4.861)
Caixa e seus equivalentes (Balanço)		654.742.738	847.268.355

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas
(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS	70
1. INTRODUÇÃO	77
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	78
2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo	78
2.2 Bases de apresentação	79
3. RELATO POR SEGMENTOS	79
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	87
5. ATIVOS INTANGÍVEIS	93
6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	96
7. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	98
8. TÍTULOS DE DÍVIDA	104
9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	108
10. CRÉDITO A CLIENTES BANCÁRIOS	115
11. DIFERIMENTOS	123
12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	123
13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	125
14. CAPITAL	126
15. AÇÕES PRÓPRIAS, RESERVAS, OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO E RESULTADOS TRANSITADOS	127
16. DIVIDENDOS	129
17. RESULTADOS POR AÇÃO	129
18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	130
19. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	133
20. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	139
21. CONTAS A PAGAR	143
22. DEPÓSITOS DE CLIENTES BANCÁRIOS E OUTROS EMPRÉSTIMOS	144
23. IMPOSTO A RECEBER/PAGAR	144
24. GASTOS COM O PESSOAL	145
25. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	147
26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	148
27. PARTES RELACIONADAS	152
28. OUTRAS INFORMAÇÕES	154
29. EVENTOS SUBSEQUENTES	157

1. Introdução

Os CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT” ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, n.º 13, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na “Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones” e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013, o Estado Português, através despacho n.º 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei n.º 129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) n.º 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM n.º 62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM n.º 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013, o Estado português, através da Parpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30,00% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 5 de setembro de 2014, ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de *accelerated bookbuilding* dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 27 de julho de 2022.

2. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo a 31 de dezembro de 2021, exceto para as novas normas e alterações efetivas a partir de 1 de janeiro de 2022.

2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o **Grupo** aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, apresentam-se como segue:

- **Alterações à IFRS 3 – Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro** - Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. É também clarificado o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus os que foram incluídos numa concentração de atividades empresariais.
- **Alterações à IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento** - Clarifica o tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos ativos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos ativos. A entidade reconhece os rendimentos obtidos da venda de tais produtos e os custos da sua produção nos resultados.
- **Alterações à IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato** - Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos diretamente relacionados com o cumprimento do contrato, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra direta e materiais e a alocação de outros gastos diretamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativos tangíveis utilizados para realizar o contrato. Os custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos exceto se forem explicitamente debitados à contraparte de acordo com o contrato. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluam obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.
- **Alterações à IFRS 1 – Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)** - Esta melhoria clarifica que, quando a subsidiária optar pela mensuração dos seus ativos e passivos pelos montantes incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe (assumindo que não ocorreu nenhum ajuste no processo de consolidação), a mensuração das diferenças de transposição acumuladas de todas as operações estrangeiras podem ser efetuadas pelos montantes que seriam registados nas demonstrações financeiras consolidadas, baseado na data de transição da empresa-mãe para as IFRS.
- **Alterações à IFRS 9 – Desreconhecimento de passivos financeiros – Comissões a incluir no teste dos ‘10 por cento’ de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020)** - Esta melhoria vem clarificar quais as comissões que uma entidade deve incluir ao avaliar se os termos de um passivo financeiro são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Esta melhoria clarifica que no âmbito dos testes de desreconhecimento efetuados aos passivos renegociados, deverão apenas ser incluídas as

comissões pagas ou recebidas entre o devedor e o credor, incluindo as comissões pagas ou recebidas pelo devedor ou pelo credor em nome do outro.

- **Alterações à IAS 41 – Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020).** Esta melhoria elimina o requisito de exclusão dos fluxos de caixa fiscais na mensuração de justo valor dos ativos biológicos, assegurando a consistência com os princípios a IFRS 13 – Justo valor.

O Grupo não registou alterações significativas com a adoção das presentes normas e interpretações.

2.2 Bases de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS / IFRS"), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2022, e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, com exceção dos ativos e passivos financeiros registados ao justo valor.

3. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8 o Grupo apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

A partir de 2021, no relato por segmentos, simplificou-se o apuramento do EBITDA com a inclusão das imparidades e provisões e com o impacto das locações (abrangidas pela IFRS 16). Desta forma, a única diferença entre o EBITDA e o EBIT são as depreciações e amortizações e os Itens específicos.

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos, da seguinte forma:

- **Correio** – CTT Contacto S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A., NewSpring Services, S.A., CTT IMO - Sociedade Imobiliária, S.A., MedSpring, S.A. e CTT, S.A. excluindo:
 - O negócio relacionado com os serviços financeiros postais e produtos de retalho – Serviços Financeiros e Retalho;
 - O negócio de pagamentos relacionado com a cobrança de faturas e coimas, transferências Western Union, soluções integradas e as portagens - Banco.
- **Expresso & Encomendas** – inclui a CTT Expresso S.A., a CORRE S.A., o Fundo de Inovação Techtree e a Open Lockers, S.A.;
- **Serviços Financeiros & Retalho** – Serviços Financeiros Postais e a venda dos produtos e serviços na rede de retalho dos CTT, S.A.;
- **Banco** – Banco CTT, S.A., Payshop S.A., 321 Crédito S.A. e negócio de pagamentos dos CTT, S.A. (mencionado supra).

A divisão do negócio por segmentos é baseada na informação de Gestão produzida internamente e apresentada ao "chief operating decision maker".

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal coberto pelo segmento do Correio;
- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pelo segmento de Expresso & Encomendas;
- Mercado Financeiro, coberto pelo segmento de Serviços Financeiros & Retalho e Banco.

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT, S.A. tem atividade em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus rendimentos e gastos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT, S.A., sendo os valores apurados em função de atividades *standard* valorizadas através de preços de transferência. O segmento Correio presta serviços internos essencialmente relacionados com a Rede de Retalho (incluída no segmento Correio). Adicionalmente, o segmento Serviços Financeiros utiliza a Rede de Retalho para comercializar os seus produtos. A utilização da Rede de Retalho pelos outros segmentos, nomeadamente segmentos Expresso & Encomendas e Banco CTT é igualmente apresentada na linha Prestações Internas de Serviços.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT, S.A. são afetos aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) são alocados por natureza ao segmento Correio e outros.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza e segmento dos primeiros seis meses de 2021 e de 2022 são as seguintes:

Milhares de Euros	30.06.2021				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Rendimentos operacionais	217.591	125.847	23.666	45.680	412.784
Vendas e prestação de serviços	215.452	125.536	23.464	7.740	372.192
<i>Vendas</i>	4.413	139	6.031	—	10.583
<i>Prestação de serviços</i>	211.039	125.397	17.434	7.740	361.609
Margem Financeira	—	—	—	25.741	25.741
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.139	311	201	12.199	14.851
Gastos operacionais - EBITDA	188.654	114.991	12.357	39.473	355.476
Gastos com pessoal	147.813	15.675	601	13.200	177.288
Fornecimentos e serviços externos	37.855	99.310	1.313	16.128	154.607
Outros gastos	7.230	792	5.453	4.328	17.802
Imparidades e provisões	536	269	—	4.975	5.779
Prestações internas de serviços	(4.779)	(1.054)	4.991	842	—
EBITDA	28.937	10.855	11.308	6.207	57.307
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	19.326	5.425	54	3.807	28.613
EBIT recorrente	9.611	5.430	11.254	2.399	28.694
Itens específicos	9.278	424	1	(12.019)	(2.316)
<i>Reestruturações empresariais</i>	8.015	174	—	—	8.189
<i>Gastos com estudos e projetos estratégicos</i>	843	—	—	380	1.223
<i>Outros rendimentos e gastos não recorrentes</i>	420	250	1	(12.399)	(11.729)
EBIT	333	5.006	11.253	14.419	31.011
Resultados financeiros					(5.350)
Rendimentos financeiros líquidos					(4.248)
<i>Gastos e perdas financeiros</i>					(4.274)
<i>Rendimentos financeiros</i>					26
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					(1.103)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					25.660
Imposto sobre o rendimento					8.405
Resultado líquido					17.255
Interesses não controlados					69
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					17.186

Milhares de Euros	30.06.2022				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Rendimentos operacionais	241.608	122.698	24.182	57.942	446.429
Vendas e prestação de serviços	239.730	122.459	23.485	8.557	394.231
<i>Vendas</i>	24.994	62	6.549	—	31.604
<i>Prestação de serviços</i>	214.737	122.397	16.936	8.557	362.627
Margem Financeira	—	—	—	34.421	34.421
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1.877	239	697	14.965	17.778
Gastos operacionais - EBITDA	222.754	111.849	12.946	48.434	395.983
Gastos com pessoal	149.738	14.785	491	13.492	178.506
Fornecimentos e serviços externos	48.881	96.876	1.215	18.439	165.411
Outros gastos	27.194	1.205	6.169	4.333	38.900
Imparidades e provisões	1.204	(64)	720	11.305	13.165
Prestações internas de serviços	(4.262)	(954)	4.352	865	—
EBITDA	18.853	10.849	11.237	9.508	50.446
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)	20.592	7.142	52	4.017	31.802
EBIT recorrente	(1.738)	3.707	11.185	5.491	18.644
Itens específicos	2.266	676	—	(5.011)	(2.070)
<i>Reestruturações empresariais</i>	1.912	503	—	—	2.415
<i>Gastos com estudos e projetos estratégicos</i>	1.003	144	—	39	1.186
<i>Outros rendimentos e gastos não recorrentes</i>	(649)	29	—	(5.051)	(5.671)
EBIT	(4.004)	3.031	11.185	10.503	20.714
Resultados financeiros					(4.651)
<i>Gastos e perdas financeiros</i>					(4.563)
<i>Rendimentos financeiros</i>					13
<i>Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos</i>					(101)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					16.063
Imposto sobre o rendimento					1.499
Resultado líquido					14.564
Interesses não controlados					15
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					14.549

A 30 de junho de 2022, os itens específicos ascenderam a -2,1 milhões de euros, devido a: (i) outros rendimentos e gastos não recorrentes (-5,7 milhões de euros) que englobam ganhos brutos com a valorização dos derivados contratados (-5,0 milhões de euros), (ii) reestruturações (+2.4 milhões de euros), que incluem acordos de suspensão de contratos de trabalho, e (iv) projetos estratégicos (+1,2 milhões de euros).

A valorização da estrutura de derivados no montante de 5 milhões de euros, conforme referido acima, é resultado do MTM (Mark to Market) dos derivados de taxa de juro sobre a forma de Cap Agreement e Interest Rate Swap associado à operação de securitização Ulisses 2 e 3.

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de Euros	30.06.2021	30.06.2022
Correio	217.591	241.608
Correio Transacional	185.430	176.600
Correio Editorial	6.617	6.181
Encomendas (SU)	3.876	3.447
Correio publicitário	9.116	8.783
Filatelia	2.441	2.189
Soluções empresariais	7.124	41.765
Outros	2.988	2.643
Expresso & encomendas	125.847	122.698
Portugal	67.121	61.476
CEP	58.555	55.074
Carga	4.649	2.561
Banca	2.301	2.092
Logística	1.215	1.451
Outros negócios	400	298
Espanha	57.223	59.523
Moçambique	1.503	1.698
Serviços Financeiros & Retalho	23.666	24.182
Poupança e seguros	12.390	11.458
Vales postais	2.819	2.970
Pagamentos	872	806
Produtos e Serviços de Retalho	7.469	8.356
Outros	116	593
Banco	45.680	57.942
Margem Financeira	25.741	34.420
Juros e rendimentos (+)	26.197	36.650
Juros e encargos (-)	(456)	(2.230)
Comissões Recebidas (+)	18.135	21.607
Créditos	1.910	2.640
Poupança e Seguros	2.768	3.731
Contas e Cartões	5.392	6.411
Pagamentos	8.048	8.770
Outras comissões recebidas	17	54
Outros	1.804	1.915
	412.784	446.429

A decomposição do rédito, correspondente às vendas e prestações de serviços e margem financeira, para o período findo em 30 de junho 2021 e 30 de junho de 2022, pelas fontes de rédito, são detalhadas conforme segue:

Natureza	30.06.2021				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Serviços postais	196.520.639	—	—	—	196.520.639
Serviços expresso	—	125.535.616	—	—	125.535.616
Venda produtos Merchandising	—	—	1.128.937	—	1.128.937
Apartados	—	—	817.933	—	817.933
Serviços postais internacionais (*)	18.931.329	—	—	—	18.931.329
Comissões Serviços Financeiros	—	—	21.517.394	33.481.063	54.998.457
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	215.451.968	125.535.616	23.464.264	33.481.063	397.932.910

(*) Correio Inbound

Natureza	30.06.2022				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Serviços postais	231.453.338	—	—	—	231.453.338
Serviços expresso	—	122.458.776	—	—	122.458.776
Venda produtos Merchandising	—	—	839.624	—	839.624
Apartados	—	—	756.792	—	756.792
Serviços postais internacionais (*)	8.277.102	—	—	—	8.277.102
Comissões Serviços Financeiros	—	—	21.888.527	42.977.157	64.865.684
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	239.730.441	122.458.776	23.484.944	42.977.157	428.651.317

(*) Correio Inbound

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

Ativos (Euros)	31.12.2021					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	21.289.971	6.849.250	174.038	26.927.847	8.266.141	63.507.247
Ativos fixos tangíveis	227.402.730	62.708.795	64.571	4.227.555	1.883.926	296.287.578
Propriedades de investimento	—	—	—	—	6.327.424	6.327.424
Goodwill	17.430.813	2.955.753	—	61.084.749	—	81.471.314
Ativos por impostos diferidos	—	—	—	—	87.255.087	87.255.087
Contas a receber	—	—	—	—	160.930.050	160.930.050
Crédito a clientes bancários	—	—	—	1.541.908.493	—	1.541.908.493
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	27.261.085	—	27.261.085
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	—	—	—	6.094.910	—	6.094.910
Investimento em títulos ao custo amortizado	—	—	—	334.160.519	—	334.160.519
Outros ativos financeiros bancários	—	—	—	14.959.246	—	14.959.246
Outros ativos	14.891.188	17.690.710	34.608.628	6.739.026	12.627.597	86.557.151
Caixa e equivalentes de caixa	—	15.590.602	—	662.721.068	199.561.026	877.872.696
Ativos não correntes detidos para venda	—	—	—	605.798	—	605.798
	281.014.703	105.795.111	34.847.237	2.686.690.296	476.851.252	3.585.198.598

Ativos (Euros)	30.06.2022					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	26.344.891	6.963.041	227.056	26.003.745	5.672.529	65.211.263
Ativos fixos tangíveis	219.304.206	77.285.302	50.723	3.437.143	1.240.956	301.318.331
Propriedades de investimento	—	—	—	—	6.221.365	6.221.365
Goodwill	16.216.237	2.955.753	—	61.084.749	—	80.256.739
Ativos por impostos diferidos	—	—	—	—	74.320.224	74.320.224
Contas a receber	—	—	—	—	176.379.700	176.379.700
Crédito a clientes bancários	—	—	—	1.657.587.412	—	1.657.587.412
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	—	—	—	36.470.907	—	36.470.907
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	—	—	—	4.119.749	—	4.119.749
Investimento em títulos ao custo amortizado	—	—	—	521.398.996	—	521.398.996
Outros ativos financeiros bancários	—	—	—	16.028.703	—	16.028.703
Outros ativos	11.081.929	25.840.987	21.632.800	15.391.326	12.776.426	86.723.468
Caixa e equivalentes de caixa	—	21.526.938	—	691.585.824	134.155.593	847.268.355
Ativos não correntes detidos para venda	—	—	—	102.694	—	102.694
	272.947.263	134.572.022	21.910.579	3.033.211.248	410.766.794	3.873.407.905

As adições de ativos não correntes por segmento detalham-se como segue:

	31.12.2021					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	10.687.971	3.967.727	125.669	3.897.385	—	18.678.753
Ativos fixos tangíveis	20.153.598	23.903.875	—	1.561.666	458.948	46.078.087
	30.841.569	27.871.602	125.669	5.459.051	458.948	64.756.839

	30.06.2022					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	3.870.452	1.904.815	93.751	1.875.937	—	7.744.955
Ativos fixos tangíveis	8.951.633	20.489.482	—	104.716	—	29.545.830
	12.822.085	22.394.297	93.751	1.980.653	—	37.290.786

Detalhamos seguidamente os motivos subjacentes à não alocação a qualquer segmento de negócio dos seguintes ativos:

- “Ativos intangíveis” (5.672.529 Euros): O valor não alocado corresponde a parte dos ativos intangíveis em curso, os quais são alocados ao respetivo segmento no momento em que passam a firme;

- “Ativos fixos tangíveis” (1.240.956 Euros): Este valor corresponde a parte dos ativos fixos tangíveis em curso e aos adiantamentos por conta de investimentos, que são alocados ao respetivo segmento no momento da passagem a firme;
- “Propriedades de investimento” (6.221.365 Euros): Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento;
- “Ativos por impostos diferidos” (74.320.224 Euros): Estes ativos são maioritariamente constituídos por impostos diferidos ativos associados a benefícios aos empregados sendo os relativos ao Plano de Saúde dos CTT, S.A. o montante mais relevante, conforme detalhado na nota 26 – Impostos sobre o rendimento. Tendo em conta que os CTT, S.A. estão afetos a diferentes segmentos, como já referido, a afetação destes ativos aos diferentes segmentos não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Contas a receber” (176.379.700 Euros): Este valor não é passível de alocação, devido à existência de clientes multiproduto cujos valores a receber correspondem a mais do que um segmento;
- “Outros ativos” (12.776.426 Euros): Este montante corresponde, essencialmente, aos investimentos em associadas e aos investimentos em entidades conjuntamente controladas que não se encontram afetos à atividade operacional, razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento, bem como a algumas rubricas de diferimentos e outros ativos correntes e não correntes, que respeitam na sua maioria aos CTT, S.A. e que estando afetadas a diferentes segmentos, a sua alocação não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Caixa e equivalentes de caixa” (134.155.593 Euros): O valor não alocado corresponde essencialmente ao caixa e equivalentes de caixa dos CTT S.A., na medida em que esta empresa concentra os negócios dos segmentos de Correio, Serviços Financeiros & Retalho e Banco (negócio de pagamentos), não sendo possível dividir os montantes em caixa e depositados nos bancos por cada um dos negócios dos CTT.

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

Outra informação (Euros)	31.12.2021				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Financiamentos não correntes	114.127.927	33.250.570	34.807	1.923.133	149.336.438
Financiamentos bancários	62.161.852	—	—	—	62.161.852
Passivos de locação	51.966.076	33.250.570	34.807	1.923.133	87.174.586
Financiamentos correntes	35.785.578	15.240.151	27.024	730.259	51.783.012
Financiamentos bancários	14.436.742	7.732.258	—	—	22.169.000
Confirming	—	1.500.152	—	—	1.500.152
Passivos de locação	21.348.836	6.007.741	27.024	730.259	28.113.860
	149.913.506	48.490.722	61.831	2.653.392	201.119.450

Outra informação (Euros)	30.06.2022				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Financiamentos não correntes	103.994.075	45.322.887	22.186	1.407.513	150.746.661
Financiamentos bancários	55.166.706	—	—	—	55.166.706
Passivos de locação	48.827.369	45.322.887	22.186	1.407.513	95.579.955
Financiamentos correntes	35.682.698	15.042.611	9.194	671.573	51.406.076
Financiamentos bancários	14.234.561	7.749.470	—	—	21.984.031
Passivos de locação	21.448.138	7.293.141	9.194	671.573	29.422.045
	139.676.773	60.365.498	31.380	2.079.086	202.152.737

O Grupo está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por áreas geográficas são apresentadas abaixo:

Milhares de Euros	30.06.2021	30.06.2022
Rendimentos - Portugal	281.254	309.068
Rendimentos - outros países	90.938	85.163
	372.192	394.231

Entre os rendimentos obtidos em outros países, destacam os rendimentos do segmento Expresso & Encomendas obtidos em Espanha pela sucursal da CTT Expresso neste país, no montante de 57.534 milhares de Euros.

4. Ativos fixos tangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 e o período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

31.12.2021

Grupo	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.479.827	339.115.881	168.452.024	3.602.903	70.641.110	26.092.908	6.019.646	1.237.818	231.178.507	881.820.624
Aquisições	90.151	1.147.764	4.148.073	13.168	1.139.994	1.524.618	5.878.872	3.525.258	—	17.467.898
Novos contratos	—	—	—	—	—	—	—	—	28.610.189	28.610.189
Alienações	(222.547)	(7.914.602)	(7.094.964)	(21.041)	(1.742)	—	—	—	—	(15.254.896)
Transferências e abates	275.780	7.653.725	2.551.680	—	(126.872)	(311.937)	(8.287.534)	—	(6.528.059)	(4.773.218)
Remensurações	—	—	—	—	—	—	—	—	1.179.139	1.179.139
Regularizações	—	4.652	158.587	8.868	9.590	5.727	1.918	—	(558.663)	(369.322)
Remensurações prazos locação	—	—	—	—	—	—	—	—	600.570	600.570
Alterações no perímetro de consolidação	—	469.081	868.215	3.500	393.551	58.375	—	—	2.189.935	3.982.657
Saldo final	35.623.210	340.476.500	169.083.615	3.607.398	72.055.630	27.369.691	3.612.902	4.763.076	256.671.618	913.263.640
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.723.758	227.546.379	138.324.288	3.395.091	64.977.312	20.231.064	—	—	128.613.895	586.811.787
Depreciações do período	—	8.880.869	6.507.580	60.416	1.685.243	1.310.469	—	—	26.397.955	44.842.534
Alienações	(203.240)	(8.423.387)	(6.925.351)	(20.498)	(1.465)	—	—	—	—	(15.573.941)
Transferências e abates	42.108	1.588.052	7.155	—	(126.338)	(285.824)	—	—	(2.996.447)	(1.771.295)
Regularizações	—	1.640	79.391	4.395	7.848	5.347	—	—	—	98.621
Alterações no perímetro de consolidação	—	264.751	859.406	2.139	247.118	5.949	—	—	1.169.535	2.548.897
Saldo final	3.562.627	229.858.304	138.852.469	3.441.543	66.789.717	21.267.005	—	—	153.184.938	616.956.602
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	—	—	—	—	—	19.460	—	—	—	19.460
Outras variações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo final	—	—	—	—	—	19.460	—	—	—	19.460
Ativos fixos tangíveis líquidos	32.060.584	110.618.196	30.231.146	165.855	5.265.913	6.083.227	3.612.902	4.763.076	103.486.680	296.287.578

30.06.2022										
Grupo	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.623.210	340.476.500	169.083.615	3.607.398	72.055.630	27.369.691	3.612.902	4.763.076	256.671.618	913.263.640
Aquisições	—	246.828	438.859	15.667	245.786	212.579	2.399.174	668.366	—	4.227.260
Novos contratos	—	—	—	—	—	—	—	—	25.318.571	25.318.571
Alienações	—	(50.779)	(445.223)	—	(27.931)	—	—	—	—	(523.933)
Transferências e abates	—	546.590	3.432.176	—	(6.537)	(4.824)	(945.570)	(3.230.905)	(2.406.858)	(2.615.927)
Remensurações	—	—	—	—	—	—	—	—	45.482	45.482
Regularizações	—	9.716	90.149	3.234	14.813	159.187	41.271	—	(8.612)	309.758
Saldo final	35.623.210	341.228.855	172.599.575	3.626.299	72.281.762	27.736.632	5.107.777	2.200.538	279.620.201	940.024.849
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.562.627	229.858.304	138.852.469	3.441.543	66.789.717	21.267.005	—	—	153.184.938	616.956.602
Depreciações do período	—	4.549.273	3.327.489	30.474	823.107	680.687	—	—	14.379.056	23.790.086
Alienações	—	(43.028)	(444.103)	—	(17.192)	—	—	—	—	(504.323)
Transferências e abates	—	(40.693)	(4.289)	—	(3.268)	(5.941)	—	—	(1.647.089)	(1.701.281)
Regularizações	—	873	46.917	2.456	3.482	2.305	—	—	89.941	145.975
Saldo final	3.562.627	234.324.729	141.778.483	3.474.473	67.595.847	21.944.056	—	—	166.006.845	638.687.058
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	—	—	—	—	—	19.460	—	—	—	19.460
Outras variações	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo final	—	—	—	—	—	19.460	—	—	—	19.460
Ativos fixos tangíveis líquidos	32.060.584	106.904.126	30.821.093	151.827	4.685.915	5.773.117	5.107.777	2.200.538	113.613.355	301.318.331

As depreciações contabilizadas no montante de 23.790.086 Euros (22.309.433 Euros em 30 de junho de 2021), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

No período findo em 31 dezembro de 2021, a rubrica "Alterações no perímetro de consolidação" diz respeito aos saldos das empresas HCCM - Outsourcing Investment, S.A. e NewSpring Services, S.A. na data de aquisição.

Em 30 de junho de 2022, os saldos das rubricas "Terrenos" e "Edifícios e outras construções", incluem 474.489 Euros (490.537 Euros em 31 de dezembro de 2021) referentes a terrenos e imóveis em copropriedade com a Empresa MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A..

De acordo com o contrato de concessão em vigor, no termo da concessão reverterem gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e privado do Estado. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração suportado nos registos patrimoniais da Empresa e na declaração da Direção Geral do Tesouro e Finanças, responsável pelo Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE), conclui que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Como no âmbito do contrato de concessão o concedente não controla qualquer interesse residual significativo na rede postal dos CTT e sendo os CTT livres para alienar, substituir ou onerar os bens que integram a rede postal, a IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços não é aplicável ao contrato de concessão de prestação do serviço postal universal.

Durante o período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Edifícios e outras construções:

Os movimentos associados às aquisições e transferências dizem respeito à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT e da CTT Expresso.

Equipamento básico:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente ao upgrade de máquinas de tratamento de correio no valor de 79 mil Euros, à aquisição de diverso equipamento postal no valor de 75 mil Euros pela CTT Expresso e à aquisição de viaturas de mercadorias num valor de 191 mil Euros pela CORRE.

Equipamento administrativo:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente à aquisição de diverso equipamento microinformático no valor de 52 mil Euros e à aquisição de mobiliário no valor de 28 mil Euros, nos CTT, bem como à aquisição de diversos equipamentos microinformáticos no valor de 70 mil Euros e à aquisição de mobiliário no valor de 17 mil Euros na CTT Expresso.

Outros ativos fixos tangíveis:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente equipamentos de prevenção e segurança no valor aproximado de 68 mil Euros e a aquisição de equipamentos de climatização por um valor aproximado de 73 mil Euros nos CTT.

Ativos fixos tangíveis em curso e adiantamentos por conta de investimentos:

Na rubrica de aquisições de ativos fixos tangíveis em curso e adiantamentos por conta de investimentos estão, essencialmente, registadas as obras em curso nos CTT no valor de 583 mil euros, a “construção de *sorters*” por parte da CTT Expresso (Espanha) no valor de 1.702 mil euros e a aquisição de maquinas de tratamento no valor aproximado de 668 mil euros por parte da CTT Expresso.

Direitos de Uso

Os direitos de uso reconhecidos detalham-se como segue, por tipologia de bem subjacente:

31.12.2021				
	Edifícios	Veiculos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	198.020.167	31.683.313	1.475.027	231.178.507
Novos Contratos	25.753.442	2.720.633	136.114	28.610.189
Transferências e abates	(5.941.969)	(586.090)	—	(6.528.059)
Remensurações	1.779.709	—	—	1.779.709
Regularizações	(557.788)	(876)	—	(558.663)
Alterações no perímetro de consolidação	2.096.605	93.330	—	2.189.935
Saldo final	221.150.166	33.910.310	1.611.141	256.671.618
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	117.290.196	10.510.125	813.574	128.613.895
Depreciações do período	19.348.499	6.835.484	213.973	26.397.955
Transferências e abates	(2.614.116)	(382.331)	—	(2.996.447)
Alterações no perímetro de consolidação	1.117.563	51.971	—	1.169.535
Saldo final	135.142.142	17.015.249	1.027.547	153.184.938
Ativos fixos tangíveis líquidos	86.008.024	16.895.061	583.595	103.486.680

30.06.2022				
	Edifícios	Veiculos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	221.150.166	33.910.310	1.611.141	256.671.618
Novos Contratos	21.334.368	3.145.631	838.572	25.318.571
Transferências e abates	(2.247.871)	(158.986)	—	(2.406.858)
Remensurações	45.482	—	—	45.482
Regularizações	(10.692)	2.080	—	(8.612)
Saldo final	240.271.453	36.899.035	2.449.713	279.620.201
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	135.142.142	17.015.249	1.027.547	153.184.938
Depreciações do período	10.548.341	3.642.730	187.985	14.379.056
Transferências e abates	(1.542.065)	(105.024)	—	(1.647.089)
Regularizações	89.522	419	—	89.941
Saldo final	144.237.940	20.553.374	1.215.531	166.006.845
Ativos fixos tangíveis líquidos	96.033.512	16.345.660	1.234.182	113.613.355

As depreciações contabilizadas, no montante de 14.379.056 Euros (13.123.139 Euros em 30 de junho de 2021), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

A 31 de dezembro de 2021, os montantes respeitantes a "alterações no perímetro de consolidação" respeitam à incorporação da New Spring Services e HCCM - Outsourcing Investment.

A informação sobre os passivos associados a estas locações bem como os gastos de financiamento encontram-se divulgados nas notas dos "Financiamentos obtidos" (Nota 18) e nota dos "Gastos e rendimentos financeiros" (Nota 25), respetivamente.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2022 não foram capitalizados quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 30 de junho de 2022, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os ativos fixos tangíveis estão registados possa não ser recuperado.

Os ativos imobiliários dos CTT são compostos por duas carteiras com características diferentes:

1. Portefólio de Rendimento

Tal como divulgado em comunicado ao mercado no dia 19 de Junho de 2022, os CTT encontram-se em negociações exclusivas com uma terceira parte com o objetivo de criação de um veículo especial para deter e gerir este portefólio que compreende essencialmente (1) os imóveis associados à rede de retalho dos CTT e (2) armazéns e centros de logística e distribuição da rede operacional dos CTT em Portugal.

A gestão deste Portefólio de Rendimento visa a exploração onerosa, interna e junto de terceiros, de imóveis que fazem parte da rede atual e futura dos CTT e que não têm, atualmente, oportunidades de promoção imobiliária relevantes.

2. Portefólio de Desenvolvimento

No que se refere ao Portefólio de Desenvolvimento, este compreende, entre outros, imóveis que podem vir a tornar-se num futuro próximo, não essenciais para as redes de logística dos CTT e que apresentam um potencial de desenvolvimento e promoção imobiliária em projetos específicos.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de ativos fixos tangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Fixos Tangíveis totalizam a 30 de junho de 2022, 551.012 Euros.

5. Ativos intangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	31.12.2021					
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.380.552	133.716.151	17.275.736	444.739	9.208.639	165.025.816
Aquisições	—	2.269.684	1.129.377	—	15.279.692	18.678.753
Alienações	—	(255.750)	—	—	—	(255.750)
Transferências e abates	—	12.620.694	(102.919)	—	(12.621.044)	(103.269)
Regularizações	—	—	85.168	—	—	85.168
Alterações no perímetro de consolidação	—	—	432.868	1.053.154	—	1.486.022
Saldo final	4.380.552	148.350.779	18.820.229	1.497.893	11.867.286	184.916.739
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.378.267	90.676.717	11.509.131	444.739	—	107.008.855
Amortizações do período	1.272	11.694.901	1.366.535	—	—	13.062.708
Transferências e abates	—	(59)	(102.919)	—	—	(102.978)
Regularizações	—	—	45.958	—	—	45.958
Alterações no perímetro de consolidação	—	—	281.178	1.053.154	—	1.334.332
Saldo final	4.379.539	102.371.559	13.099.884	1.497.893	—	121.348.875
Perdas Imparidades Acumuladas						
Saldo inicial	—	—	—	—	—	—
Perdas por imparidade do período	—	—	—	—	60.617	60.617
Saldo final	—	—	—	—	60.617	60.617
Ativos intangíveis líquidos	1.013	45.979.220	5.720.345	—	11.806.669	63.507.247

	30.06.2022					
	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.380.552	148.350.779	18.820.229	1.497.893	11.867.286	184.916.739
Aquisições	—	1.282.855	259.562	—	6.202.538	7.744.955
Transferências e abates	—	8.540.241	(54.584)	(1.053.154)	(8.540.241)	(1.107.738)
Regularizações	—	—	38.476	—	(19.000)	19.476
Outros movimentos - PPA NewSpring Services	—	—	—	1.864.330	—	1.864.330
Saldo final	4.380.552	158.173.875	19.063.683	2.309.070	9.510.583	193.437.762
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.379.539	102.371.559	13.099.884	1.497.893	—	121.348.875
Amortizações do período	637	6.815.918	786.273	300.698	—	7.903.527
Transferências e abates	—	—	(54.514)	(1.053.154)	—	(1.107.668)
Regularizações	—	—	21.148	—	—	21.148
Saldo final	4.380.176	109.187.477	13.852.792	745.438	—	128.165.883
Perdas Imparidades Acumuladas						
Saldo inicial	—	—	—	—	60.617	60.617
Saldo final	—	—	—	—	60.617	60.617
Ativos intangíveis líquidos	376	48.986.398	5.210.892	1.563.632	9.449.966	65.211.263

As amortizações do período findo em 30 de junho de 2022, no montante de 7.903.527 Euros (6.142.816 Euros em 30 de junho de 2021) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No período findo em 31 dezembro de 2021, a rubrica “Alterações no perímetro de consolidação” diz respeito aos saldos das empresas HCCM - Outsourcing Investment, S.A. e NewSpring Services, S.A. à data da sua aquisição.

No período findo a 30 de junho de 2022, a rubrica “Outros movimentos - PPA NewSpring Services” respeita ao portfolio de contratos de clientes adquirido como parte da operação de aquisição de ações da NewSpring Services, e apurado no âmbito do PPA (nota 7).

Na rubrica “Propriedade Industrial”, encontra-se registada a licença da marca “Payshop Internacional” propriedade da CTT Contacto, S.A., no montante de 1.200.000 Euros. Esta licença não se encontra a ser amortizada uma vez que tem uma vida útil indeterminada, sendo sujeita a testes de imparidade numa base mínima anual ou quando existam indícios de imparidade.

As transferências ocorridas no período findo em 30 de junho de 2022 de ativos intangíveis em curso para programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do exercício.

Foram capitalizados em “Programas de computador” e “Ativos intangíveis em curso”, os valores de 1.186.512 Euros e 1.464.346 Euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, que dizem respeito à participação de recursos internos do Grupo no desenvolvimento de projetos de informática.

Durante o período findo em 30 de junho de 2022, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Intangíveis, foram os seguintes:

Programas de computador:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente as aquisições, por parte dos CTT Expresso do software “Minerva” no valor de 208 mil Euros, o software CRM no valor de 100 mil Euros e do software “Portal de Fornecedores” no valor de 172 mil Euros, bem como o software “Accipiens” num valor de 313 mil Euros na 321 Crédito.

Propriedade Industrial:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente as aquisições, por parte dos CTT, de licenças “Storage and Backup” no valor de 80 mil Euros e licenças “Desk Management” no valor de 162 mil Euros.

Os ativos intangíveis em curso em 30 de junho de 2022 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

	30.06.2022
Solução OneBiller	854.287
Liquidação Centralizada Cobranças - software	642.936
New Mobile App for Field Force	383.050
SAP Hana & Hybris Billing	358.055
OnBoarding Digital	309.562
Ecossistema Clientes Expresso e Logística	306.952
Área Cliente B2B	282.761
Mailmanager - software	269.958
Lockers Tuga_Desenvolvimento	263.854
Demimimis	241.367
Gateway	238.023
Área Cliente B2C	226.908
Aumento de Produtividade na Distribuição	215.421
	4.593.134

O Grupo não identificou incertezas relevantes quanto à conclusão dos projetos em curso, nem quanto à sua recuperabilidade.

A maioria dos projetos tem data de conclusão prevista para o ano de 2022.

O valor das despesas de pesquisa e desenvolvimento incorridas pelo Grupo no ano de 2021, no montante de 6.474.190 Euros foi divulgado na Nota 26.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2022 não foram capitalizados quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis totalizam a 30 de junho de 2022, 4.242.057 Euros.

6. Propriedades de investimento

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, o Grupo tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

	31.12.2021		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	3.192.033	13.282.551	16.474.584
Alienações	(26.832)	(126.599)	(153.431)
Transferências e abates	(275.780)	(1.925.784)	(2.201.564)
Saldo final	2.889.422	11.230.168	14.119.589
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	202.509	8.745.858	8.948.368
Depreciações do período	—	216.293	216.293
Alienações	(1.752)	(96.754)	(98.505)
Transferências e abates	(42.108)	(1.624.817)	(1.666.925)
Saldo final	158.649	7.240.580	7.399.229
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	—	450.308	450.308
Perdas por imparidade do período	—	(57.372)	(57.372)
Saldo final	—	392.936	392.936
Propriedades de investimento líquidas	2.730.773	3.596.652	6.327.424

	30.06.2022		
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	2.889.422	11.230.168	14.119.589
Saldo final	2.889.422	11.230.168	14.119.589
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	158.649	7.240.580	7.399.229
Depreciações do período	—	106.059	106.059
Saldo final	158.649	7.346.640	7.505.289
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	—	392.936	392.936
Saldo final	—	392.936	392.936
Propriedades de investimento líquidas	2.730.773	3.490.592	6.221.365

Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, estando no mercado disponíveis para arrendamento.

O valor de mercado dos ativos classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2021 efetuadas por entidades independentes, ascende a 10.345.517 Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Transferências e Abates no montante de 2.201.564 Euros respeita à transferência para ativos fixos tangíveis, assim como das respetivas depreciações acumuladas no montante de 1.666.925, de um conjunto de imóveis que passaram a estar afetos à atividade operacional do Grupo.

As depreciações no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, no montante de 106.059 Euros (113.939 Euros em 30 de junho de 2021) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No período seis meses findos em 30 de junho de 2022, o montante de rendas cobradas pelo **Grupo** pelo arrendamento dos imóveis e equipamentos classificados como propriedade de investimento foi de 19.538 Euros (30 de junho de 2021: 11.045 Euros).

Em 31 de dezembro de 2021, a reversão de perdas por imparidade, no montante de (57.372) Euros, foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”, sendo explicadas pelos imóveis transferidos para ativos fixos tangíveis.

7. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias:

Denominação social	País	Sede	31.12.2021			30.06.2022		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Empresa - mãe:								
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	—	—	—	—	—	—
Subsidiárias:								
CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. ("CTT Expresso")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Payshop Portugal, S.A. ("Payshop")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	—	100	100	—	100	100
CTT Contacto, S.A. ("CTT Con")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
CTT Soluções Empresariais, S.A. ("CTT Sol")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Correio Expresso de Moçambique, S.A. ("CORRE")	Moçambique	Av. 24 de Julho, Edifício 24, n.º 1097, 3.º Piso, Bairro da Polana Maputo, Moçambique	50	—	50	50	—	50
Banco CTT, S.A. ("BancoCTT")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Fundo Inovação TechTree ("TechTree")	Portugal	Av Conselheiro Fernando de Sousa, 19 13º Esq 1070-072 Lisboa	60	40	100	60	40	100
321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. ("321 Crédito")	Portugal	Av. Duque d'Ávila, 46, 7º B 1050-083 Lisboa	—	100	100	—	100	100
HCCM - Outsourcing Investment, S.A. ("HCCM")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	—	100	100	—	—	—
NewSpring Services, S.A. ("NSS")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	—	100	100	—	100	100
CTT IMO - Sociedade Imobiliária, S.A. ("CTTi")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	—	100	100	—	100
Open Lockers, S.A. ("Lock")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	26	41	66	—	66	66
MedSpring, S.A. ("Med")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	—	—	—	—	100	100

Relativamente à empresa "CORRE", em virtude de o Grupo ter direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento e ter a capacidade de afetar esses retornos, a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

Em 25 de janeiro de 2021, os CTT – Correios de Portugal, S.A. subscreveram um aumento de capital social na subsidiária Banco CTT, S.A., mediante a realização de uma entrada em dinheiro, no montante de 10.000.000 Euros dando origem à emissão de 10.000.000 de novas ações sem valor nominal, ordinárias, nominativas e com um valor de emissão de 1 euro cada. O montante de capital social do Banco CTT, S.A. no valor de 286.400.000 Euros passou para 296.400.000 Euros.

Em 30 de agosto de 2021, foi adquirido a totalidade do capital da NewSpring Services, S.A. ("NewSpring Services") e da sua holding HCCM - Outsourcing Investment, S.A. ("HCCM – Outsourcing Investment"), sociedades que atuam no mercado de Business Process Outsourcing (BPO) e Contact

Center, pelo montante de 10.701.086 Euros, valor este totalmente satisfeito por liquidação financeira naquela data. Ver impacto da aquisição nas alterações no perímetro de consolidação infra.

A 22 de dezembro de 2021, foi constituída a entidade CTT IMO - sociedade imobiliária, S.A., para a compra, permuta, venda e arrendamento de bens imobiliários, e revenda dos bens adquiridos para esse fim.

A 30 de dezembro de 2021, foi constituída a sociedade Open Lockers, S.A. Esta sociedade resultou de um acordo de parceira entre os CTT e a YunExpress, unidade de negócios de logística da empresa chinesa Zongteng Group, que resultou na criação desta parceria que visa gerir o negócio de uma rede de cacifos para receber encomendas em Portugal e Espanha. Os CTT detêm uma participação maioritária de 66% na nova empresa e a YunExpress uma participação de 34%.

A 9 de Março de 2022, foi constituída a sociedade MedSpring, S.A., detida pela NewSpring Services, cujo objeto social é a mediação de seguros na categoria de agente de seguros.

Com referência a 31 de Março de 2022, os CTT - Correios de Portugal, S.A. e a CTT - Soluções Empresariais - S.A. procederam à alienação das suas participações financeiras na Open Lockers, S.A., de 25,5% e 15%, respetivamente, à CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A., que passou a concentrar a participação do Grupo CTT na entidade. Desta forma, esta operação não resultou numa alteração da participação detida pelo Grupo.

Em 20 de abril de 2022, a CTT Expresso subscreveu um aumento de capital social na subsidiária Open Lockers, mediante a realização de uma entrada em espécie, no montante de 492.232 Euros. O aumento de capital foi subscrito na proporção da participação detida por cada um dos acionistas, CTT Expresso e Yun Express, e deu origem à emissão de 750.000 de novas ações sem valor nominal, ordinárias, nominativas e com um valor de emissão de 1 euro cada.

A 27 de Junho de 2022, a sociedade HCCM - Outsourcing Investment, S.A. foi objeto de fusão por incorporação na sociedade CTT Soluções Empresariais, S.A., mediante a transferência global do património da sociedade incorporada para a sociedade incorporante, e subsequente extinção da sociedade incorporada. A presente operação de fusão insere-se no âmbito do processo de simplificação da estrutura empresarial do Grupo CTT. A fusão produziu efeitos a 1 de janeiro de 2022.

Em 30 de junho de 2022, a Open Lockers foi alvo de um aumento de capital sobre a forma de prestação suplementar no montante de 396.000 Euros.

No âmbito de uma reorganização societária em curso no Grupo, no dia 8 de julho de 2022 o Conselho de Administração do Banco CTT aprovou a alienação da sua subsidiária Payshop Portugal, e os seus termos, aos CTT - Correios de Portugal, S.A., sendo que a sua concretização está ainda dependente da assinatura do contrato com o comprador e da não oposição do regulador, que se espera que venha a ocorrer no prazo de 1 ano. Por conseguinte, a 30 de Junho de 2022, ao nível das contas individuais e consolidadas do Banco CTT, os ativos e passivos da Payshop foram reclassificados como ativos e passivos em descontinuação. Esta reclassificação não teve, no entanto, impacto ao nível das contas consolidadas do grupo CTT.

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o Grupo detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2021			30.06.2022		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
NewPost, ACE	Portugal	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	—	49	49	—	49
PTP & F, ACE	Portugal	Estrada Casal do Canas Amadora	51	—	51	51	—	51
Wolfspring, ACE	Portugal	Urbanização do Passil, n.º 100-A 2890-852 Alcochete	—	50	50	—	50	50
MKTPlace - Comércio Eletrónico, S.A ("MKTTP")	Portugal	Rua Eng.º Ferreira Dias 924 Esc. 5 Porto	50	—	50	—	—	—

A entidade Mktplace – Comércio Eletrónico, S.A., uma parceria realizada com a Sonae – SGPS, S.A. em anos anteriores, corresponde a uma plataforma de comércio eletrónico que presta serviços integrados de intermediação de relações comerciais entre comerciantes e consumidores. Cada um dos acionistas, CTT e Sonae, detinham a 31 de dezembro de 2021, 50% do capital da referida entidade.

Com referência a 31 de dezembro de 2021, a entidade Wolfspring ACE passou a integrar as entidades conjuntamente controladas cujos interesses são detidos pelo Grupo. A participação nesta entidade é detida pela New Spring Services (entidade que integrou o perímetro de consolidação no presente período) e resulta de uma parceria com a Reisswolf – Tratamento confidencial e reciclagem de dados e serviços, S.A. para a prestação de serviços na área de custódia e gestão de arquivos.

A 13 de janeiro de 2022, a participação na Mktplace - Comércio Eletrónico, S.A., (Dott), foi alienada à Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.. A alienação da participação no Dott, constituído como um catalisador de *e-commerce* com o objetivo de promover a digitalização das empresas e entrada no comércio eletrónico, surge no âmbito do reforço da parceria entre os CTT e Worten na área do comércio eletrónico. As duas empresas estão a trabalhar no aprofundamento da sua parceria a nível ibérico, em áreas como *instant delivery*, múltiplos fluxos de distribuição de encomendas de *e-commerce* e também logística, incluindo *fullfilment* para os *sellers* do *marketplace* da Worten, de forma a maximizar o crescimento dos respetivos negócios.

Associadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o Grupo detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2021			30.06.2022		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Mafelosa, SL ^(a)	Espanha	Castellon - Espanha	—	25	25	—	25	25
Urpacsur, SL ^(a)	Espanha	Málaga - Espanha	—	30	30	—	30	30

^(a) Empresa participada pela CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A., sucursal em Espanha (em 2018 era detida pela Tourline Mensajería, SLU), que se encontra atualmente sem atividade.

Entidades estruturadas

Adicionalmente, considerando os requisitos da IFRS 10, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades estruturadas:

Denominação	Ano de Constituição	Local de emissão	% Interesse Económico	Método de Consolidação
Ulisses Finance No.1 (*)	2017	Portugal	38,2 %	Integral
Ulisses Finance No.2 (*)	2021	Portugal	0,00040 %	Integral
Ulisses Finance No.3 (*)	2022	Portugal	0,9 %	Integral
Chaves Funding No.8 (*)	2019	Portugal	100 %	Integral
Next Funding No.1 (*)	2021	Portugal	100 %	Integral

(*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização, registadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo, determinado com base na percentagem detida nos interesses residuais (equity piece) dos respetivos veículos e na medida em que o Grupo detém substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos subjacentes e tem a capacidade para afetar estes mesmos riscos e benefícios.

Nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2021, foi incluída a entidade estruturada Next Funding No.1. Esta entidade resultou da parceria entre o Banco CTT e a Sonae Financial Services para o financiamento do cartão de Universo e da respetiva gestão da exposição ao risco de crédito. Os ativos subjacentes da operação Next Funding No.1 foram consolidados e reconhecidos nas contas consolidadas por se considerar que o Banco CTT i) é responsável por todas atividades relevantes inerentes à gestão dos ativos subjacentes, ii) tem exposição aos rendimentos variáveis e iii) tem a capacidade de afetar os seus retornos variáveis através do poder de gerir as atividades relevantes.

Ainda em 2021, o Grupo Banco CTT procedeu à emissão de uma nova operação de titularização de créditos (Ulisses Finance No. 2) sobre a carteira de crédito auto originada pela 321 Crédito no montante de 250 milhões de Euros. Considerando o disposto na IFRS10 esta operação passou a integrar o perímetro de consolidação do Grupo.

A 1 de Junho de 2022, o Grupo procedeu à emissão de uma nova operação de titularização de créditos denominada Ulisses Finance nº 3, realizada através da sua subsidiária 321 Crédito. Esta operação teve como objetivo financiar o crescimento da atividade do Banco CTT, otimizando o seu capital e diversificando as fontes de liquidez, através da titularização de 200 milhões de euros de créditos automóvel. Considerando o disposto na IFRS10 esta operação passou a integrar o perímetro de consolidação do Grupo.

De seguida apresentam-se os principais impactos da consolidação destas entidades estruturadas nas contas do Grupo:

	31.12.2021	30.06.2022
Caixa e equivalentes de caixa	20.092.235	33.408.478
Ativos ao justo valor através de resultados (Derivados)	2.261.947	10.579.161
Ativos financeiros ao custo amortizado – Crédito a clientes (Nota 10)	298.716.076	324.116.083
Outros passivos financeiros bancários (Títulos de dívida emitidos) - nota 9	277.795.753	470.072.904

Alterações no perímetro de consolidação

A 31 de dezembro de 2021, as entidades estruturadas Next Funding No.1 e Ulisses Finance no.2, foram incluídas no perímetro de consolidação.

No período findo a 31 de dezembro de 2021, o perímetro de consolidação foi alterado na sequência da aquisição da NewSpring Services, e da sua holding HCCM – Outsourcing Investment. No dia 16 de junho de 2021, os CTT através da sua subsidiária CTT Soluções Empresariais, S.A., celebrou um

contrato de compra da totalidade do capital social destas sociedades que atuam no mercado de Business Process Outsourcing (BPO) e Contact Center.

A aquisição foi concretizada a 30 de agosto de 2021 (data de *closing* da operação), por um preço fixo inicial de 7.000.000 Euros, sujeito a ajustes, com base nas contas preparadas no fecho do negócio, relacionados com a posição de Caixa líquida e *Working Capital* das empresas adquiridas, cifrando-se o preço de aquisição em 10.701.086 Euros. Adicionalmente, foram acordados *earnouts* dependendo da atividade da sociedade ao longo dos 2 anos seguintes ao referido fecho, em função do cumprimento de objetivos pré-definidos para a *NewSpring Services*, incluindo *targets* de EBITDA.

O Grupo incorreu, em 2021, em gastos relacionados com a aquisição da NewSpring Services de 190.716 de Euros relacionados com a transação, nomeadamente assessoria financeira e custos legais. Estes gastos foram registados na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos.

Reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos de acordo com as IFRS:

O reconhecimento do Goodwill apurado na compra da HCCM - Outsourcing Investment e NewSpring Services demonstra-se como segue:

	Valor
Ativos adquiridos (HCCM)	5.887.230
Passivos adquiridos (HCCM)	50.992
Total dos ativos líquidos adquiridos (HCCM)	5.836.238
Ativos adquiridos (NSS)	9.875.561
Passivos adquiridos (NSS)	6.995.252
Total dos ativos líquidos adquiridos (NSS)	2.880.309
Total dos ativos líquidos (NSS) - Participação CTT-SE (*)	139.292
Ajustamentos de Justo valor:	
Ativos Intangíveis	1.864.330
Passivos por Impostos Diferidos	(522.013)
Justo valor dos Ativos Líquidos adquiridos (HCCM e NSS)	7.317.847
Justo valor das componentes contingentes	4.500.000
Preço de aquisição	10.701.086
Goodwill	7.883.238
(*) Aquisição pela CTT-SE de 4,84% do capital da NSS, sendo os remanescentes 95,16% pertencentes à HCCM.	

As componentes contingentes respeitam aos *earnouts* acima descritos, tendo sido o seu justo valor apurado com base na melhor estimativa à data do *closing* da operação, sujeita a reavaliação a cada data de reporte. Com referência a 30 de junho de 2022, uma parte das componentes contingentes, no montante de 1.500.000 Euros, encontra-se já materializada, não tendo sido apuradas divergências face à estimativa inicial.

O goodwill é atribuível principalmente às competências do capital humano da NewSpring Services e às sinergias que se espera obter com a integração da empresa nos negócios existentes do Grupo. Saliencia-se que o Goodwill apurado foi totalmente alocado à Unidade Geradora de Caixa NewSpring Services, uma vez que a HCCM – Outsourcing investment tem como única atividade a gestão da participação social nesta entidade.

Os métodos de mensuração do justo valor aplicados pelo Grupo detalham-se como segue:

- **Ativos Intangíveis:** Os ativos intangíveis correspondem ao portfolio de contratos de clientes adquirido como parte da operação de aquisição de ações da NewSpring Services. Estes contratos foram mensurados pelo justo valor à data da aquisição em conformidade com os requisitos das IFRS 3 e IFRS 13. O justo valor foi estimado como o valor dos fluxos financeiros futuros esperados descontados, referentes aos contratos adquiridos, considerando o prazo e o valor temporal dos mesmos.
- **Passivos por impostos diferidos:** O valor estimado para efeitos de PPA corresponde ao montante de impostos diferidos resultantes das diferenças entre o justo valor e o valor líquido contabilístico dos ativos intangíveis relacionados com contratos de clientes.

Os ativos adquiridos da HCCM – Outsourcing investment e NewSpring Services, à data de 30 de agosto de 2021, detalharam-se conforme segue:

HCCM – Outsourcing investment	Reconhecimento inicial
Ativos não correntes	
Ativos fixos tangíveis	54.118
Goodwill	2.171.673
Ativos intangíveis	70
Investimentos em subsidiárias	2.736.914
Outros investimentos	4.121
Ativos não correntes	4.966.896
Ativos correntes	
Imposto a receber	7.498
Outros ativos correntes	1.091
Diferimentos	3.798
Caixa e equivalentes de caixa	907.947
Ativos não correntes	920.334
Ativos adquiridos (HCCM)	5.887.230

NewSpring Services	Reconhecimento inicial
Ativos não correntes	
Ativos fixos tangíveis	1.337.688
Ativos intangíveis	151.620
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	54.045
Outros investimentos	221.726
Ativos não correntes	1.765.079
Ativos correntes	
Contas a receber	2.487.856
Outros ativos correntes	1.488.112
Diferimentos	126.647
Caixa e equivalentes de caixa	4.007.867
Ativos correntes	8.110.482
Ativos adquiridos (NSS)	9.875.561

O detalhe das contas a receber da NewSpring Services, à data de 30 de agosto de 2021, detalhava-se como segue:

	Reconhecimento inicial
Contas a receber - nacionais	2.487.856
Clientes Cobrança Duvidosa	51.648
Perdas por Imparidade Acumuladas	(51.648)
Total	2.487.856

O valor líquido contabilístico das contas a receber na data de aquisição corresponde a 2.487.856 Euros, não existindo no âmbito da IFRS 3, diferenças face ao seu justo valor.

A 22 de dezembro de 2021, foi constituída a entidade CTT IMO - sociedade imobiliária, S.A. e a 30 de dezembro de 2021 foi constituída a sociedade Open Lockers, S.A, que resultou de um acordo de parceira entre o Grupo e a YunExpress, em que o Grupo detém uma participação maioritária de 66% na nova empresa e a YunExpress uma participação de 34%.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, foi constituída a sociedade MedSpring, S.A. e criada a entidade estruturada Ulisses Finance no.3, que integraram o perímetro de consolidação.

8. Títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, a rubrica “Títulos de dívida” detalha-se como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Não corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	—	—
Obrigações de outros emissores	4.906.841	—
	4.906.841	—
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	295.098.611	392.529.319
Obrigações de outros emissores	—	—
Imparidade	(111.953)	(136.865)
	294.986.658	392.392.454
	299.893.499	392.392.454
Corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	849.374	535.121
Obrigações de outros emissores	338.695	3.584.628
	1.188.069	4.119.749
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	38.795.904	129.017.538
Obrigações de outros emissores	386.509	—
Imparidade	(8.552)	(10.995)
	39.173.861	129.006.542
	40.361.930	133.126.291
	340.255.429	525.518.745

(1) Com referência a 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 3.194 Euros e de 1.257 Euros, respetivamente.

Durante o ano de 2021 foram realizadas vendas de títulos de dívida ao custo amortizado no valor de 204 milhões de Euros (valor nominal) que resultaram num ganho de 17.777 milhares de Euros. A 30 de junho de 2022, o aumento nos títulos de dívida respeita, essencialmente, ao investimento em títulos de dívida portuguesa, espanhola, italiana e francesa

Para os “Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral” as variações de justo valor encontram-se refletidas em outro rendimento integral.

A análise dos ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e dos ativos financeiros ao custo amortizado, por maturidade residual, a 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, apresenta-se como segue:

31.12.2021						
	Corrente			Não corrente		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾						
Títulos de dívida pública						
Nacionais	4.384	844.990	849.374	—	—	—
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	338.695	—	338.695	4.906.841	—	4.906.841
	343.079	844.990	1.188.069	4.906.841	—	4.906.841
						6.094.910

(1) Com referência a 31 de dezembro de 2021 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 3.194 Euros.

30.06.2022						
	Corrente			Não corrente		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾						
Títulos de dívida pública						
Nacionais	447.875	87.246	535.121	—	—	—
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	2.066	3.582.562	3.584.628	—	—	—
	449.941	3.669.808	4.119.749	—	—	—
						4.119.749

(1) Com referência 30 de junho de 2022 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 1.257 Euros.

31.12.2021						
	Corrente			Não corrente		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Títulos de dívida pública						
Nacionais	2.521.147	22.264.251	24.785.398	38.565.156	122.194.456	160.759.612
Estrangeiros	1.013.181	12.997.325	14.010.506	11.098.271	123.240.728	134.338.999
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	386.509	—	386.509	—	—	—
	3.920.837	35.261.576	39.182.413	49.663.427	245.435.184	295.098.611
						334.281.023

	30.06.2022						
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Ativos financeiros ao custo amortizado							
Títulos de dívida pública							
Nacionais	2.994.575	22.098.678	25.093.253	37.928.478	162.728.138	200.656.616	225.749.868
Estrangeiros	4.165.458	99.758.827	103.924.285	13.059.545	178.813.159	191.872.703	295.796.988
	7.160.033	121.857.505	129.017.538	50.988.023	341.541.296	392.529.319	521.546.856

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, detalham-se como segue:

	31.12.2021					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	5.918	—	(5.019)	—	1.673	2.572
Ativos financeiros ao custo amortizado	175.486	32.617	(89.741)	—	(6.410)	111.952
	181.404	32.617	(94.760)	—	(4.737)	114.524
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	3.511	—	(1.215)	—	(1.673)	623
Ativos financeiros ao custo amortizado	6.505	2.492	(6.855)	—	6.410	8.552
	10.016	2.492	(8.070)	—	4.737	9.175
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	9.429	—	(6.235)	—	—	3.194
Ativos financeiros ao custo amortizado	181.991	35.109	(96.595)	—	—	120.505
	191.420	35.109	(102.830)	—	—	123.699

	30.06.2022					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	2.572	—	—	—	(2.572)	—
Ativos financeiros ao custo amortizado	111.952	36.126	(10.804)	—	(409)	136.865
	114.524	36.126	(10.804)	—	(2.981)	136.865
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	623	263	(2.201)	—	2.572	1.257
Ativos financeiros ao custo amortizado	8.552	2.902	(868)	—	409	10.995
	9.175	3.165	(3.069)	—	2.981	12.252
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	3.194	263	(2.201)	—	—	1.257
Ativos financeiros ao custo amortizado	120.505	39.028	(11.672)	—	—	147.860
	123.699	39.291	(13.873)	—	—	149.117

A imparidade dos “Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral” encontra-se refletida em outro rendimento integral.

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, detalham-se como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	9.429	3.194
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	—	263
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(4.090)	(2.140)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(2.145)	(61)
Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	3.194	1.257

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2021	30.06.2022
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	9.429	3.194
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(6.235)	(1.938)
Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	3.194	1.257

Relativamente às perdas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado, os movimentos por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, detalham-se como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	181.991	120.505
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	35.109	26.806
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(78.141)	1.089
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(18.455)	(539)
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	120.505	147.860

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2021	30.06.2022
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	181.991	120.505
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(61.487)	27.356
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	120.505	147.860

De acordo com a política contabilística em vigor, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade nas suas carteiras de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e ativos financeiros ao custo amortizado.

9. Outros ativos e passivos financeiros bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, as rubricas “Outros ativos financeiros bancários” e “Outros passivos financeiros bancários” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2021	30.06.2022
Ativo não corrente		
Empréstimos a instituições de crédito	5.239.419	2.935.177
Imparidade	(1.709)	(838)
	5.237.710	2.934.339
Ativo corrente		
Aplicações em instituições de crédito	2.350.000	4.700.000
Empréstimos a instituições de crédito	6.185.069	5.328.929
Imparidade	(2.197)	(3.181)
Outros	2.988.970	4.881.307
Imparidade	(1.800.306)	(1.812.691)
	9.721.536	13.094.364
	14.959.246	16.028.703
Passivo não corrente		
Títulos de dívida emitidos	277.760.616	469.879.618
	277.760.616	469.879.618
Passivo corrente		
Títulos de dívida emitidos	35.137	193.286
Outros	26.987.725	37.764.037
	27.022.862	37.957.323
	304.783.478	507.836.941

Aplicações em Instituições de crédito e Empréstimos a instituições de crédito

Relativamente a estas rubricas o escalonamento por prazos de vencimento apresenta-se como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Até 3 meses	2.337.172	1.942.359
De 3 a 12 meses	6.197.897	8.086.570
De 1 a 3 anos	5.239.419	2.935.177
Mais de 3 anos	—	—
	13.774.489	12.964.106

A rubrica Aplicações em instituições de crédito apresentou no período uma rentabilidade média anual de 1,418% (31 de dezembro de 2021: 1,191%).

Imparidade

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, detalham-se como segue:

31.12.2021						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	3.712	555	(10.964)	—	8.406	1.709
	3.712	555	(10.964)	—	8.406	1.709
Ativos correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	23.980	713	(14.090)	—	(8.406)	2.197
Outros	3.238.971	30.268	(22.533)	(1.446.399)	—	1.800.307
	3.262.951	30.981	(36.623)	(1.446.399)	(8.406)	1.802.504
	3.266.663	31.536	(47.587)	(1.446.399)	—	1.804.213

30.06.2022						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	1.709	444	(421)	—	(895)	838
	1.709	444	(421)	—	(895)	838
Ativos correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	2.197	1.687	(1.598)	—	895	3.181
Outros	1.800.306	26.312	—	(13.927)	—	1.812.691
	1.802.503	27.998	(1.598)	(13.927)	895	1.815.872
	1.804.213	28.443	(2.019)	(13.927)	—	1.816.710

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de aplicações e empréstimos a instituições de crédito por stages, no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, detalham-se como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	27.692	3.906
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	1.261	2.131
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(1.067)	(1.733)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(23.980)	(286)
Imparidade	3.906	4.018

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2021	30.06.2022
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	27.692	3.906
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(23.786)	112
Imparidade	3.906	4.018

Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Securitizações	277.795.753	470.072.904
	277.795.753	470.072.904

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, os títulos de dívida emitidos são analisados como segue:

31.12.2021					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.1 – Class A	Julho de 2017	Março de 2033	Euribor 1M + 85 p.p.	10.421.009	10.424.113
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Março de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	7.000.000	7.001.507
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Março de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.106.617
Ulisses Finance No.2 – Class A	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 70 bps	203.700.000	205.737.929
Ulisses Finance No.2 – Class B	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 80 bps	10.000.000	9.986.657
Ulisses Finance No.2 – Class C	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 135 bps	20.000.000	19.976.063
Ulisses Finance No.2 – Class D	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 285 bps	11.300.000	11.290.713
Ulisses Finance No.2 – Class E	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 368 bps	3.700.000	3.697.727
Ulisses Finance No.2 – Class F	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 549 bps	1.300.000	1.299.790
Ulisses Finance No.2 – Class G	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 500 bps	1.275.000	1.274.637
				275.796.009	277.795.753

30.06.2022					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.1 – Class A	Julho de 2017	Março de 2033	Euribor 1M + 85 p.p.	3.033.325	3.033.799
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Março de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	7.000.000	7.002.152
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Março de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.106.847
Ulisses Finance No.2 – Class A	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 70 bps	203.700.000	205.419.747
Ulisses Finance No.2 – Class B	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 80 bps	10.000.000	9.988.703
Ulisses Finance No.2 – Class C	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 135 bps	20.000.000	19.979.851
Ulisses Finance No.2 – Class D	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 285 bps	11.300.000	11.292.382
Ulisses Finance No.2 – Class E	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 368 bps	3.700.000	3.698.188
Ulisses Finance No.2 – Class F	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 549 bps	1.300.000	1.299.886
Ulisses Finance No.2 – Class G	Setembro de 2021	Setembro de 2038	Euribor 1M + 500 bps	825.000	824.838
Ulisses Finance No.3 - Class A	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 90 bps	168.000.000	168.067.540
Ulisses Finance No.3 - Class B	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 200 bps	8.000.000	7.813.147
Ulisses Finance No.3 - Class C	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 370 bps	12.000.000	11.727.971
Ulisses Finance No.3 - Class D	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 525 bps	6.000.000	5.623.081
Ulisses Finance No.3 - Class E	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 650 bps	5.000.000	4.733.796
Ulisses Finance No.3 - Class F	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 850 bps	1.000.000	964.248
Ulisses Finance No.3 - Class G	Junho de 2022	Junho de 2039	Euribor 1M + 785 bps	1.500.000	1.496.727
				469.458.325	470.072.903

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, verificaram-se os seguintes movimentos nesta rubrica:

31/12/2021					
Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	44.517.924	—	(19.980.815)	(4.872)	24.532.237
Ulisses Finance No.2	—	251.500.000	(225.000)	1.988.517	253.263.517
	44.517.924	251.500.000	(20.205.815)	1.983.644	277.795.753

No período findo a 31 de dezembro de 2021, os movimentos registados em “Emissões” respeitam a uma nova operação de titularização de créditos (Ulisses Finance No. 2) sobre a carteira de crédito auto originada pela 321 Crédito. A rubrica “outros movimentos” inclui um montante de 2.314.824 Euros relativo ao prémio de emissão da Note Class A e um montante de 350.486 Euros de despesas de montagem ao custo amortizado da Ulisses Finance No.2.

30.06.2022

Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	24.532.237	—	(7.387.684)	(1.754)	17.142.799
Ulisses Finance No.2	253.263.517	—	(450.000)	(309.920)	252.503.597
Ulisses Finance No.3	—	201.500.000	—	(1.073.491)	200.426.509
	277.795.753	201.500.000	(7.837.684)	(1.385.164)	470.072.904

No seis meses findos em 30 de junho de 2022, os movimentos registados em “Emissões” respeitam à emissão de uma nova operação de titularização de créditos denominada Ulisses Finance nº 3, realizada através da 321 Crédito.

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

31.12.2021

	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	35.137	—	35.137	—	277.760.616	277.760.616	277.795.753
	35.137	—	35.137	—	277.760.616	277.760.616	277.795.753

30.06.2022

	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	193.286	—	193.286	—	469.879.618	469.879.618	470.072.904
	193.286	—	193.286	—	469.879.618	469.879.618	470.072.904

Titularização de Ativos

Ulisses Finance No.1

Esta operação de titularização foi originada em julho de 2017 e emitida pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.1 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração dos bancos Citibank e Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de Crédito ao Consumo originada pela 321 Crédito. A estrutura da Operação inclui cinco Tranches de A a E. As Tranches A a C estão dispersas no mercado e as Tranches D e E foram retidas. Esta operação obteve notações de *rating* pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, as Tranches A, B e C.

Esta operação inclui uma cláusula de amortização antecipada opcional que permite ao Emitente resgatar as notas de todas as Classes emitidas, quando o valor residual dos créditos represente 10% ou menos do valor da Carteira de Créditos na data de montagem da operação de titularização.

A operação tem incorporado um *cap* de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Sagres – STC, S.A.).

O Grupo garante o serviço da dívida (*servicer*) das operações de titularização tradicionais, assumindo a cobrança dos créditos cedidos e canalizando os valores recebidos, por via da efetivação do respetivo depósito para a sociedade de titularização de créditos.

Os ativos subjacentes das operações Ulisses Finance No.1 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Chaves Funding No.8

Esta operação de titularização privada foi emitida em novembro de 2019 pela Tagus, Sociedade de Titularização de Créditos, S.A.. incluiu uma carteira de Crédito ao Consumo originada pela 321 Crédito. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ e do banco Deutsche Bank, A estrutura da Operação inclui uma Tranche A e uma Tranche B nas notas emitidas, sendo ambas detidas na totalidade pelo Grupo.

Esta operação inclui uma cláusula de amortização antecipada opcional que permite ao Emitente resgatar as Notas de todas as Classes emitidas, quando o valor residual dos créditos represente 10% ou menos do valor da Carteira de Créditos na data de montagem da operação de titularização

Os ativos subjacentes da operação Chaves Funding No.8 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Ulisses Finance No.2

Esta operação de titularização foi criada em setembro de 2021 e emitida pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.2 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ e do Banco Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de crédito ao consumo originada pela 321 Crédito, cujo valor total inicial era de 250.000 milhares de euros, a manter ao longo dos 12 meses de período de *revolving*.

A estrutura da operação inclui seis Tranches de A a F colateralizadas e adicionalmente as tranches G e Z. Todas as tranches estão dispersas no mercado de capitais à exceção da class Z, cujo valor inicial era 1,5 milhões de euros e que apresenta a 30 de junho de 2022 um valor de 1.000 euros.

Esta operação obteve notações de *rating* pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, isto é, as Tranches A a G.

A operação Ulisses Finance No.2 reveste as características de STS (simple, transparent and standardized) e SRT (significant risk transfer).

Para efeitos de cálculo do rácio de capital, pelo facto de a operação Ulisses Finance No.2 estar em conformidade com o artigo 244.1 (b) do Regulamento Europeu 575/2013 (*full capital deduct approached*), a sociedade diminuiu os seus "*Risk Weight Assets*" no que respeita aos contratos securitizados no âmbito desta operação.

A operação tem incorporado um *cap* de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Tagus – STC, S.A.).

Os ativos subjacentes da operação Ulisses Finance No.2 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Next Funding No.1

A operação Next Funding No.1, emitida pela Tagus – STC, S.A. em abril de 2021 e em que o Banco CTT é investidor único, tem como ativo subjacente os saldos dos cartões de crédito originados pelo cartão de crédito Universo emitido pela Sonae Financial Services. Adicionalmente, o Banco CTT concede à operação uma linha de descoberto (*Liquidity Facility*) com o propósito único de adquirir *receivables* (saldos de cartões de crédito) entre as datas de pagamento de juros. A cada data de pagamento de juros (IPD) o saldo da *Liquidity Facility* será liquidado pela conversão no valor da nota.

Nas contas consolidadas, atentas as condições previstas na IFRS 10 (Consolidated Financial Statements), a operação de titularização é consolidada, na medida em que o Grupo detém substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos subjacentes e tem capacidade para afetar estes mesmos riscos e benefícios.

Ulisses Finance No.3

Esta operação de titularização foi criada em junho de 2022 e emitida pela Tagus - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. e corresponde a um programa público de titularizações de Crédito (Ulisses) sendo a operação Ulisses Finance No.3 colocada junto do mercado. A montagem da operação contou com a colaboração da Sociedade de Advogados PLMJ e do Banco Deutsche Bank, e incluiu uma carteira de crédito ao consumo originada pela 321 Crédito, cujo valor total inicial era de 200.000 milhares de euros, a manter ao longo dos 12 meses de período de revolving.

A estrutura da Operação inclui seis Tranches de A a F colateralizadas e adicionalmente as tranches G e Z. Todas as tranches estão dispersas no mercado de capitais à exceção da *class Z*, cujo valor inicial era 1,8 milhões de euros.

Esta operação obteve notações de rating pela DBRS e Moody's para as tranches colocadas no mercado, isto é, as Tranches A a G.

A operação Ulisses Finance No.3 reveste as características de STS (*simple, transparent and standardized*) e SRT (*significant risk transfer*).

Para efeitos de cálculo do rácio de capital, pelo facto de a operação Ulisses Finance No.3 estar em conformidade com o artigo 244.1 (b) do Regulamento Europeu 575/2013 (*full capital deduct approached*), a sociedade diminuiu os seus "*Risk Weight Assets*" no que respeita aos contratos securitizados no âmbito desta operação.

A operação tem incorporado um swap de taxa de juro, mecanismo de mitigação do risco de taxa de juro para a operação e para os seus investidores, entre os quais se inclui o Grupo, mas que não foi contratado diretamente pelo Grupo, mas sim pelo emitente da operação de titularização (Tagus – STC, S.A.).

Os ativos subjacentes da operação Ulisses Finance No.3 não foram desreconhecidos da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, uma vez que o Grupo manteve substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A rubrica Outros passivos correntes regista fundamentalmente o saldo de operações bancárias pendentes de liquidação financeira.

10. Crédito a clientes bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, a rubrica “Crédito a clientes bancários” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021	30.06.2022
Crédito vivo	1.560.653.792	1.682.841.279
Crédito hipotecário	595.419.629	630.034.362
Crédito automóvel	660.982.844	713.720.861
Cartões de crédito	297.943.534	333.878.758
Locação financeira	4.975.252	4.016.436
Descobertos em depósitos à ordem	1.332.534	1.190.862
Crédito vencido	12.345.092	16.064.573
Crédito vencido - menos de 90 dias	1.165.016	1.915.869
Crédito vencido - mais de 90 dias	11.180.076	14.148.704
	1.572.998.883	1.698.905.851
Imparidade para riscos de crédito	(31.090.390)	(41.318.440)
	1.541.908.493	1.657.587.411

O escalonamento do crédito a clientes bancários por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, apresenta-se como segue:

	31.12.2021								
	Corrente					Não corrente			Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Crédito hipotecário	—	4.529.387	13.058.049	—	17.587.436	35.360.412	542.471.779	577.832.191	595.419.626
Crédito automóvel	—	27.206.248	73.256.613	9.611.208	110.074.069	188.259.391	372.260.592	560.519.983	670.594.052
Cartões de crédito	—	297.943.534	—	772.542	298.716.076	—	—	—	298.716.076
Locação financeira	—	460.233	1.281.167	76.935	1.818.335	2.717.445	516.407	3.233.852	5.052.187
Descoberto s em depósitos à ordem	1.332.534	—	—	1.278.857	2.611.391	—	—	—	2.611.391
Outros créditos	—	—	—	605.550	605.550	—	—	—	605.550
	1.332.534	330.139.402	87.595.829	12.345.092	431.412.857	226.337.248	915.248.778	1.141.586.026	1.572.998.883

A 31 de dezembro de 2021, a rubrica Cartões de crédito representa a carteira de cartões de crédito adquirida no âmbito da Parceria Universo com a Sonae Financial Services. Esta carteira foi reconhecida nas demonstrações financeiras do Grupo na medida em que o Grupo é investidor único na operação de titularização Next Funding No.1 e, portanto, atentas as condições previstas na IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, a operação de titularização é consolidada.

30.06.2022									
	Corrente					Não corrente			Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Crédito hipotecário	—	4.770.310	13.630.164	1.157	18.401.631	37.228.318	574.405.570	611.633.888	630.035.519
Crédito automóvel	—	29.376.960	79.101.558	12.223.436	120.701.954	203.280.094	401.962.249	605.242.343	725.944.297
Cartões de crédito	—	333.878.758	—	2.426.550	336.305.308	—	—	—	336.305.308
Locação financeira	—	371.538	1.034.264	132.895	1.538.697	2.193.747	416.886	2.610.634	4.149.331
Descobertos em depósitos à ordem	1.190.862	—	—	1.280.534	2.471.397	—	—	—	2.471.397
	1.190.862	368.397.566	93.765.986	16.064.572	479.418.987	242.702.160	976.784.705	1.219.486.865	1.698.905.851

A repartição desta rubrica por tipo de taxa apresenta-se como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Taxa fixa	926.351.787	1.020.405.429
Taxa variável	646.647.096	678.500.423
	1.572.998.883	1.698.905.851
Imparidade para riscos de crédito	(31.090.390)	(41.318.440)
	1.541.908.493	1.657.587.412

A análise desta rubrica, a 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, por tipo de colateral é apresentada como segue:

	31.12.2021				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais	600.433.555	1.510.327	601.943.882	(2.409.164)	599.534.718
Crédito com outras garantias	645.072.323	4.775.730	649.848.053	(17.150.161)	632.697.892
Crédito sem garantias	315.147.914	6.059.034	321.206.948	(11.531.064)	309.675.884
	1.560.653.792	12.345.092	1.572.998.883	(31.090.390)	1.541.908.493

	30.06.2022				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais	634.082.548	40.526	634.123.074	(902.045)	633.221.029
Crédito com outras garantias	696.141.692	5.790.790	701.932.482	(21.576.141)	680.356.341
Crédito sem garantias	352.617.039	10.233.257	362.850.295	(18.840.254)	344.010.042
	1.682.841.279	16.064.572	1.698.905.851	(41.318.440)	1.657.587.412

A análise da rubrica, por tipo de crédito, em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, é analisada como segue:

31.12.2021					
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito hipotecário	595.419.629	—	595.419.629	(596.281)	594.823.348
Crédito automóvel	660.982.844	9.611.208	670.594.052	(22.024.094)	648.569.958
Cartões de crédito	297.943.534	772.542	298.716.076	(6.617.578)	292.098.498
Locação financeira	4.975.252	76.935	5.052.186	(98.307)	4.953.880
Descobertos em depósitos à ordem	1.332.534	1.278.857	2.611.391	(1.148.581)	1.462.810
Outros créditos	—	605.550	605.550	(605.550)	—
	1.560.653.792	12.345.091	1.572.998.883	(31.090.389)	1.541.908.493

30.06.2022					
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito hipotecário	630.034.362	1.157	630.035.519	(746.435)	629.289.084
Crédito automóvel	713.720.861	12.223.436	725.944.297	(27.193.676)	698.750.621
Cartões de crédito	333.878.758	2.426.550	336.305.308	(12.189.225)	324.116.083
Locação financeira	4.016.436	132.895	4.149.331	(87.501)	4.061.830
Descobertos em depósitos à ordem	1.190.862	1.280.534	2.471.397	(1.101.603)	1.369.794
	1.682.841.279	16.064.572	1.698.905.851	(41.318.440)	1.657.587.412

A análise do crédito a clientes por setores de atividade, a 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, apresenta-se como segue:

31.12.2021					
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas	56.009.899	1.584.427	57.594.325	(2.227.312)	55.367.014
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	4.233.937	38.988	4.272.925	(131.975)	4.140.950
Indústrias extrativas	694.899	211	695.109	(4.777)	690.333
Indústrias transformadora	6.007.208	137.158	6.144.366	(173.610)	5.970.756
Água	123.735	—	123.735	(230)	123.506
Construção	9.894.287	300.665	10.194.952	(386.725)	9.808.227
Comércio por grosso e a retalho	10.126.222	428.000	10.554.222	(530.948)	10.023.274
Transportes e armazenamento	4.168.460	87.594	4.256.054	(115.008)	4.141.046
Restaurantes e hotéis	4.182.495	90.792	4.273.288	(146.261)	4.127.027
Informação e comunicação	644.625	421	645.046	(4.991)	640.054
Setor financeiro e segurador	307.998	2.231	310.229	(3.766)	306.463
Atividades imobiliárias	1.706.577	2.052	1.708.628	(21.028)	1.687.600
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.657.181	8.011	1.665.192	(45.590)	1.619.602
Atividades de serviços administrativos e de suporte	3.471.167	329.223	3.800.390	(379.908)	3.420.482
Educação	721.135	575	721.711	(9.691)	712.019
Serviços de saúde e assistência social	1.305.341	14.931	1.320.271	(23.464)	1.296.808
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	897.261	73.013	970.274	(65.933)	904.342
Outros serviços	5.867.371	70.562	5.937.933	(183.407)	5.754.525
Particulares	1.504.643.890	10.760.664	1.515.404.554	(28.863.077)	1.486.541.477
Hipotecário	595.515.589	—	595.515.589	(598.198)	594.917.391
Consumo	909.128.301	10.760.664	919.888.965	(28.264.879)	891.624.086
	1.560.653.792	12.345.091	1.572.998.883	(31.090.390)	1.541.908.493

	30.06.2022				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas	61.847.889	1.377.087	63.224.978	(2.177.209)	61.047.765
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	5.812.880	96.321	5.909.201	(168.544)	5.740.657
Indústrias extrativas	998.909	1.380	1.000.288	(14.042)	986.246
Indústrias transformadora	6.026.691	220.461	6.247.153	(227.038)	6.020.114
Água	106.064	—	106.064	(175)	105.889
Construção	10.926.462	343.495	11.269.957	(497.004)	10.772.953
Comércio por grosso e a retalho	10.140.350	154.021	10.294.372	(224.423)	10.069.949
Transportes e armazenamento	5.242.315	143.500	5.385.815	(197.155)	5.188.660
Restaurantes e hotéis	4.713.373	96.755	4.810.128	(219.795)	4.590.333
Informação e comunicação	681.616	540	682.156	(3.283)	678.873
Setor financeiro e segurador	227.133	4.566	231.699	(12.637)	219.062
Atividades imobiliárias	1.576.379	3.453	1.579.833	(48.594)	1.531.239
Atividades profissionais, científicas e técnicas	1.787.311	20.868	1.808.180	(60.240)	1.747.939
Atividades de serviços administrativos e de suporte	3.641.987	82.585	3.724.572	(150.729)	3.573.843
Administração pública, Defesa e Segurança Social	16.704	—	16.704	(68)	16.635
Educação	722.051	1.156	723.206	(11.278)	711.928
Serviços de saúde e assistência social	1.328.491	15.680	1.344.172	(30.237)	1.313.935
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	946.592	93.821	1.040.413	(84.423)	955.989
Outros serviços	6.952.581	98.485	7.051.065	(227.544)	6.823.521
Particulares	1.620.993.390	14.687.484	1.635.680.874	(39.141.230)	1.596.539.645
Hipotecário	630.127.041	1.157	630.128.198	(748.078)	629.380.120
Consumo	990.866.349	14.686.327	1.005.552.676	(38.393.152)	967.159.525
	1.682.841.279	16.064.571	1.698.905.852	(41.318.440)	1.657.587.412

A carteira de crédito total detalhada por *stage* segundo definido na IFRS 9 é apresentada como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Stage 1	1.428.289.210	1.553.491.551
Valor Bruto	1.434.762.828	1.559.784.057
Imparidade	(6.473.618)	(6.292.506)
Stage 2	82.564.071	71.993.623
Valor Bruto	87.166.648	77.365.059
Imparidade	(4.602.577)	(5.371.436)
Stage 3	31.055.213	32.102.238
Valor Bruto	51.069.407	61.756.736
Imparidade	(20.014.194)	(29.654.498)
	1.541.908.493	1.657.587.412

A rubrica “Crédito a clientes” inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, realizadas através de titularização e sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10.

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	31.12.2021	30.06.2022
Valor dos pagamentos mínimos futuros	5.352.218	4.359.018
Juros ainda não devidos	(376.966)	(342.582)
Valor presente	4.975.252	4.016.436

O valor dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação financeira, por prazos de maturidade é analisado como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Até 1 ano	2.106.914	1.829.190
1 ano até 5 anos	2.727.068	2.114.287
Mais de 5 anos	518.236	415.541
Valor dos pagamentos mínimos futuros	5.352.218	4.359.018

A análise dos contratos de locação financeira por tipo de cliente é apresentada como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Particulares	622.998	516.630
Hipotecário	91.154	87.445
Outros	531.844	429.185
Empresas	4.352.254	3.499.806
Mobiliário	198.954	188.153
Imobiliário	4.153.300	3.311.653
	4.975.252	4.016.436

Perdas por imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, o movimento ocorrido em “Imparidade para riscos de crédito” (Nota 13) foi como segue:

31.12.2021							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Crédito a clientes bancários	11.245.242	14.707.276	(7.614.585)	(343.835)	(2.967.630)	575.237	15.601.705
	11.245.242	14.707.276	(7.614.585)	(343.835)	(2.967.630)	575.237	15.601.705
Ativos correntes							
Crédito a clientes bancários	5.419.841	14.600.735	(7.559.425)	(341.345)	2.797.807	571.071	15.488.685
	5.419.841	14.600.735	(7.559.425)	(341.345)	2.797.807	571.071	15.488.685
	16.665.083	29.308.011	(15.174.010)	(685.180)	(169.822)	1.146.308	31.090.390

30.06.2022							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Crédito a clientes bancários	15.601.705	9.340.584	(4.656.297)	(269.439)	(1.993.726)	61.875	18.084.702
	15.601.706	9.340.584	(4.656.297)	(269.439)	(1.993.726)	61.875	18.084.702
Ativos correntes							
Crédito a clientes bancários	15.488.685	12.000.013	(5.982.028)	(346.153)	1.993.726	79.493	23.233.738
	15.488.685	12.000.013	(5.982.028)	(346.153)	1.993.726	79.493	23.233.738
	31.090.390	21.340.597	(10.638.325)	(615.591)	—	141.368	41.318.440

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de crédito a clientes bancários do período findo em 30 de junho de 2022, no montante de 10.702.272 Euros (6.419.314 Euros em 30 de junho de 2021) foram registradas na rubrica de “Imparidade de outros ativos financeiros bancários”.

Os movimentos nas perdas de imparidade por *stages*, no ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, detalham-se como segue:

	31.12.2021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	3.754.079	2.937.210	2.506.799	9.198.088
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(1.623.295)	(369.984)	8.187.354	6.194.075
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(407.088)	(154.824)	(696.251)	(1.258.163)
Write-offs	—	—	(685.180)	(685.180)
Transferências para:				
Stage 1	1.011.657	(360.513)	(651.144)	—
Stage 2	(203.586)	1.686.749	(1.483.163)	—
Stage 3	(164.668)	(1.481.613)	1.646.281	—
Variações cambiais e outros movimentos	(55.226)	120.976	910.736	976.486
Imparidade	6.473.618	4.602.577	20.014.195	31.090.390
<i>Dos quais: POCI</i>	—	—	1.462.841	1.462.841

As variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco verificadas no período findo a 31 de dezembro de 2021 devem-se fundamentalmente à entrada em vigor da nova definição de *Default* da EBA.

	30.06.2022			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	6.473.619	4.602.577	20.014.195	31.090.390
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	1.064.401	374.464	215.770	1.654.635
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(2.589.468)	1.957.408	10.391.923	9.759.864
Variações por modificação de contratos não desreconhecidos	(199.694)	(78.320)	(390.133)	(668.147)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo <i>write-offs</i>	(30.856)	(2.112)	(11.112)	(44.080)
Write-offs	—	—	(615.591)	(615.591)
Alterações no modelo e metodologias	—	—	—	—
Transferências para:				
Stage 1	2.033.850	(1.267.294)	(766.556)	—
Stage 2	(387.362)	1.340.446	(953.084)	—
Stage 3	(85.054)	(1.478.201)	1.563.255	—
Variações cambiais e outros movimentos	13.070	(77.532)	205.830	141.368
Imparidade	6.292.506	5.371.436	29.654.498	41.318.440
<i>Dos quais: POCI</i>	—	—	1.213.865	1.213.865

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	1.723.696	2.412.403	9.997.902	14.134.001
Transferências de Stage (líquidas)	643.403	(155.377)	(488.026)	—
Write-offs	—	—	(685.180)	(685.180)
Variações cambiais e outros movimentos	(55.226)	120.976	910.736	976.486
Imparidade	6.473.619	4.602.577	20.014.194	31.090.390

	30.06.2022			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	6.473.619	4.602.577	20.014.194	31.090.390
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(1.755.616)	2.251.440	10.206.448	10.702.272
Transferências de Stage (líquidas)	1.561.434	(1.405.049)	(156.385)	—
Write-offs	—	—	(615.591)	(615.591)
Variações cambiais e outros movimentos	13.070	(77.532)	205.830	141.368
Imparidade	6.292.506	5.371.436	29.654.498	41.318.440

Análise de sensibilidade

Atendendo à elevada incerteza das projeções macroeconómicas e considerando que desvios aos cenários apresentados poderão ter impacto no valor das perdas esperadas estimadas, realizaram-se análises de sensibilidade sobre a distribuição da carteira por *stage* e o respetivo impacto na imparidade.

O Grupo considera que os parâmetros assumidos mais sensíveis, por serem baseados em *benchmarks*, dependentes de opções metodológicas ou por serem mais suscetíveis a alterações de ciclo económico, são a Probabilidade de Incumprimento (PD – *Probability of Default*) para a generalidade das carteiras e a Perda dado o incumprimento (LGD – *Loss Given Default*) para o caso do cartão de crédito.

Neste contexto, foi realizada uma análise de sensibilidade que pretendeu apurar qual seria a imparidade da carteira global caso aqueles parâmetros sofressem uma deterioração relativa de 10%, tendo-se concluído que o aumento na imparidade seria de 1.738 milhares de euros, correspondentes a 4%.

11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021	30.06.2022
Diferimentos ativos		
Correntes		
Rendas a pagar	1.469.876	1.614.455
Subsídios de Refeição	1.402.305	1.385.093
Outros	5.853.753	8.276.336
	8.725.934	11.275.884
Diferimentos passivos		
Não correntes		
Subsídios ao investimento	272.088	266.487
	272.088	266.487
Correntes		
Subsídios ao investimento	11.201	11.201
Passivos resultantes de contratos	1.360.862	2.730.185
Outros	2.080.178	2.934.851
	3.452.241	5.676.237
	3.724.329	5.942.724

A variação da rubrica “Outros diferimentos ativos” resulta essencialmente da renovação de contratos de licenciamento de software e de contratos de seguros.

A rubrica “Passivos resultantes de contratos” decorre da aplicação da IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes e representa o valor já faturado, mas ainda não reconhecido em resultados por ainda não se encontrarem satisfeitas as “*performance obligations*”, tal como preconizado na norma.

Os “Passivos resultantes de contratos” respeitam essencialmente a valores relativos a selos e pré-pagos de correio azul e correio verde no valor de 1.944.116 Euros (151.948 Euros em 31 de dezembro de 2021), cujo rêdito é expectável ser reconhecido no mês de julho de 2022 (estimativa de 80% do valor da rubrica) e o restante valor ao longo do ano de 2022, e a objetos faturados e não entregues a 30 de junho de 2022 do segmento expresso, no valor 786.069 Euros (1.208.914 Euros em 31 de dezembro de 2021), cujo rêdito é reconhecido no momento da entrega no mês seguinte.

O rêdito reconhecido no período, incluído no saldo dos passivos resultantes do contrato no início do período ascendeu a 1.360.862 Euros.

Não foram reconhecidos “Ativos resultantes de contratos” associados à aplicação da IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário,

líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Numerário	95.963.001	54.907.444
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	86.975.064	56.239.913
Disponibilidades em Bancos Centrais	593.160.283	589.798.657
Disponibilidades em outras instituições de crédito	34.251.584	67.905.279
Depósitos a prazo	67.522.764	78.417.061
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	877.872.696	847.268.355
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	(19.937.800)	(22.016.400)
Cheques a cobrar / Compensação de cheques	(1.002.263)	(11.621.728)
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias	24.913	4.861
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa)	856.957.546	813.635.088

A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Portugal” inclui depósitos de carácter obrigatório com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, o qual estabelece que as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal correspondem a 1% dos depósitos e outras responsabilidades. A partir do período de contagem de reservas iniciado em 30 de outubro de 2019, o BCE introduziu o regime de *tiering*, em que o saldo junto do Banco Central em excesso sobre as reservas mínimas de caixa, até um máximo calculado de 6 vezes as reservas, é remunerado à taxa de cedência do banco central.

Assim, a Rubrica “Disponibilidades em Bancos Centrais” inclui, a 30 de junho de 2022, um valor total de depósitos à ordem no Banco de Portugal no montante de 589.798.657 Euros (31 de dezembro de 2021: 593.160.283 Euros), dos quais 22.016.400 Euros (31 de dezembro de 2021: 19.937.800 Euros) se encontravam afetos ao cumprimento das supramencionadas disponibilidades mínimas obrigatórias no Banco de Portugal.

A rubrica “Cheques a cobrar/ Compensação de cheques” representa cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

Imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, o movimento ocorrido na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas de depósitos e aplicações bancárias” (Nota 13), foi como segue:

	31.12.2021				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	17.510	11.433	(4.028)	—	24.913
	17.510	11.433	(4.028)	—	24.913

	30.06.2022				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	24.913	32	(20.084)	—	4.861
	24.913	32	(20.084)	—	4.861

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) do período findo em 30 de junho de 2022 no montante de (20.052) Euros (5.868 Euros em 30 de junho de 2021) foram registadas na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)”.

13. Perdas por imparidade acumuladas

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade:

	31/12/2021							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Alteração do perímetro de consolidação	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes								
Ativos fixos tangíveis	19.460	—	—	—	—	—	—	19.460
Propriedades de investimento	450.308	—	(57.372)	—	—	—	—	392.936
Ativos intangíveis	—	60.617	—	—	—	—	—	60.617
	469.768	60.617	(57.372)	—	—	—	—	473.013
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	5.918	—	(5.019)	—	1.673	—	—	2.572
Investimento em títulos ao custo amortizado	175.485	32.617	(89.741)	—	(6.410)	—	—	111.953
Outros ativos não correntes	2.538.985	—	—	—	210.025	—	—	2.749.010
Crédito a clientes bancários	11.245.241	14.707.276	(7.614.585)	(343.835)	(2.967.630)	—	575.237	15.601.705
Outros ativos financeiros bancários	3.712	555	(10.964)	—	8.406	—	—	1.709
	13.969.341	14.740.448	(7.720.309)	(3.118.702)	(2.753.935)	—	3.350.104	18.466.949
	14.439.109	14.801.065	(7.777.681)	(3.118.702)	(2.753.935)	—	3.350.104	18.939.962
Ativos correntes								
Contas a receber	39.633.843	4.209.818	(2.588.327)	(1.423.383)	—	51.648	—	39.883.599
Crédito a clientes bancários	5.419.841	14.600.735	(7.559.425)	(3.096.110)	(341.345)	—	3.325.837	15.488.685
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	3.511	—	(1.215)	—	(1.673)	—	—	623
Investimento em títulos ao custo amortizado	6.505	2.492	(6.855)	—	6.410	—	—	8.551
Outros ativos correntes	10.052.551	995.992	(267.494)	(245.159)	(210.024)	—	—	10.325.865
Outros ativos financeiros bancários	3.262.950	30.981	(36.623)	(1.446.399)	(8.406)	—	—	1.802.503
Depósitos e aplicações bancárias	17.510	11.433	(4.028)	—	—	—	—	24.914
	58.396.710	19.851.451	(10.463.967)	(6.211.051)	2.584.113	51.648	3.325.837	67.534.740
Ativos não correntes detidos para venda	282.778	14.234	(132.572)	—	—	—	—	164.441
	282.778	14.234	(132.572)	—	—	—	—	164.441
Mercadorias	2.525.086	680.033	(743)	(72.971)	—	—	—	3.131.405
Matérias-primas, sub. e de consumo	847.331	128.297	(8.329)	(99.631)	—	—	—	867.668
	3.372.417	808.331	(9.072)	(172.602)	—	—	—	3.999.073
	62.051.906	20.674.015	(10.605.611)	(6.383.653)	2.584.113	51.648	3.325.837	71.698.254
	76.491.014	35.475.080	(18.383.292)	(9.502.356)	(169.822)	51.648	6.675.941	90.638.216

Em abril de 2021, o Banco CTT e a Sonae Financial Services iniciaram uma nova parceria no crédito ao consumo através do financiamento do crédito do cartão de Universo e da respetiva gestão da exposição ao risco de crédito. A 31 de dezembro de 2021, a carteira de cartões de crédito apresentava um valor de 298.716.076 Euros e um reforço de imparidade de 6.617.578 Euros, o que justifica o aumento dos reforços de imparidade no ano de 2021.

	30.06.2022						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	19.460	—	—	—	—	—	19.460
Propriedades de investimento	392.936	—	—	—	—	—	392.936
Ativos intangíveis	60.617	—	—	—	—	—	60.617
	473.013	—	—	—	—	—	473.013
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	2.572	—	—	—	(2.572)	—	—
Investimento em títulos ao custo amortizado	111.953	36.126	(10.804)	—	(409)	—	136.865
Outros ativos não correntes	2.749.010	—	—	—	32.521	—	2.781.531
Crédito a clientes bancários	15.601.705	9.340.584	(4.656.297)	(269.439)	(1.993.726)	61.875	18.084.702
Outros ativos financeiros bancários	1.709	444	(421)	—	(895)	—	838
	18.466.949	9.377.154	(4.667.523)	(269.439)	(1.965.082)	61.875	21.003.935
	18.939.963	9.377.154	(4.667.523)	(269.439)	(1.965.082)	61.875	21.476.948
Ativos correntes							
Contas a receber	39.883.599	2.142.714	(1.448.077)	(319.734)	—	2.910	40.261.412
Crédito a clientes bancários	15.488.685	12.000.013	(5.982.028)	(346.153)	1.993.726	79.493	23.233.738
Investimento em títulos ao justo valor através de outro rendimento integral	623	263	(2.201)	—	2.572	—	1.257
Investimento em títulos ao custo amortizado	8.551	2.902	(868)	—	409	—	10.995
Outros ativos correntes	10.325.865	642.202	(154.840)	(74.503)	(32.521)	—	10.706.203
Outros ativos financeiros bancários	1.802.503	27.998	(1.598)	(13.927)	895	—	1.815.872
Depósitos e aplicações bancárias	24.914	32	(20.084)	—	—	—	4.861
	67.534.741	14.816.126	(7.609.695)	(754.317)	1.965.082	82.403	76.034.338
Ativos não correntes detidos para venda	164.441	3.792	(1.262)	—	—	—	166.971
	164.441	3.792	(1.262)	—	—	—	166.971
Mercadorias	3.131.405	—	(80.560)	(101.006)	—	—	2.949.839
Matérias-primas, sub. e de consumo	867.668	—	(23.137)	—	—	—	844.531
	3.999.073	—	(103.697)	(101.006)	—	—	3.794.370
	71.698.254	14.819.917	(7.714.654)	(855.323)	1.965.082	82.403	79.995.678
	90.638.215	24.197.071	(12.382.176)	(1.124.762)	—	144.277	101.472.625

Os montantes classificados em “Outros movimentos”, com referência a 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, respeitam a movimentos decorrentes dos ajustamentos aos créditos POCI (*Purchase or Originated Credit Impaired*) no âmbito da aquisição da 321 Crédito em 1 de maio de 2019, de acordo com a IFRS 3 - *Business Combinations*.

14. Capital

Em 30 de junho de 2022 o capital social da Empresa é composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

A informação relativa aos acionistas com participações iguais ou superiores a 2% pode ser consultada no capítulo 5.4 do Relatório Integrado.

15. Ações próprias, Reservas, Outras variações no capital próprio e Resultados transitados

Ações Próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva não distribuível de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações permanecerem na posse da sociedade. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Durante o primeiro semestre de 2022, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Ações Próprias”:

	Quantidade	Valor	Preço Médio
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.500.001	6.404.963	4,27
Aquisições	4.207.721	15.422.025	3,67
Saldo em 30 de Junho de 2022	5.707.722	21.826.988	3,82

Em 30 de junho de 2022, os CTT são detentores de 5.707.722 ações próprias, com o valor nominal de 0,50 Euros, encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais.

Na reunião do Conselho de Administração da Sociedade realizada em 16 de março de 2022, foi deliberado por unanimidade a aprovação da implementação de um programa de recompra de ações próprias dos CTT (“Programa de Recompra”), incluindo os respetivos termos e condições, e de acordo, com os limites da deliberação no âmbito da Assembleia Geral de acionistas dos CTT, realizada no dia 21 de abril de 2022, ao abrigo da qual foi autorizada a aquisição e alienação de ações próprias pela Sociedade e sociedades dependentes, nos termos definidos pelo Conselho de Administração.

O objetivo único do Programa de Recompra é a redução do capital social dos CTT mediante extinção das ações próprias adquiridas no âmbito do programa, nos termos da proposta de redução de capital apresentada pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral Anual de 2021. A redução do capital social dos CTT a implementar para estes efeitos foi, desta forma, aprovada na Assembleia Geral dos CTT, realizada no dia 21 de Abril de 2022.

O número máximo de ações a adquirir no âmbito do Programa de Recompra será de 4.650.000 ações ordinárias dos CTT, representativas de até 3,1% do respetivo capital social e correspondente ao número máximo de ações que, nos termos da proposta de redução de capital apresentada por parte do Conselho de Administração à Assembleia Geral Anual de 2021 dos CTT e aprovada na mesma, serão extintas no contexto da redução de capital que constitui a finalidade do presente programa. O montante pecuniário máximo do Programa de Recompra será 18.000.000 Euros.

O Programa de Recompra durará até 18 de dezembro de 2022 e teve início a 17 de março de 2022, sem prejuízo de terminar em data anterior caso o número máximo de ações a adquirir ou o montante pecuniário máximo do Programa de Recompra sejam atingidos.

No contexto do programa de recompra de ações próprias à data de 30 de junho de 2022, a Sociedade já tinha adquirido 4.207.721 ações. Em consequência, a 30 de junho de 2022, a Sociedade detinha,

como resultado das operações de aquisição aqui indicadas, um total acumulado de 5.707.722 ações próprias, representativas de 3,81% do capital social, incluindo 1.500.001 ações próprias anteriormente adquiridas.

As ações próprias detidas pelos CTT, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas ações encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, a rubrica de “Reservas” apresentava o seguinte detalhe:

31.12.2021					
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	15.000.000	8	83.330	50.836.597	65.919.935
Aquisição de ações próprias	—	6.404.954	—	(6.404.954)	—
Justo valor de ativos	—	—	(56.584)	—	(56.584)
Plano de ações	—	—	—	1.215.000	1.215.000
Saldo final	15.000.000	6.404.963	26.746	45.646.642	67.078.351

30.06.2022					
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	15.000.000	6.404.963	26.746	45.646.642	67.078.351
Aquisição de ações próprias	—	15.422.025	—	(15.422.025)	—
Justo valor de ativos	—	—	(8.140)	—	(8.140)
Plano de ações	—	—	—	810.000	810.000
Saldo final	15.000.000	21.826.988	18.606	31.034.617	67.880.211

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva para ações próprias (CTT, S.A.)

Em 30 de junho de 2022, esta rubrica inclui o montante de 21.826.988 Euros relativos à reserva indisponível de igual valor ao preço de aquisição das ações próprias detidas.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, foi constituída uma reserva no montante de 810.000 Euros relacionada com o plano de ações, conforme descrito na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Resultados Transitados

No ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	31.12.2021	30.06.2022
Saldo inicial	39.962.419	43.904.074
Aplicação do resultado líquido do período anterior	16.669.309	38.404.113
Distribuição de dividendos (nota 16)	(12.750.000)	(17.656.441)
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	22.345	43.385
Saldo final	43.904.074	64.695.130

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha.

No ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, os movimentos ocorridos nesta rubrica do Grupo foram os seguintes:

	31.12.2021	30.06.2022
Saldo inicial	(47.600.236)	(43.998.612)
Ganhos/perdas atuariais (nota 19)	4.999.158	47.275.716
Impostos diferidos de ganhos/perdas atuariais (Nota 26)	(1.397.534)	(13.234.189)
Saldo final	(43.998.612)	(9.957.085)

16. Dividendos

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2020, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 21 de abril de 2021, a distribuição de dividendos no montante de 12.750.000 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,085 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, o qual ascendeu a 0,085 Euros.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2021, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 21 de abril de 2022, a distribuição de dividendos no montante de 17.820.000 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,12 Euros (montante que exclui o dividendo atribuível às ações próprias em carteira à data), referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, totalizando 343.559 Euros.

17. Resultados por ação

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022, os resultados por ação foram calculados como segue:

	30.06.2021	30.06.2022
Resultado líquido do período	17.186.714	14.549.183
N.º médio de ações ordinárias	149.800.684	148.627.657
Resultado líquido por ação:		
Básico	0,11	0,10
Diluído	0,11	0,10

O número médio de ações é analisado como segue:

	30.06.2021	30.06.2022
Ações emitidas no início do exercício	150.000.000	150.000.000
Efeito ações próprias	199.316	1.372.343
N.º médio de ações durante o período	149.800.684	148.627.657

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Em 30 de junho de 2022, o número de ações próprias em carteira é de 5.707.722, sendo o seu número médio no período findo em 30 de junho de 2022 de 1.372.343, refletindo o facto de terem ocorrido aquisições no referido período.

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, a rubrica de “Financiamentos obtidos” apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2021	30.06.2022
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	62.161.852	55.166.706
Passivos de locação	87.174.586	95.579.955
	149.336.438	150.746.661
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	22.169.000	21.984.031
Confirming	1.500.152	—
Passivos de locação	28.113.860	29.422.045
	51.783.012	51.406.076
	201.119.450	202.152.737

A 30 de junho de 2022, as taxas de juro aplicadas aos Empréstimos bancários encontravam-se entre 1,00% e 1,875% (31 de dezembro de 2021: 1,00% e 1,875%).

Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o detalhe dos empréstimos bancários era o seguinte:

	31.12.2021			30.06.2022		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Millennium BCP	12.673.148	8.054.480	1.100.926	12.512.037	8.017.989	993.519
BBVA / Bankinter	40.375.000	6.958.272	33.121.646	40.375.000	6.958.272	33.194.430
Novo Banco	35.000.000	7.029.645	27.939.280	28.000.000	7.007.770	20.978.757
Caixa Geral de depósitos	126.470	126.603	—	—	—	—
Banco Montepio	25.000.000	—	—	—	—	—
Bankinter Confirming	2.200.000	1.500.152	—	—	—	—
	115.374.618	23.669.152	62.161.852	80.887.037	21.984.031	55.166.706

Foi assinado no dia 27 setembro de 2017 um contrato de financiamento entre os CTT e os bancos BBVA e Bankinter pelo prazo inicial de 5 anos no montante total de 90 milhões de Euros, com a possibilidade de utilização dos fundos até setembro de 2018. Na sequência da não utilização de qualquer montante até à data mencionada, o contrato foi renegociado em 27 de setembro de 2018, tendo o montante global sido alterado para 75 milhões de Euros, mas mantendo-se o prazo de 1 ano para a utilização dos fundos. Com referência a 30 de junho de 2022, o montante utilizado, líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, correspondia a 40.152.702 Euros. O restante valor disponibilizado não foi, por decisão da Grupo, alvo de utilização.

Em 22 de abril de 2019 foi assinado um contrato de abertura de crédito simples entre os CTT e o Novo Banco pelo prazo de 60 meses, com 2 anos de carência, podendo ser prorrogado pelo período de 24 meses, pelo montante total de 35 milhões de Euros. Com referência a 30 de junho de 2022, os 35 milhões foram utilizados sendo apresentado na demonstração da posição financeira líquido de comissões e acrescidos do montante de juros a liquidar no período seguinte, no valor total de 27.986.527 Euros.

Foi assinado no dia 21 de maio de 2020 um Contrato de Colocação de Emissão Particular de Papel Comercial com o Banco Montepio no montante máximo de 25 milhões de Euros, com o prazo de 3 anos, renovável por igual período. Com referência a 31 de dezembro de 2021, não foi utilizado qualquer montante. Na sequência da não utilização do montante disponibilizado, o contrato foi descontinuado não se encontrando qualquer montante disponível a 30 de junho de 2022.

Os empréstimos bancários obtidos estão sujeitos ao cumprimento de *covenants* financeiros, nomeadamente cláusulas de *Cross default*, *Negative Pledge* e limites ao valor de Assets Disposal. Adicionalmente, os empréstimos obtidos exigem ainda o cumprimento de rácios de dívida financeira líquida sobre o EBITDA e autonomia financeira. O cumprimento dos *covenants* financeiros são monitorizados regularmente pelo Grupo, sendo o seu cumprimento aferido pelas contrapartes numa base anual com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro. A 31 de dezembro de 2021 o Grupo estava em situação de cumprimento dos *covenants* financeiros.

Passivos de Locação

O Grupo apresenta responsabilidades com locações cujos pagamentos futuros, não descontados e valores descontados apresentados na posição financeira, são detalhados como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Até 1 ano	30.860.141	33.049.847
Entre 1 ano e 5 anos	66.579.734	66.534.757
A mais de 5 anos	28.808.052	40.731.251
Total de passivos de locação não descontados	126.247.928	140.315.854
Corrente	28.113.860	29.422.045
Não corrente	87.174.586	95.579.955
Passivos de locação incluídos na posição financeira	115.288.445	125.002.000

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas detalham-se como segue:

	30.06.2021	30.06.2022
Juros dos passivos de locação (nota 25)	1.545.247	1.563.999
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de locação	1.024.331	1.026.154

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa detalham-se como segue:

	30.06.2021	30.06.2022
Total de pagamentos de locação	(15.159.693)	(16.597.114)

A movimentação ocorrida nos direitos de uso subjacentes a estes passivos de locação pode ser analisada na nota 4.

Reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento

A reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento com referência a 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, detalha-se como se segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Saldo inicial	206.866.753	201.119.450
Alteração do perímetro de consolidação	2.667.159	—
Movimentos sem cash	35.383.531	25.511.526
<i>Alterações de contratos</i>	26.291.146	24.543.704
<i>Juros IFRS 16</i>	3.066.925	1.563.999
<i>Outros</i>	6.025.460	(596.177)
Financiamentos obtidos:		
Entrada de cash	100.261.411	58.217.607
Saída de cash	(110.777.850)	(66.098.731)
Confirming:		
Entrada de cash	—	—
Saída de cash	(2.938.473)	—
Passivos de locação:		
Entrada de cash	—	—
Saída de cash	(30.343.081)	(16.597.115)
Saldo final	201.119.450	202.152.737

19. Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios a empregados referem-se a (i) benefícios pós-emprego – cuidados de saúde e plano de pensões, (ii) outros benefícios de longo prazo a empregados e (iii) outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais.

Para obtenção da estimativa das responsabilidades e do gasto a reconhecer em cada período, é anualmente elaborado estudo atuarial por entidade independente por benefício, com base no método denominado por “*Projected Unit Credit*”, e de acordo com pressupostos considerados apropriados e razoáveis, tendo sido elaborado um estudo atuarial a 31 de dezembro de 2021.

No entanto, considerando a variação relevante de um dos pressupostos financeiros da avaliação atuarial no decorrer do primeiro semestre de 2022, a taxa de desconto, essencialmente relacionada com a atual conjuntura económica, foi efetuada uma atualização do estudo atuarial elaborado com referência a 31 de dezembro de 2021 por entidade independente. Esta atualização considera a revisão da taxa de desconto, mantendo os restantes pressupostos constantes.

A taxa de desconto é estimada com base em taxas de juro de obrigações de dívida privada com qualidade de crédito elevada (“AA” ou equivalente) à data do balanço e com duração equiparável à das responsabilidades com cuidados de saúde.

A taxa de desconto é determinada em função da análise efetuada pelo Grupo à evolução da realidade macroeconómica e da constante necessidade de adequação dos pressupostos atuariais e financeiros a essa mesma realidade, razão pela qual se ajustou a taxa para 2,94% (1,42% em 31 de dezembro de 2021).

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o Grupo apresentou o seguinte movimento:

31.12.2021						
Grupo						
	Cuidados de saúde	Cuidados de saúde - SAMS	Plano de pensões	Outros benefícios de longo prazo empregados	Outros benefícios longo prazo aos órgãos sociais	Total
Saldo inicial	271.158.313	1.431.894	325.457	9.882.604	201.592	282.999.860
Movimento do período	(7.631.699)	35.987	(56.503)	6.338.404	209.837	(1.103.974)
Saldo final	263.526.615	1.467.881	268.954	16.221.007	411.429	281.895.886

30.06.2022						
Grupo						
	Cuidados de saúde	Cuidados de saúde - SAMS	Plano de pensões	Outros benefícios de longo prazo empregados	Outros benefícios longo prazo aos órgãos sociais	Total
Saldo inicial	263.526.615	1.467.881	268.954	16.221.007	411.429	281.895.886
Movimento do período	(48.496.191)	(411.885)	(35.911)	301.203	274.285	(48.368.499)
Saldo final	215.030.424	1.055.996	233.043	16.522.210	685.714	233.527.387

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios de longo prazo aos empregados” dizem essencialmente respeito ao benefício “Pensões por acidentes em serviço”, ao programa de “Suspensões de contratos de trabalho” e ao benefício “Prémios de Final de Carreira”.

As responsabilidades relativas à rubrica “Outros benefícios aos órgãos sociais” dizem respeito à remuneração variável de longo prazo atribuída aos membros executivos do Conselho de Administração.

O detalhe das responsabilidades do Grupo com benefícios a empregados atendendo à sua exigibilidade é como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Passivo não corrente	260.805.742	213.098.330
Passivo corrente	21.090.144	20.429.057
	281.895.886	233.527.387

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, os gastos com benefícios aos empregados reconhecidos na demonstração consolidada e individual dos resultados e o valor registado diretamente em “Outras variações do capital próprio”, foram os seguintes:

	31.12.2021	30.06.2022
Gastos do período		
Cuidados de saúde	7.481.517	3.940.000
Cuidados de saúde - SAMS	126.019	65.279
Plano de pensões	4.203	1.874
Outros benefícios de longo prazo aos empregados	9.499.035	1.152.317
Outros benefícios longo prazo aos órgãos sociais	209.837	274.285
	17.320.611	5.433.755
Outras variações no capital próprio		
Cuidados de saúde	(4.878.001)	(46.773.937)
Cuidados de saúde - SAMS	(88.952)	(476.623)
Plano de pensões	(32.205)	(25.156)
	(4.999.158)	(47.275.716)

Em 30 de junho de 2022, os ganhos/perdas atuariais refletem a revisão da taxa de desconto de 1,42% em 2021 para 2,94% em 2022.

Cuidados de saúde – Plano IOS e Apólice de Seguro

Os CTT são responsáveis pelo financiamento de ambos os planos de cuidados de saúde, aplicável a determinados empregados – Plano IOS e Apólice de Seguro.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o movimento ocorrido no valor presente da obrigação de benefícios definidos relativa aos planos de cuidados de saúde foi como segue:

	Total		Plano IOS		Apólice Seguro	
	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022
Saldo inicial	271.158.314	263.526.615	261.776.888	254.937.950	9.381.426	8.588.665
Gasto com o serviço do período	4.045.000	2.110.500	4.045.000	2.110.500	—	—
Gasto financeiro do período	3.447.000	1.829.500	3.328.000	1.770.000	119.000	59.500
Alteração do plano	(10.483)	—	95.250	—	(105.733)	—
Quotas dos aposentados	4.917.973	2.432.430	4.647.786	2.297.337	270.187	135.093
(Pagamento de benefícios)	(14.598.406)	(7.848.749)	(13.903.508)	(7.526.068)	(694.898)	(322.681)
(Outros gastos)	(554.781)	(245.935)	(531.582)	(235.872)	(23.199)	(10.063)
(Ganhos)/perdas atuariais	(4.878.001)	(46.773.937)	(4.519.884)	(45.425.795)	(358.117)	(1.348.142)
Saldo final	263.526.615	215.030.424	254.937.950	207.928.052	8.588.665	7.102.372

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	Total		Plano IOS		Apólice Seguro	
	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022	31.12.2021	30.06.2022
Gastos com pessoal/ benefícios aos empregados (Nota 24)	3.479.736	1.864.565	3.608.668	1.874.628	(128.932)	(10.063)
Outros gastos	554.781	245.935	531.582	235.872	23.199	10.063
Gastos com juros (Nota 25)	3.447.000	1.829.500	3.328.000	1.770.000	119.000	59.500
	7.481.517	3.940.000	7.468.250	3.880.500	13.267	59.500

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, relativamente ao Plano IOS, os (ganhos)/perdas atuariais no montante de (4.519.884) Euros e (45.425.795) Euros, respetivamente, foram registados no capital próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio” líquidos de impostos diferidos no montante de 1.268.568 Euros e 12.719.223 Euros em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, respetivamente.

Com referência a 30 de junho de 2022, relativamente ao plano IOS, o montante de (ganhos)/ perdas atuariais resulta do aumento da taxa de desconto de 1,42% para 2,94%.

No que se refere à Apólice de seguro, foi, em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, reconhecido em capital próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio” o montante de (358.117) Euros e (1.348.142) Euros, respetivamente, relativo a (ganhos)/perdas atuariais líquido de impostos diferidos no valor de e 100.273 Euros e 377.480 Euros, respetivamente.

Cuidados de saúde – SAMS

O Grupo é responsável pelo pagamento dos encargos com cuidados médicos a todos os trabalhadores da 321 Crédito, S.A. assim que passarem à situação de reforma, bem como os encargos com pensionistas de sobrevivência.

A prestação destes cuidados médicos é assegurada pelo Serviço de Assistência Médico Social (SAMS) cujos encargos pós reforma, para o associado, estão definidos na cláusula 92ª do ACT do setor bancário publicado no BTE n.º 38 de 2017 de 15 de outubro.

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o movimento das responsabilidades do Grupo com os Cuidados de Saúde SAMS, foi o seguinte:

	31.12.2021	30.06.2022
Saldo inicial	1.431.894	1.467.881
Gasto com o serviço do período	107.426	54.865
Gasto financeiro do período	18.593	10.414
(Pagamento de benefícios)	(1.080)	(540)
(Ganhos)/perdas atuariais	(88.952)	(476.623)
Saldo final	1.467.881	1.055.997

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	31.12.2021	30.06.2022
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 24)	107.426	54.865
Gastos com juros (Nota 25)	18.593	10.414
	126.019	65.279

Plano de Pensões

O Grupo assumiu o compromisso relativamente ao pagamento de prestações pecuniárias a título de complementos das pensões de reforma paga pela Segurança Social a um grupo fechado de colaboradores em situação de reforma da Transporta, empresa que foi incorporada na CTT Expresso durante 2019.

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o movimento das responsabilidades do **Grupo** com o Plano de Pensões, foi o seguinte:

	31.12.2021	30.06.2022
Saldo inicial	325.457	268.954
Gasto com o serviço do período	173	63
Gasto financeiro do período	4.030	1.812
(Pagamento de benefícios)	(28.501)	(12.630)
(Ganhos)/perdas atuariais	(32.205)	(25.156)
Saldo final	268.954	233.043

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	31.12.2021	30.06.2022
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 24)	173	63
Gastos com juros (Nota 25)	4.030	1.812
	4.203	1.875

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, foi reconhecido em capital próprio, na rubrica “Outras variações no capital próprio” o montante de (32.205) Euros e (25.156) Euros, respetivamente, relativo a (ganhos)/perdas atuariais líquido de impostos diferidos no valor de 7.230 Euros e 6.415 Euros, respetivamente.

Outros benefícios de longo prazo

O Grupo assumiu o compromisso relativamente ao pagamento de um “Prémio de carreira” na data da passagem à situação de reforma, por invalidez ou velhice, no valor igual a 1,5 vezes a retribuição mensal efetiva auferida naquela data assim como o pagamento de um capital designado por “Subsídio por morte resultante de acidente de trabalho” aos trabalhadores da 321 Crédito, S.A.. Ambos os benefícios são atribuídos ao abrigo do ACT do setor bancário publicado no BTE n.º 38 de 2017 de 15 de outubro, cláusulas 69ª e 72ª, respetivamente.

No período findo em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o movimento das responsabilidades do Grupo com Outros benefícios pós-emprego referentes a “Prémios de Final de Carreira” e “Subsídio por Morte resultante de Acidentes de Trabalho”, foi o seguinte:

	31.12.2021	30.06.2022
Prémios de Final de Carreira		
Saldo inicial	209.851	197.170
Gasto com o serviço do período	12.899	6.950
Gastos financeiros do período	2.544	1.387
(Pagamento de benefícios)	—	—
(Ganhos)/perdas atuariais	(28.124)	(34.950)
Saldo final	197.170	170.557
Subsídio por Morte resultante de Acidentes de Trabalho		
Saldo inicial	6.797	6.829
Gasto com o serviço do período	712	399
Gasto financeiro do período	84	46
(Pagamento de benefícios)	—	—
(Ganhos)/perdas atuariais	(764)	(669)
Saldo final	6.829	6.605
Total	203.999	177.162

O total de gastos do período encontra-se reconhecido da seguinte forma:

	31.12.2021	30.06.2022
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 24)		
Prémios de Final de Carreira	(15.225)	(28.000)
Subsídio por Morte resultante de Acidentes de Trabalho	(52)	(270)
	(15.277)	(28.270)
Gasto financeiro do período (Nota 25)		
	2.628	1.433
	(12.649)	(26.837)

Adicionalmente, o Grupo tem, em determinadas situações, responsabilidades com o pagamento de salários em situações de “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho”, com o pagamento da “Taxa de assinatura de telefone”, com “Pensões por acidentes de serviço” e com “Subsídio mensal vitalício”.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o movimento das responsabilidades do Grupo com outros benefícios aos empregados de longo prazo, apresentado na tabela abaixo foi o seguinte:

	31.12.2021	30.06.2022
Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho		
Saldo inicial	2.754.747	9.493.686
Gastos financeiros do período	27.227	78.097
Responsabilidades relativas a novos beneficiários	8.550.491	2.017.472
Transferências - Provisões (Nota 20)	—	1.250.000
(Pagamento de benefícios)	(2.658.170)	(1.910.075)
(Ganhos)/perdas atuariais	819.390	(115.229)
Saldo final	9.493.686	10.813.951
Taxa assinatura de telefone		
Saldo inicial	414.119	383.961
Gasto financeiro do período	5.076	2.561
(Pagamento de benefícios)	(43.865)	(19.740)
(Ganhos)/perdas atuariais	8.631	(29.749)
Saldo final	383.961	337.033
Acidentes em serviço		
Saldo inicial	6.458.399	6.113.602
Gasto financeiro do período	81.216	41.904
(Pagamento de benefícios)	(447.405)	(165.914)
(Ganhos)/perdas atuariais	21.392	(815.815)
Saldo final	6.113.602	5.173.777
Subsídio mensal vitalício		
Saldo inicial	38.691	25.760
Gasto financeiro do período	419	137
Corte	—	—
(Pagamento de benefícios)	(11.191)	(5.385)
(Ganhos)/perdas atuariais	(2.159)	(222)
Saldo final	25.760	20.290
Total	16.017.008	16.345.051

Com referência a 30 de junho de 2022, a rubrica referente a “Transferências - Provisões” respeita à transferência de um montante da rubrica de “Provisões”, derivado dos novos acordos realizados em 2022, conforme explicado na nota 20.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, a composição do gasto com outros benefícios de longo prazo, foi como segue:

Grupo	31.12.2021	30.06.2022
Gastos com pessoal/benefícios aos empregados (Nota 24)		
Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho	1.369.881	1.902.243
Taxa assinatura de telefone	8.631	(29.749)
Acidentes em serviço	21.392	(815.815)
Subsídio mensal vitalício	(2.159)	(222)
Acordos de Suspensão ou Pré-Reforma (Nota 20)	8.000.000	—
	9.397.745	1.056.457
Gasto financeiro do período (Nota 25)	113.938	122.698
	9.511.684	1.179.155

As responsabilidades relativas a novos beneficiários no período findo em 30 de junho de 2022, no benefício “Suspensão de contratos, recolocação e libertação de postos de trabalho” ocorrem no âmbito do processo de otimização de recursos humanos já referido, na sequência de acordos de suspensão de contratos de trabalho entretanto celebrados.

Com referencia 31 de dezembro de 2021, o valor referente a Acordos de Suspensão ou Pré-Reforma no montante de 8.000.000 Euros, encontra-se explicado, detalhadamente, na nota 20 - Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes e compromissos e na nota 24 - Gastos com Pessoal.

Outros benefícios de longo prazo aos órgãos sociais

Na Assembleia Geral realizada a 21 de abril de 2021, foi aprovado um novo Regulamento de Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2020-2022, que substitui o regulamento em vigor àquela data. Este regulamento altera os pressupostos de atribuição da Remuneração variável anual (RVA), e altera a forma de remuneração variável de longo prazo (RVLP) para um mecanismo de “stock options”.

As principais características do plano e os impactos contabilísticos encontram-se detalhadamente explicados na nota 24 - Gastos com pessoal.

20. Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes e compromissos

Provisões

No ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, para fazer face aos processos judiciais e a outras obrigações presentes decorrentes de acontecimentos passados o Grupo constituiu “Provisões” que apresentaram o seguinte movimento:

	31/12/2021						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Regularizações	Saldo final
Provisões não correntes							
Processos judiciais em curso	3.003.416	1.254.601	(1.383.155)	(90.046)	49.983	—	2.834.799
Reestruturação	1.083.347	—	(964.524)	(123.823)	—	5.000	—
Outras provisões	10.402.877	686.564	(3.623.942)	(83.435)	(67.983)	—	7.314.082
Provisão para compromissos	—	211.465	(67.125)	—	169.822	—	314.163
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões)	14.489.641	2.152.630	(6.038.746)	(297.304)	151.822	5.000	10.463.043
Reestruturação	163.800	9.341.409	(13.145)	(36.328)	(8.000.000)	—	1.455.737
Outras provisões	2.762.913	41.951	—	(44.123)	—	—	2.760.741
	17.416.354	11.535.990	(6.051.891)	(377.755)	(7.848.178)	5.000	14.679.520

30.06.2022

	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Regularizações	Saldo final
Provisões não correntes							
Processos judiciais em curso	2.834.799	858.930	(756.935)	(92.761)	213.598	—	3.057.631
Contratos onerosos	—	453.598	—	(99.851)	—	—	353.747
Outras provisões	7.314.082	1.340.311	(785.589)	(91.556)	(213.598)	—	7.563.650
Provisão para compromissos	314.163	30.111	(53.079)	—	—	—	291.195
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões)	10.463.044	2.682.950	(1.595.603)	(284.168)	—	—	11.266.223
Reestruturação	1.455.737	55.993	(50.000)	—	(1.250.000)	(102.344)	109.386
Outras provisões	2.760.741	240.122	—	—	—	—	3.000.863
	14.679.522	2.979.065	(1.645.603)	(284.168)	(1.250.000)	(102.344)	14.376.468

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na Demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de "Provisões (aumentos)/reversões", no montante de (3.886.116) Euros em 31 de dezembro de 2021 e 1.087.346 Euros em 30 de junho de 2022.

Uma provisão deve apenas ser usada para os dispêndios relativos aos quais a provisão foi originalmente reconhecida, pelo que o Grupo efetua a reversão das provisões quando deixa de ser provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros para liquidar a obrigação.

Processos judiciais

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o Grupo, estimadas com base em informações dos seus advogados bem como no término dos referidos processos. O valor final e o momento da ocorrência dos exfluxos associados à provisão para processos judiciais está dependente do desfecho dos respetivos processos.

A reversão da provisão constituída para processos judiciais em curso no valor de 1.383.155 Euros em 31 de dezembro de 2021 e 756.935 Euros em 30 de junho de 2022, resulta, essencialmente, de processos cuja decisão, da qual se tomou conhecimento no decurso de 2021 ou 2022, respetivamente, se revelou favorável ao **Grupo**, ou, não tendo sido favorável, resultou na condenação ao pagamento de valores que se revelaram inferiores aos valores estimados (e refletidos nesta rubrica de provisão).

Contratos onerosos

A provisão para contratos onerosos destina-se a fazer face a contratos em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações dos contratos excedem os benefícios económicos que se esperam que sejam recebidos ao abrigo dos mesmos, totalizado a 30 de junho de 2022 o montante de 353.747 Euros.

Outras provisões

No período findo em 30 de junho de 2022, o montante provisionado para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídos nos processos judiciais em curso, relativos a diferenças retributivas que possam ser exigidas pelos trabalhadores, ascende nesta data a 3.780.356 Euros (3.916.051 Euros em 31 de dezembro de 2021). O valor da provisão corresponde à melhor estimativa do **Grupo** para o exfluxo.

Em 30 de junho de 2022, encontra-se reconhecida na CTT Expresso, sucursal em Espanha uma provisão para fazer face à notificação emitida pela *Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia*. O mesmo teve origem durante o ano de 2016, com base em alegada atuação contrária ao artigo 1.º da Lei n.º 15/2017 (“Lei sobre Defesa da Concorrência”) e ao artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (“TFUE”). Esta notificação ascende ao montante de 3.148.845 Euros e foi já alvo da apresentação de recurso junto da Audiência Nacional em Espanha. Neste âmbito, a Tourline (atualmente designada CTT Expresso, sucursal em Espanha) apresentou pedido formal para suspensão de aplicação da medida coerciva, tendo aquele pedido sido aceite mediante a condição de apresentação de garantia – procedimento que foi devida e atempadamente adotado pela Tourline. O montante provisionado, que ascende a 1.400.000 Euros, resulta da avaliação efetuada pelos seus consultores legais, estando o Grupo a aguardar o desfecho do processo e não sendo possível antecipar um prazo para resolução.

O montante provisionado na 321 Crédito, S.A. que ascende a 885.036 Euros a 30 de junho de 2022 (741.641 Euros em 31 de dezembro de 2021) resulta, essencialmente, da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais e outros processos.

A 30 de junho de 2022, para além das situações acima referidas, esta provisão inclui ainda:

- o montante de 537.510 Euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local;
- o valor de 664.872 Euros, que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de montantes contingentes a liquidar a terceiros no âmbito de contratos celebrados;
- o montante de 309.007 Euros relativos à responsabilidade, reconhecida na empresa CTT Expresso, com um processo do foro laboral;
- o valor de 2.130.036 Euros, para cobertura de gastos de acondicionamento de viaturas operacionais;
- o valor de compromissos por garantias prestadas a terceiros para cobertura de concursos promocionais no montante de 552.835 Euros.

Provisão para compromissos

As Provisões para compromissos referem-se a provisões para crédito indireto, totalizando no período findo a 30 de junho de 2022 o montante de 291.195 Euros (31 de dezembro de 2021: 314.163 Euros).

Reestruturações

Em junho de 2021, os CTT aprovaram um novo programa de otimização de RH tendo em conta a necessidade de otimização das equipas. Este programa contemplou o lançamento de um Programa de Saídas Voluntárias com base em celebração de Acordos de Suspensão ou de Pré-Reformas. A 31 de dezembro de 2021, foi constituída uma provisão no montante de 9.341.409 Euros tendo sido reconhecida na rubrica Gastos com o pessoal na demonstração dos resultados por natureza. Ainda em 31 de dezembro de 2021, na sequência dos acordos realizados até esta data foi efetuada a transferência do montante de 8.000.000 Euros para a rubrica de Benefícios aos empregados na demonstração da posição financeira. A 30 de junho de 2022 na sequência de novos acordos realizados em 2022 foi efetuada a transferência do montante de 1.250.000 Euros para a rubrica de Benefícios aos empregados na demonstração da posição financeira.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o Grupo tinha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

	31.12.2021	30.06.2022
Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e CNMC - Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia - Espanha	3.148.845	3.148.845
Autoridade Tributária e Aduaneira	2.917.205	2.917.205
PLANINOVA - Soc. Imobiliária, S.A.	2.033.582	2.033.582
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	1.792.886	1.792.886
Fidelidade, Multicare, Cares - (Glintt BPO)	1.022.834	1.022.834
MARATHON- Fundo de Investimento fechado	432.000	810.435
O Feliz - Imobiliária	369.932	801.932
AMBIMOBILIÁRIA- ~Investimentos e negócios, S.A.	480.000	480.000
Tribunais	339.230	339.230
EUROGOLD	—	318.299
CIVILRIA	224.305	224.305
Transportes Bernardos Marques, S.A.	220.320	220.320
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	150.000	150.000
Via Direta	150.000	150.000
Autarquias	118.658	118.658
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres	68.895	68.895
INCM - Imprensa Nacional da Casa da Moeda	85.056	68.386
ANA - Aeroportos de Portugal	34.000	34.000
GNB Companhia de seguros vida SA	25.000	25.000
Águas do Norte	23.804	23.804
Instituto de Gestão Financeira Segurança Social	21.557	21.557
EMEL, S.A.	19.384	19.384
Serviços Intermunicipalizados Loures e Odivelas	17.000	17.000
Direção Geral do Tesouro e Finanças	16.867	16.867
Portugal Telecom, S.A.	16.658	16.658
REFER	16.460	16.460
Outras Entidades	16.144	16.144
SMAS de Sintra	15.889	15.889
Repsol	15.000	15.000
DOLCE VITA TEJO	13.832	13.832
Lagos em Forma - Gestão desportiva, E.M., SA	11.000	11.000
Águas do Porto, E.M	10.720	10.720
ADRA - Águas da Região de Aveiro	10.475	10.475
SMAS Torres Vedras	9.910	9.910
ACT Autoridade Condições Trabalho	9.160	9.160
Consejería Salud	4.116	4.116
Instituto do Emprego e Formação Profissional	3.719	3.719
EMARP - Empresa de Águas e Resíduos de Portimão	3.100	—
	13.867.543	14.976.507

Garantias contratos de arrendamentos:

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, foram prestadas garantias bancárias *on first demand*. Estas garantias atingem, em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o montante de 3.826.468 Euros.

Os CTT prestaram uma garantia bancária, por conta da CTT Expresso, sucursal em Espanha, à Sexta Secção do Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e à Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia espanhola no valor de 3.148.845 Euros, enquanto decorre o recurso apresentado pela CTT Expresso, sucursal em Espanha junto da Audiência Nacional em Espanha.

Compromissos

A 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, o Grupo subscreveu livranças que totalizaram um valor aproximado de 41,9 mil Euros e 45,7 mil Euros, respetivamente, a favor de diversas entidades de crédito destinadas ao bom cumprimento dos respetivos contratos de financiamento.

O **Grupo** contratou seguros de caução no montante global de 4.393.691 Euros (31 de dezembro de 2021: 4.226.910 Euros), com o objetivo de garantir o bom cumprimento de obrigações contratuais assumidas com terceiros. Adicionalmente, o **Grupo** assumiu ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas no âmbito de outros contratos de locação.

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis encontram-se detalhadas, respetivamente nas Notas 4 e 5.

21. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, a rubrica “Contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021	30.06.2022
Corrente		
Adiantamento de clientes	2.368.197	2.352.894
Vales CNP	51.157.113	102.093.380
Fornecedores c/c	88.144.917	91.055.300
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	12.256.372	10.538.271
Fornecedores de investimentos	7.008.092	2.794.688
Faturas em receção e conferência (investimentos)	6.300.825	3.145.028
Valores cobrados por conta de Terceiros	8.911.160	8.085.794
Serviços financeiros postais	156.371.620	96.773.537
Cauções	594.183	625.829
Cobranças	2.200.392	11.102.881
Indemnizações	881.108	1.159.929
Operadores postais - valores a liquidar	1.586.135	472.580
Valores a regularizar a terceiros	1.919.132	1.038.687
Valores a regularizar das lojas	495.269	586.106
Outras contas a pagar	10.109.816	9.975.800
	350.304.331	341.800.704

Vales CNP

O valor de “Vales CNP” refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período. O aumento verificado em 30 de junho de 2022 prende-se com o pagamento do subsídio de férias que ocorre neste período.

Serviços financeiros postais

Esta rubrica regista essencialmente os valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro/tesouro e outros vales, cuja data de liquidação deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

O decréscimo verificado fica a dever-se, essencialmente, à redução observada nos montantes de relativos a certificados do tesouro, bem como aos valores cobrados relativos a impostos, uma vez que no ano de 2021 ocorreu uma flexibilização do calendário fiscal por parte da autoridade tributária, o que permitiu que a entrega do imposto relativo às declarações periódicas de IVA do mês de dezembro de

2021, para o regime mensal, pudesse ser efetuada até 30 de dezembro, o que originou saldos a entregar, temporariamente, mais elevados.

22. Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, a rubrica “Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2021	30.06.2022
Depósitos à ordem	1.485.969.930	1.610.321.747
Depósitos a prazo	223.067.357	201.622.269
Depósitos de poupança	412.474.058	431.856.237
	2.121.511.345	2.243.800.254

Os montantes acima referidos respeitam a depósitos de clientes do Banco CTT. Os depósitos de poupança são depósitos associados às contas à ordem e que permitem ao cliente obter uma remuneração acima daquela que é praticada pelos depósitos à ordem, sendo mobilizável a qualquer altura, não tendo limite de subscrição, e sendo possível fazer agendamentos de transferências de e para esta conta. Estes depósitos são distintos dos depósitos a prazo na medida em que estes têm data definida de constituição e maturidade, ao passo que as contas poupança são totalmente mobilizáveis sem penalização na remuneração.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2022 a taxa média de remuneração dos recursos de clientes foi de 0,02% (31 de dezembro de 2021: 0,02%).

O escalonamento por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, detalha-se como segue:

	31.12.2021					
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Depósitos à ordem e de poupança	1.898.443.987	—	—	—	—	1.898.443.987
Depósitos a prazo	—	106.310.120	116.757.237	—	—	223.067.357
	1.898.443.987	106.310.120	116.757.237	—	—	2.121.511.345

	30.06.2022					
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Depósitos à ordem e de poupança	2.042.177.985	—	—	—	—	2.042.177.985
Depósitos a prazo	—	100.463.369	101.158.901	—	—	201.622.269
	2.042.177.985	100.463.369	101.158.901	—	—	2.243.800.254

23. Imposto a receber/pagar

Em 30 de junho de 2022, esta rubrica reflete o valor da estimativa de imposto referente ao período de seis meses findos em 30 de junho de 2022.

24. Gastos com o pessoal

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022, a rubrica de “Gastos com o pessoal” tinha a seguinte composição:

	30.06.2021	30.06.2022
Remunerações	139.582.569	139.234.377
Benefícios aos empregados	2.146.704	4.121.720
Indemnizações	8.405.619	862.657
Encargos sobre remunerações	29.797.412	29.769.283
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	2.058.571	1.962.123
Gastos de ação social	3.412.808	4.066.165
Outros gastos com o pessoal	89.105	57.910
	185.492.788	180.074.236

Remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A.

Nos períodos seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais dos CTT, SA, foram as seguintes:

	30.06.2021				
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	Total
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	1.237.427	67.500	9.900	14.000	1.328.827
Remuneração variável anual	—	—	—	—	—
	1.237.427	67.500	9.900	14.000	1.328.827
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	102.567	—	—	—	102.567
Remuneração variável Longo prazo	98.408	—	—	—	98.408
	200.975	—	—	—	200.975
	1.438.402	67.500	9.900	14.000	1.529.802

	30.06.2022				
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	Total
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	1.296.590	79.286	9.900	14.000	1.399.776
Remuneração variável anual	—	—	—	—	—
	1.296.590	79.286	9.900	14.000	1.399.776
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	98.850	—	—	—	98.850
Remuneração variável Longo prazo	724.286	—	—	—	724.286
	823.136	—	—	—	823.136
	2.119.726	79.286	9.900	14.000	2.222.912

Remuneração variável de longo prazo

Na Assembleia Geral realizada a 21 de abril de 2021, foi aprovado um novo Regulamento de Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2020-2022, que substitui o regulamento em vigor àquela data. Este regulamento altera os pressupostos de atribuição da Remuneração variável anual (RVA), e altera a forma de remuneração variável de longo prazo (RVPL) para um mecanismo de “stock options”.

De forma semelhante, o Conselho de Administração colocou em prática um programa de atribuição de opções sobre ações da Sociedade destinada a quadros dirigentes dos CTT, nos mesmos moldes do programa aprovado para os membros dos órgãos sociais.

A RVLP sob a forma de participação em plano de opções sobre ações dos CTT, depende igualmente do desempenho da Sociedade e visa um alinhamento de interesses com esse desempenho numa perspetiva de longo prazo, na medida que:

- a. O plano fixa o número de opções atribuídas a exercer pelos participantes do Plano (diferenciado entre CEO, CFO, restantes Administradores Executivos e Quadros Dirigentes), conforme se detalha:

Tranche	Número de opções por participantes			Strike Price
	CEO	CFO	Restantes administradores executivos	
1	700.000	400.000	300.000	3,00 €
2	700.000	400.000	300.000	5,00 €
3	700.000	400.000	300.000	7,50 €
4	700.000	400.000	300.000	10,00 €
5	700.000	400.000	300.000	12,50 €

- b. Atribuição, igualmente por via do Plano, de 5 tranches de opções que se distinguem apenas pelo seu preço de exercício ou *strike price* diferente;
- c. O número de ações a receber depende da diferença entre o *strike price* e o preço da ação, ou seja, a média de preços, ponderada pelo volume de negociação, das transações sobre ações da Sociedade realizadas no mercado regulamentado Euronext Lisbon, nas sessões realizadas nos 45 dias anteriores à data de exercício (1 de janeiro de 2023);
- d. A RVLP atribuída ao abrigo do plano está sujeita à evolução positiva da cotação e ao desempenho positivo da Sociedade e a condições de elegibilidade relacionadas com a não verificação das situações que dão lugar à aplicação dos mecanismos de ajustamento nem de incumprimentos materiais dos termos do plano;
- e. O plano prevê ainda mecanismos de diferimento e retenção que resultam da combinação de dois aspetos: (i) diferimento da data do exercício de todas as opções (1 de janeiro de 2023, atendendo ao final do mandato de 3 anos 2020/2022); e (ii) estabelecimento de um período de retenção pela Sociedade de parte das ações atribuídas (ao longo do período entre a data do exercício e o quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes a 2024 em assembleia geral anual a ter lugar em 2025, ou a 31 de maio de 2025, consoante o que ocorrer posteriormente).
- f. O Plano dos membros dos órgãos sociais prevê, em regra, a liquidação financeira de 25% (net cash settlement) e a liquidação física de 75% (net share settlement) das opções, sem prejuízo de, a título excecional e num cenário de o número de ações próprias detidas pelos CTT não ser suficiente, o Plano prevê que a Comissão de Vencimentos estabeleça um mecanismo de compensação por via da atribuição de quantia em numerário e liquidação

financeira das opções cuja liquidação física não seja possível. O plano dos quadros dirigentes dos CTT prevê a liquidação física de 100% das opções.

A determinação do justo valor das opções atribuídas, foi efetuada através de estudo realizado por entidade independente na data de atribuição do benefício. O modelo utilizado para a valorização do plano de ações foi o modelo de simulação Monte Carlo.

O montante relativo ao plano de ações reconhecido a 31 de dezembro de 2021, ascendeu a 1.626.429 Euros, estando a componente de liquidação financeira, reconhecida na rubrica "Benefícios aos empregados" de longo prazo, no montante de 411.431 Euros e a componente de liquidação em instrumentos reconhecida na rubrica "outras reservas", no montante de 1.215.000 Euros. No período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, o montante reconhecido em gastos com pessoal ascendeu a 1.084.286 Euros, dos quais 274.286 Euros corresponde à componente de liquidação financeira e 810.000 Euros corresponde à componente de liquidação em instrumentos.

Na sequência do cálculo realizado, por entidade independente em 31 de dezembro de 2021, foi apurado por referência ao Regulamento de Remunerações, um montante de 1.447.419 Euros a título de estimativa de Remuneração variável anual para os membros dos Órgãos Sociais. Com referência a 30 de junho de 2022, foi efetuado o apuramento do montante final a liquidar, tendo já sido liquidado 50% do montante, conforme estipulado no Regulamento de Remunerações.

No período de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022 estão incluídos na rubrica "Gastos com o pessoal", os montantes de 250.197 Euros e 78.006 Euros relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

No período findo em 30 de junho de 2022, o nº médio de pessoal ao serviço do Grupo era de 12.613 (12.113 colaboradores no período findo em 30 de junho de 2021).

25. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022, a rubrica referente a "Gastos e perdas financeiros" tinha o seguinte detalhe:

	30.06.2021	30.06.2022
Juros suportados		
Financiamentos bancários	886.913	785.786
Passivos de locação	1.545.247	1.563.999
Outros juros	—	65.478
Gastos financeiros - Benefícios de empregados	1.785.486	1.965.856
Outros gastos de financiamento	56.307	181.569
	4.273.952	4.562.688

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022, a rubrica "Rendimentos financeiros" encontrava-se detalhada como se segue:

	30.06.2021	30.06.2022
Juros obtidos	7.841	12.679
Outros rendimentos similares	18.442	—
	26.282	12.679

26. Impostos sobre o rendimento

As empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, à qual acresce a Derrama Municipal, fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama Estadual que corresponde a 3% do excedente do lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros, 5% do excedente entre 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 9% no montante que exceda os 35.000.000 Euros. A CTT – Expresso, S.A., sucursal em Espanha encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em Espanha, em sede de Impuesto sobre Sociedades (“IS”) à taxa de 25%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (“IRPC”) à taxa de 32%.

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas CTT – Expresso, S.A., Payshop Portugal, S.A., CTT Contacto, S.A., Banco CTT, S.A., 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e CTT Soluções Empresariais, S.A., em resultado da opção pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As restantes empresas participadas são tributadas individualmente. As entidades 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e CTT Soluções Empresariais, S.A. integraram o RETGS no exercício económico anterior. A entidade CTT IMO – Sociedade Imobiliária, S.A. integrou o RETGS neste exercício económico.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, foi efetuada como segue:

	30.06.2021	30.06.2022
Resultado antes de impostos (a)	25.660.221	14.999.614
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	5.388.646	3.149.919
Benefícios fiscais	(138.593)	(159.776)
Mais/(menos)-valias contabilísticas	(8.073)	(2.154)
Mais/(menos)-valias fiscais	4.033	1.075
Equivalência patrimonial	231.581	—
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	25.843	72.202
Perdas e reversões por imparidade	65.192	101.502
Indemnizações por eventos seguráveis	73.751	124.363
Depreciações e encargos com aluguer de viaturas	12.973	12.564
Créditos incobráveis	13.152	33.927
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos	8.964	2.892
Outras situações, líquidas	409.755	(387.801)
Ajustamentos à coleta - Tributação autónoma	424.114	276.647
Crédito fiscal SIFIDE	(216.176)	(2.154.501)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	825.000	(76.845)
Subtotal (b)	7.120.162	994.015
(b)/(a)	27,75%	6,63%
Ajustamentos à coleta - Derrama Municipal	404.490	224.126
Ajustamentos à coleta - Derrama Estadual	880.181	281.187
Imposto sobre o rendimento do período	8.404.833	1.499.328
Taxa efetiva de imposto	32,75%	10,00%
Imposto sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	8.268.159	2.223.213
Imposto diferido	(472.149)	1.507.460
Crédito fiscal SIFIDE	(216.176)	(2.154.501)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	825.000	(76.845)
	8.404.833	1.499.328

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a rubrica “Crédito Fiscal SIFIDE” refere-se ao reembolso de SIFIDE respeitante ao ano de 2018. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2022, a rubrica “Crédito Fiscal SIFIDE” refere-se ao crédito fiscal de SIFIDE respeitante ao ano de 2021 (1.528.260 Euros), sendo o remanescente respeitante ao Banco CTT para os anos de 2020 e 2021.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 30 de junho de 2022, os saldos referentes a impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	31.12.2021	30.06.2022
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	73.832.987	60.122.983
Benefícios aos empregados - plano pensões	68.583	53.011
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	4.208.731	4.580.822
Perdas por imparidade e provisões	4.139.032	3.833.047
Prejuízos fiscais reportáveis	2.078.911	2.079.988
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	481.187	529.025
Remuneração variável de longo prazo (CE)	455.400	964.646
Terrenos e edifícios	343.652	343.652
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	1.282.862	1.122.504
Outros	363.742	690.547
	87.255.087	74.320.224
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização antes IFRS	1.684.213	1.548.732
Mais-valias suspensas	658.042	2.667.280
Ativos não correntes detidos para venda	42.718	—
Movimentos PPA - NewSpring Services	—	437.817
Outros	42.540	102.216
	2.427.513	4.756.045

O ativo por imposto diferido relativo ao regime de reavaliação fiscal de ativos fixos tangíveis foi reconhecido na sequência da adesão da Empresa ao regime previsto Decreto-Lei n.º 66/2016 de 3 de novembro. No período findo em 30 de junho de 2022 o montante ascende a 1.548.732 Euros.

O aumento verificado na rubrica “Outros” respeita essencialmente ao imposto diferido associado à rubrica “resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados”, cujo montante no período corrente resultou no reconhecimento do respetivo imposto diferido.

A 30 de junho de 2022 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no ano corrente sejam de 3,2 milhões de Euros e 0,4 milhões de Euros, respetivamente.

No ano findo em 31 de dezembro de 2021 e no período de seis meses findos em 30 de junho de 2022, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos foi o seguinte:

	31.12.2021	30.06.2022
Ativos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	87.891.869	87.255.087
Movimentos do período - efeitos em resultados		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(745.695)	(475.816)
Benefícios aos empregados - plano pensões	3.037	(15.572)
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	1.022.295	372.091
Perdas por imparidade e provisões	(797.419)	(305.984)
Prejuízos fiscais reportáveis	1.291.917	1.077
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	72.431	47.838
Plano de ações	401.422	509.246
Terrenos e edifícios	(12.118)	(160.358)
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	(320.715)	—
Outros	(154.405)	326.805
Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(1.390.302)	(13.227.774)
Benefícios aos empregados - plano pensões	(7.230)	(6.417)
Saldo final	87.255.087	74.320.224

	31.12.2021	30.06.2022
Passivos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	2.793.698	2.427.513
Movimentos do período - efeito em resultados		
Excedentes de revalorização antes IFRS	(270.958)	(135.481)
Mais-valias suspensas	(26.149)	2.004.626
Ativos não correntes detidos para venda	(40.292)	(42.718)
Outros	16.344	(19.640)
Efeito em capitais próprios		
Reserva de justo valor	(13.384)	—
Outros	(31.746)	(267)
Outros		
Movimentos PPA - NewSpring Services	—	522.013
Saldo final	2.427.513	4.756.046

Os prejuízos fiscais estão relacionados com as perdas apuradas pelas subsidiárias Tourline e Transporta, que foram objeto de fusão por incorporação na CTT – Expresso, S.A. em 2019, e detalham-se como segue:

	31.12.2021		30.06.2022	
	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos
CTT Expresso, SA, Sucursal em Espanha	75.434.282	—	77.049.104	—
CTT Expresso/Transporta	13.747.683	2.075.283	13.322.364	2.069.097
Total	89.181.965	2.075.283	90.371.468	2.069.097

No caso da CTT Expresso, sucursal em Espanha (anterior Tourline), os prejuízos fiscais referem-se aos anos de 2008, 2009 e 2011 que podem ser reportados nos 15 anos seguintes (disponíveis para reporte até 2023, 2024 e 2026, respetivamente), aos prejuízos fiscais de 2012, 2013 e 2014 que podem ser reportados nos 18 anos seguintes (disponíveis para reporte até 2030, 2031 e 2032, respetivamente) e aos prejuízos fiscais de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021 sem limite temporal para o seu reporte. Não foram reconhecidos quaisquer ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais da CTT Expresso, sucursal em Espanha dado o seu histórico de perdas.

No que respeita à CTT Expresso/ Transporta, os prejuízos apresentados referem-se às perdas dos anos de 2014 e 2015 e de 2017 e 2018 da Transporta uma vez que em 2019 esta empresa foi incorporada na CTT Expresso, as quais podem ser reportadas nos próximos 14 anos (anteriormente 12 anos, mas alargados para 14 anos no âmbito de medidas excecionais aprovadas para fazer face a consequências adversas originadas pela Pandemia de COVID), para os anos de 2014 e 2015 e 7 anos (anteriormente 5 anos, mas alargados para 7 anos no âmbito de medidas excecionais aprovadas para fazer face a consequências adversas originadas pela Pandemia de COVID) para os anos de 2017 e 2018. O reconhecimento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais da Transporta encontra-se suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros da CTT Expresso, baseada no plano de negócios da empresa a 8 anos (i.e., até 2029).

De referir que, na sequência da aquisição da Transporta, foi apresentado um pedido de manutenção dos prejuízos fiscais que haviam sido apurados com referência aos períodos de 2014 e 2015 (nos montantes de 4.536.810 Euros e 3.068.088 Euros, disponíveis para reporte até 2028 e 2029, respetivamente), relativamente aos quais foi obtida resposta favorável da Autoridade Tributária e Aduaneira durante 2021.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 2,37 milhões de Euros.

SIFIDE

Até 2021 o Grupo procedia ao reconhecimento do crédito fiscal relativo ao SIFIDE a efetiva receção da declaração da comissão certificadora da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

Atualmente, e considerando o histórico associado a esta realidade, o Grupo passou a reconhecer no período a que dizem respeito os investimentos, uma estimativa do crédito fiscal que foi submetido para certificação pela autoridade competente (ANI – Agência Nacional de Inovação).

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2019, no decurso do período de 2021 foi atribuído pela Comissão Certificadora, um crédito fiscal de 753.235 Euros.

No que se refere às despesas incorridas com I&D no exercício económico de 2020, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante aproximado de 5.304.741 Euros, tendo o Grupo a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de IRC estimada em 3.850.195 Euros. No decurso dos primeiros seis meses deste ano foi atribuído pela Comissão Certificadora, relativamente ao exercício económico de 2020, um crédito fiscal de 310.239 Euros, encontrando-se o Grupo a aguardar a receção das declarações relativas ao restante montante.

Relativamente às despesas incorridas com I&D pelo Grupo no exercício económico de 2021, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante de 6.474.190 Euros, tendo o Grupo a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de IRC estimada em 3.816.703 Euros.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos CTT de 2018 e seguintes podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2022.

27. Partes relacionadas

O Regulamento sobre Avaliação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente, administrador de sociedades subsidiárias ou terceiro com qualquer destes relacionado através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos do IAS 24) e ainda sociedades subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (*joint ventures*) dos CTT. Considera-se existir um “interesse comercial ou pessoal relevante” em relação (i) aos familiares próximos dos dirigentes, dos administradores de sociedades subsidiárias e de acionistas qualificados que, em cada momento, detenham influência significativa sobre os CTT, bem como (ii) a entidades controladas (individual ou conjuntamente) seja pelos dirigentes ou administradores de sociedades subsidiárias, seja pelos acionistas qualificados seja pelas pessoas referidas em (i). Para este efeito, considera-se existir “controlo” quando um investidor está exposto ou é detentor de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a mesma e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre a investida. Por sua vez, são

“familiares próximos”: (i) o cônjuge ou parceiro doméstico e (ii) os filhos e dependentes do próprio e das pessoas referida em (i).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas devem ser aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer prévio favorável por parte da Comissão de Auditoria, assim como as transações que os membros dos órgãos de administração dos CTT e/ou subsidiárias realizem com os CTT e/ou subsidiárias, salvo quando se encontrem compreendidas no próprio comércio da sociedade em causa e não seja concedida qualquer vantagem especial ao administrador diretamente ou por pessoa interposta. Entende-se por transação significativa, qualquer transação com parte relacionada cujo montante seja superior a um milhão de Euros, e/ou realizada fora do âmbito da atividade corrente dos CTT e/ou subsidiárias e/ou fora das condições de mercado.

As demais “Transações com partes relacionadas” são aprovadas pela Comissão Executiva, na medida da respetiva delegação de competências, e sujeitas a verificação *a posteriori* da Comissão de Auditoria.

No decurso dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

30.06.2021						
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos	Investimentos financeiros / Aumento de capital social
Acionistas	—	—	—	—	12.750.000	—
Empresas do Grupo CTT						
Associadas	—	—	—	—	—	—
Conjuntamente controladas	234.888	45.178	563.196	62.904	—	—
Membros do (Nota 24)						
Conselho de Administração	—	—	—	1.237.427	—	—
Comissão de Auditoria	—	—	—	67.500	—	—
Comissão de Vencimentos	—	—	—	9.900	—	—
Assembleia Geral	—	—	—	14.000	—	—
	234.888	45.178	563.196	1.391.731	12.750.000	—

30.06.2022						
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos	Investimentos financeiros / Aumento de capital social
Acionistas	—	—	—	—	17.656.441	—
Empresas do Grupo CTT						
Associadas	—	—	—	—	—	—
Conjuntamente controladas	162.353	50.869	288.578	256.019	—	—
Membros do (Nota 24)						
Conselho de Administração	—	—	—	1.296.590	—	—
Comissão de Auditoria	—	—	—	79.286	—	—
Comissão de Vencimentos	—	—	—	9.900	—	—
Assembleia Geral	—	—	—	14.000	—	—
	162.353	50.869	288.578	1.655.795	17.656.441	—

No âmbito de transações realizadas com partes relacionadas não foram assumidos compromissos, ou dadas ou recebidas quaisquer garantias.

Não foram reconhecidas provisões para dívidas duvidosas ou gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas.

As remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A. encontram-se divulgadas na nota 24 – Gastos com Pessoal.

28. Outras informações

Em 23 de dezembro de 2021, o Conselho de Ministros comunicou a aprovação, nessa data, do diploma que veio alterar o regime jurídico aplicável à prestação de serviços postais em Portugal, tendo o respetivo diploma sido promulgado a 5 de fevereiro de 2022 e o Decreto-Lei n.º 22-A/2022 publicado a 07 de fevereiro de 2022. O novo contrato de concessão entrou assim em vigor por sete anos – até 31 de dezembro de 2028.

O regime aprovado melhora os mecanismos de decisão e fornece critérios claros para garantir a prestação do serviço postal universal (SPU) em condições económicas sustentáveis, promovendo um maior equilíbrio entre a continuidade da prestação do serviço postal e o reforço da capacidade da empresa para fazer face aos desafios da transição digital, prosseguindo com a implementação consistente do seu processo de transformação. Por razões de interesse geral, mantiveram-se reservados à concessionária apenas as seguintes atividades e serviços: colocação de marcos e caixas de correio na via pública destinados à aceitação de envios postais, emissão e venda de selos postais com a menção Portugal e o serviço de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos.

O contrato de concessão estabelece que, no ano de 2022 - período de transição -, os preços do cabaz do serviço universal deverão respeitar uma variação média anual máxima de 6,80%, que considera a queda do tráfego observada nos primeiros nove meses de 2021 e a variação do Índice de Preços ao Consumidor para a classe de despesas de Transportes, conforme divulgada pelo INE para o mês de outubro de 2021. A proposta de preços foi remetida à ANACOM em 28 de fevereiro, tendo os preços entrado em vigor no dia 7 de março, sem prejuízo da avaliação a efetuar pela ANACOM, nos termos do mesmo contrato.

Os preços especiais dos serviços postais, que integram a oferta do SPU aplicáveis a remetentes de envios em quantidade, foram também atualizados a 7 de março, na sequência da informação enviada à ANACOM a 28 de fevereiro.

As atualizações referidas correspondem a uma variação média anual dos preços de 5,84% para o ano de 2022.

Mantendo-se ainda em 2022 impactos da pandemia de COVID-19, os CTT continuaram a reportar periodicamente o estado da situação da rede postal ao Governo, na qualidade de contraparte no contrato, e à ANACOM, a autoridade reguladora responsável pela fiscalização da prestação do SPU, até 21 de fevereiro de 2022.

Por deliberações de 6 de maio de 2022 e de 6 de julho de 2022 a ANACOM deferiu os pedidos dos CTT relativamente à dedução dos registos de expedições de correio, em todos os fluxos nacionais, afetados diretamente pela pandemia de COVID-19 no segundo semestre de 2021, para efeitos de cálculo dos Indicadores de Qualidade de Serviço (IQS) do ano de 2021, e nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, para efeitos do cálculo dos IQS do ano de 2022.

No 1º semestre de 2022 foram desenvolvidos os trabalhos conducentes à definição dos critérios a que deve obedecer a formação dos preços dos serviços postais que compõem o cabaz de serviços do SPU para o triénio 2023-2025, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 14.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril (Lei Postal), com a redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 22-A/2022, de 7 de fevereiro.

Conforme disposto na Lei Postal, os critérios a cumprir na formação dos preços do SPU são estabelecidos, por um período de três anos, por convénio a celebrar entre o regulador setorial

(ANACOM), a Direção-Geral do Consumidor (DGC) e o prestador do serviço universal (CTT). Em caso de acordo, o convénio deve ser concluído, assinado pelas partes e notificado ao membro do Governo responsável pela área das comunicações até ao dia 30 de julho do ano anterior àquele a que os critérios visam aplicar-se.

Na sequência do processo negocial desenvolvido pelas partes (ANACOM, DGC e CTT), obteve-se um princípio de acordo relativamente a um projeto de texto para o Convénio a celebrar para o período 2023-2025, que esteve em consulta pública até 15 de julho de 2022. Subsequentemente, o convénio na sua redação final foi assinado pelas partes e deverá ser notificado ao Governo no prazo previsto para o efeito.

O âmbito do Convénio mantém os mesmos serviços que eram objeto das decisões da ANACOM sobre os critérios de formação de preços do SPU, abrangendo, assim, os serviços de correspondências, encomendas e jornais e publicações periódicas que integram a oferta do SPU, incluindo os serviços de correio registado utilizado em procedimentos judiciais ou administrativos, não se aplicando aos preços especiais dos serviços postais, que integram a oferta do SPU aplicáveis a remetentes de envios em quantidade (sujeitos ao regime específico previsto no artigo 14.º-A da Lei Postal).

Do regime de preços dos serviços abrangidos pelo Convénio destaca-se:

- A manutenção de uma variação máxima anual dos preços do cabaz de serviços objeto do Convénio, que será apurada nos termos da seguinte fórmula:
$$IPC - \Delta \text{Tráfego} * (1 - CV) - E + K.$$

A referida variação máxima anual de preços tem assim em consideração valores históricos relativos à taxa de inflação (IPC) verificada nos últimos 12 meses, a variação de tráfego (Δ Tráfego) expurgada de um indicador do peso dos custos variáveis (CV) nos custos totais associados ao SPU (valor definido em 16% para cada ano) e um fator de eficiência (E) associado à atividade dos CTT no âmbito do SPU (valor definido em 0,5 pontos percentuais para cada ano). No caso da ocorrência de alterações significativas de contexto relacionadas com as condições de prestação do SPU, está prevista a aplicação de um fator adicional (K), cujo valor será determinado por acordo, mediante proposta de qualquer das partes que integram o Convénio.

- A definição para cada preço de uma variação anual máxima de 15% e uma variação global máxima de 30% para o período 2023-2025.
- A fixação de uma variação anual máxima de 4 cêntimos para o preço do correio normal nacional até 20 gramas, utilizado pelo segmento ocasional.
- A continuação da aplicação do princípio da uniformidade tarifária, com a aplicação de um preço único em todo o território, aos envios de correspondência nacional até 50 gramas remetidos por utilizadores do segmento ocasional e nos envios do serviço registado de citações e notificações até 50 gramas.
- A disponibilização pelos CTT, de forma gratuita, no serviço nacional e internacional, da expedição de envios para os cegos e amblíopes, à exceção das sobretaxas aéreas, caso existam.

Em 28 de junho de 2022, os CTT foram notificados da decisão da ANACOM que deferiu o requerimento dos CTT para alteração da data para a entrada em vigor da decisão da ANACOM de 29 de abril de 2021 sobre a distribuição de envios postais em instalações distintas do domicílio para 1 de janeiro de 2023.

No que diz respeito aos processos judiciais relativos à Decisão da ANACOM referente aos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho aplicáveis à prestação do SPU, de julho de 2018, os CTT foram notificados da interposição de recurso da decisão do Tribunal Arbitral para o Tribunal Central Administrativo Sul por parte do Estado, considerando que o tribunal arbitral se deveria ter considerado incompetente para julgar ambos os pedidos dos CTT.

Nas ações administrativas intentadas contra a ANACOM, a primeira relativa à mesma decisão e a segunda relativa à deliberação de dezembro de 2018 referente aos novos procedimentos de medição a aplicar aos indicadores, não se registam desenvolvimentos relevantes. O processo relativo à proposta de aplicação de onze multas contratuais, iniciado em 2018, no âmbito do Contrato de Concessão do SPU, com fundamento em alegados incumprimentos de obrigações resultantes do contrato, ocorridos durante os anos de 2015, 2016 e 2017, após produção adicional de prova por determinação do Concedente, aguarda ainda decisão. Os processos de contraordenação instaurados contra os CTT em 30 de julho de 2021 e 30 de agosto de 2021, respetivamente, por quatro contraordenações relacionadas com a medição dos indicadores de qualidade de serviço (IQS), relativas a factos ocorridos em 2016 e 2017 (parcialmente contestados na ação administrativa intentada contra a ANACOM, em março de 2019, acima referida), não apresentam desenvolvimentos, na sequência da apresentação das defesas.

A 18 de janeiro 2022, os CTT foram notificados da ação intentada contra a empresa pelas sociedades Vasp Premium – Entrega Personalizada de Publicações, LDA. (Vasp) e Iberomail – Correio Internacional, S.A., (Iberomail) junto do Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão. A ação pede a condenação dos CTT por abuso de posição dominante, em particular pela recusa de acesso à sua rede de serviço postal, desde 2012 até ao momento em que cesse a alegada conduta ilegal. É ainda formulado um pedido de indemnização de valor estimado entre 69.5 a 158 milhões de euros pela Vasp e entre 9.5 e 31 milhões de euros pela Iberomail, a apurar no decurso do processo e a condenação dos CTT a cessar imediatamente as práticas anti-concorrenciais, dando acesso à Vasp e à Iberomail à sua rede de distribuição postal para os produtos, nos pontos de acesso e no modo que aquelas empresas pretendem, ou nas condições que o Tribunal entenda necessárias para que a oferta de acesso seja, no entender daquelas empresas viável. Neste contexto, importa recordar que, na sequência da denúncia da VASP à Autoridade da Concorrência em 21 de novembro de 2014, o processo então iniciado foi objeto de uma decisão de arquivamento, com imposição de compromissos em 5 de julho de 2018. Os CTT pautam-se pelas melhores práticas de atuação no mercado e consideram o pedido totalmente infundado, tendo apresentado a sua contestação em 29 de março de 2022.

Em 6 de abril de 2022, a ANACOM decidiu aplicar aos CTT uma coima de 153.750 Euros por vinte e seis contraordenações relativas ao incumprimento de objetivos de densidade da rede postal e ofertas mínimas de serviços ocorridos em 2014 e 2015. Os CTT discordam desta decisão e apresentaram recurso da mesma em 6 de maio. O julgamento deverá decorrer no mês de setembro.

Impacto dos acontecimentos geopolíticos na Ucrânia

Os acontecimentos geopolíticos na Ucrânia, as ações militares tomadas pela Rússia e a resposta de vários países, nomeadamente Europeus e dos Estados Unidos, sob a forma de sanções económicas, estão a afetar correntemente os mercados globais, as cadeias logísticas e a evolução económica em geral, intensificando as pressões inflacionistas que já se vinham verificando com reflexo particular no preço dos bens energéticos. Embora o Grupo não tenha exposição direta a entidades russas, o conflito poderá também ter impactos indiretos que, à presente data, não são possíveis de estimar com razoável grau de confiança.

No entanto, para fazer face ao atual contexto económico, o Grupo adotou alguns mecanismos que visam mitigar os impactos adversos que daí advêm, nomeadamente:

- a. Diversificação ao nível dos fornecedores contratados;
- b. Diversificação na oferta de bens e serviços do Grupo;
- c. Proteção contratual dos preços de fornecimento de alguns bens energéticos, nomeadamente, combustíveis;
- d. Iniciativas de controlo e eficiência na gestão interna de custos, e;
- e. Conforme referido acima, na sequência da definição dos critérios de formação de preços do cabaz do serviço universal a implementar pelos CTT para o período 2023-2025, foi desenvolvido um processo negocial pelo Convénio designado para o efeito (ANACOM, DGC e CTT), tendo-se obtido um princípio de acordo relativamente ao projeto de texto, que esteve em consulta pública até 15 de julho de 2022. Os critérios de formação de preços consideram indicadores como os valores históricos relativos à taxa de inflação (IPC) verificada nos últimos 12 meses e a variação de tráfego.

29. Eventos subsequentes

Na ação administrativa intentada contra a ANACOM, em outubro de 2018 relativa à decisão referente aos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho aplicáveis à prestação do SPU, de julho de 2018, teve lugar a 13 de julho de 2022 a audiência preliminar para definição da matéria de direito e da matéria de facto.

No quadro da autorização conferida na Assembleia Geral Anual de acionistas realizada no dia 21 de abril de 2022, a 27 de julho de 2022, o Conselho de Administração dos CTT deliberou aumentar o montante pecuniário máximo do programa de recompra de ações próprias da Sociedade ("Programa de Recompra") e o número máximo de ações próprias que poderão ser adquiridas ao abrigo do programa, nos seguintes termos:

- Montante pecuniário máximo do Programa de Recompra: é aumentado em €3.600.000, fixando-se em €21.600.000;
- Número máximo de ações a adquirir no âmbito do Programa de Recompra: é aumentado em 1.900.000 ações, fixando-se em até 6.550.000 ações ordinárias dos CTT, representativas de até 4,37 % do respetivo capital social.

Os demais termos e condições do Programa de Recompra aprovados pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Anual de 2022 e comunicados em 16 de março de 2022 mantêm-se inalterados.

Com exceção do mencionado na nota 28 - Outras informações sobre o convénio tarifário celebrado entre os CTT, a ANACOM e a DGC, após 30 de junho de 2022, e até à data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, não ocorreu qualquer facto relevante, considerado material, para a atividade do Grupo que não tenha sido divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

7. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Para efeitos do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 29.º-J do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria dos CTT – Correios de Portugal, S.A. (“CTT”), abaixo identificados, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas relativas ao primeiro semestre de 2022 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados dos CTT e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no primeiro semestre de 2022 e o seu impacto nas respetivas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas, bem como os principais riscos e incertezas para o segundo semestre deste exercício.

Lisboa, 27 de julho de 2022

O Conselho de Administração

Presidente (Não Executivo) do Conselho de Administração

Raul Catarino Galamba de Oliveira

Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva (CEO)

João Afonso Ramalho Sopas Pereira Bento

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

António Pedro Ferreira Vaz da Silva

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (CFO)

Guy Patrick Guimarães de Goyri Pacheco

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva

João Carlos Ventura Sousa

Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (COO)

João Miguel Gaspar da Silva

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria

Maria Luísa Coutinho Ferreira Leite de Castro Anacoreta Correia

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria

Steven Duncan Wood

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Duarte Palma Leal Champalimaud

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Jürgen Schröder

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Margarida Maria Correia de Barros Couto

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria

María del Carmen Gil Marín

Membro (Não Executivo) do Conselho de Administração

Susanne Ruoff

Relatório de Revisão Limitada de Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares Condensadas

Introdução

Efetuámos uma revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas de CTT - Correios de Portugal, S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 3.873.407.905 Euros e um total de capital próprio de 191.624.608 Euros, incluindo um resultado líquido de 14.549.183 Euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada de fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34), e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a ISRE 2410 - Revisão de Informação Financeira Intercalar Efetuada pelo Auditor Independente da Entidade, e demais normas e orientações técnicas e éticas da ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Uma revisão limitada de demonstrações financeiras é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em indagações e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre estas demonstrações financeiras.



Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas anexas de CTT - Correios de Portugal, S.A., em 30 de junho de 2022 não estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia, para efeitos de relato intercalar (IAS 34).

Lisboa, 27 de julho de 2022

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luís Pedro Magalhães Varela Mendes- ROC n.º 1841
Registado na CMVM com o n.º 20170024

9. APOIO AO INVESTIDOR

O apoio aos investidores dos CTT é assegurado pela área de Relações com Investidores cuja equipa é composta por seis pessoas.

9.1 Contactos

E-mail: investors@ctt.pt

Telefone: +351 210 471 087

Fax: +351 210 471 996

9.2 Comunicados e divulgação de informação financeira

No 1º semestre de 2022, no âmbito da divulgação ao mercado de informação relevante sobre a empresa, os CTT publicaram:

- O Relatório Integrado de 2021, bem como *press releases* e apresentações de resultados consolidados referentes ao exercício de 2021 e ao 1º trimestre de 2022; e
- 36 comunicados de informação privilegiada, incluindo 16 referentes às operações realizadas no quadro do programa de recompra de ações próprias, 6 relativos aos resultados anuais e trimestrais e 14 de informação privilegiada diversa, nomeadamente sobre o pagamento de dividendos, o contrato de concessão e a Lei Postal e ainda sobre vários projetos dos CTT.

9.3 Eventos

Durante o semestre, os CTT participaram virtual e presencialmente em vários eventos organizados por diferentes bancos e corretoras, a saber:

- 3 conferências – realizadas pelo Banco Santander em fevereiro, pela Euronext em março e pela Caixa Banco de Investimento (CaixaBI) em maio;
- 4 *roadshows* – organizados pela JB Capital Markets em Londres e Zurique em abril e maio, respetivamente, e pelo CaixaBank BPI em maio, este último realizado virtualmente;
- 23 reuniões – realizadas virtual e presencialmente com investidores institucionais individuais de vários países, nomeadamente EUA, Alemanha, Espanha, Itália, Reino Unido e Portugal.

De destacar, sobretudo, a realização do CTT *Capital Markets Day 2022* em Lisboa, no dia 23 de junho. Durante este evento, a equipa de gestão dos CTT passou em revista a estratégia de transformação contínua da Empresa ancorada em serviços contratuais e comerciais, tendo apresentado a nova estratégia e os objetivos ESG (Ambiente, Social e Governo) e financeiros para o período de 2022-25. O vídeo do evento, a apresentação e o comunicado respetivos estão disponíveis no site dos CTT, em <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/eventos/capital-markets-day-2022>.

9.4. Calendário Financeiro

O calendário financeiro dos CTT previsto para o 2º semestre de 2022 inclui os seguintes eventos societários:

Calendário Financeiro 2º semestre de 2022

Evento	Data
Resultados e Relatório Integrado Intercalar - 1º semestre de 2022	27 de julho de 2022 *
XIX Conferência Ibérica CaixaBank BPI, Porto	7 de setembro de 2022
Resultados dos 9 meses de 2022	3 de novembro de 2022 *
Conferência Europeia ESN, Paris	6 e 7 de dezembro de 2022

* Após o fecho do mercado

Os CTT irão continuar a organizar e participar em iniciativas de marketing com o objetivo de promover a adequada divulgação das perspetivas e desempenho dos seus negócios e uma relação de longo prazo com os agentes do mercado.

CONTACTOS

SEDE

Avenida D. João II, n.º 13
1999-001 Lisboa
PORTUGAL
Telefone: +351 210 471 836
Fax: +351 210 471 994

Clientes

Linha CTT +351 210 471 616
Dias úteis das 8h30 às 19h30
www.ctt.pt/ajuda/contacto

Representante para as Relações com o Mercado

Guy Pacheco

Relações com Investidores

Nuno Vieira
Email: investors@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 087
Fax: +351 210 471 996

Órgãos de Comunicação Social

Direção de Comunicação
Assessoria de Imprensa
Cátia Cruz Simões
Email: gabinete.imprensa@ctt.pt
Telefone: +351 210 471 800

Endereço do website

www.ctt.pt

